



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

WILLIAN CASAGRANDE FUSARO

**FORJAR A REVOLUÇÃO:**  
A ESFERA PÚBLICA PROLETÁRIA NOS CARTAZES  
CONSTRUTIVISTAS DE GUERRA RUSSOS (1918-1921)

---

Londrina  
2019

WILLIAN CASAGRANDE FUSARO

**FORJAR A REVOLUÇÃO:**  
A ESFERA PÚBLICA PROLETÁRIA NOS CARTAZES  
CONSTRUTIVISTAS DE GUERRA RUSSOS (1918-1921)

Dissertação apresentada ao Programa de  
Mestrado em Comunicação da Universidade  
Estadual de Londrina, como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos.

Londrina  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

F993f Fusaro, Willian Casagrande.  
Forjar a revolução : a esfera pública proletária nos cartazes construtivistas de guerra russos (1918-1921) / Willian Casagrande Fusaro. - Londrina, 2019.  
116 f. : il.

Orientador: Manoel Dourado Bastos.  
Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.  
Inclui bibliografia.

1. Comunicação - Tese. 2. Comunicação visual - Tese. 3. Cartazes de guerra russos - Tese. 4. Esfera pública - Tese. I. Bastos, Manoel Dourado . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 316.77

WILLIAN CASAGRANDE FUSARO

**FORJAR A REVOLUÇÃO:**  
A ESFERA PÚBLICA PROLETÁRIA NOS CARTAZES  
CONSTRUTIVISTAS DE GUERRA RUSSOS (1918-1921)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Rafael Litvin Villas Boas  
Universidade Federal de Brasília – UNB

Londrina, 11 de junho de 2019.

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho, fruto de bem mais do que dois anos de pesquisa durante o Mestrado em Comunicação, não teria sido possível sem a ajuda e cumplicidade de algumas pessoas, fundamentais na minha trajetória profissional e pessoal.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Marilena e Wilson, por todos os esforços (nunca poupados) para que eu completasse meus estudos e avançasse à pós-graduação. Muito mais do que auxílio financeiro, agradeço por todo o apoio emocional dado nesses últimos dois anos. Agradeço, também, à minha irmã Halini, que jamais deixou de me apoiar em minhas escolhas. Como o amor não se agradece, retribuiu-se, deixo para essas linhas apenas este singelo agradecimento, certamente insuficiente perto da importância dessas pessoas na minha vida.

Agradeço, também, aos amigos Danylo, Isabela e Murilo, pelas várias horas de consolo, conversas, risadas e afeto dispendidos nesses últimos dois anos (e por muitos outros também). Não poderia esquecer das minhas amigadas mais antigas, Brunno, Helton, Renann e Vinícius, que sempre estiveram ao meu lado e me deram suporte nesses mais de 20 anos de convivência, apesar da distância.

Ao meu orientador, Manoel, meu mais profundo obrigado pela ajuda e orientação imprescindíveis para esta e outras pesquisas realizadas desde que nos conhecemos há alguns anos na universidade. Uma relação que evoluiu de algo

simplesmente profissional para uma amizade, que quero levar comigo para sempre. Aos membros da banca, Rozinaldo, que também sempre esteve presente em minha caminhada acadêmica desde o início, e Rafael, meus mais profundos agradecimentos.

Por fim, agradeço à CAPES pela bolsa de estudos, a qual influenciou de forma decisiva nesta pesquisa, e à Universidade Estadual de Londrina por me acolher tão bem, entre idas e vindas, nos últimos dez anos.

FUSARO, Willian Casagrande. **Forjar a Revolução: A esfera pública proletária nos cartazes construtivistas de guerra russos (1918-1921)**. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

## RESUMO

O presente trabalho analisa a formação de uma esfera pública proletária por meio dos cartazes construtivistas de guerra russos, durante o período das Guerras Civis (1918-1921), após a Revolução de Outubro de 1917. Para tanto, a pesquisa estabelece uma revisão bibliográfica do conceito de esfera pública burguesa em Jürgen Habermas e do conceito de esfera pública proletária em Oskar Negt e Alexander Kluge, assim como de uma literatura a respeito da formação social russa do fim do século XIX e início do século XX, culminando nos processos revolucionários de 1905 e 1917 e nas Guerras Civis Russas. O trabalho analisará dez cartazes construtivistas, com o objetivo de encontrar mensagens que contribuem para a formação de uma esfera pública proletária, já em andamento, segundo nossas hipóteses de pesquisa, nesse período histórico na Rússia. Como conclusão, a pesquisa relata que os pôsteres analisados contêm elementos de formação de uma esfera pública proletária.

**Palavras-chave:** Esfera pública proletária. Cartazes russos. Cartazes de guerra. Guerra civil russa. Comunicação Visual.

FUSARO, William Casagrande. **Forging the Revolution: The Proletarian Public Sphere in Russian Constructivist War Posters (1918-1921)**. 2019. 116 p. Dissertation (Masters in Communication) – State University of Londrina, Londrina, 2020.

### **ABSTRACT**

The present work analyzes the formation of a proletarian public sphere through the constructivist Russian war posters during the Civil War period (1918-1921), after the 1917 October Revolution. To this end, the research establishes a bibliographical review of the concept of bourgeois public sphere in Jürgen Habermas and the concept of proletarian public sphere in Oskar Negt and Alexander Kluge, as well as literature on Russian social formation of the late 19th and early 20th centuries, culminating in the revolutionary processes of 1905 and 1917 and the Russian Civil Wars. The work will analyze ten constructivist posters, in order to find messages that contribute to the formation of a proletarian public sphere, already underway, according to our research hypotheses, in this historical period in Russia. In conclusion, the research reports that the analyzed posters contain elements of the formation of a proletarian public sphere.

**Key words:** Proletarian public sphere. Russian posters. War posters. Russian Civil War. Visual Communication.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> -	Você já se alistou? .....	82
<b>Figura 2</b> -	O Bolchevique .....	85
<b>Figura 3</b> -	Morte ao imperialismo mundial! .....	87
<b>Figura 4</b> -	Nós derrotaremos nossos inimigos com armas .....	90
<b>Figura 5</b> -	Nós não abandonaremos Petrogrado! .....	93
<b>Figura 6</b> -	Camaradas! Com a espingarda e o martelo comemoraremos o Outubro vermelho.....	96
<b>Figura 7</b> -	Devemos trabalhar, mas com o rifle por perto .....	99
<b>Figura 8</b> -	O camarada Lênin limpa o lixo do mundo .....	102
<b>Figura 9</b> -	Apressem-se! Deem-lhes mais! E não se esqueçam do barão! ..	104
<b>Figura 10</b> -	Uma prenda vermelha para o pan branco. Atirem lá este pacotinho para cima do pan .....	106

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SR	Socialistas-Revolucionários
POS DR	Partido Operário Social-Democrata Russo
SR	Partido Socialista Revolucionário
Kadete	Partido Constitucional Democrático
DUMA	Assembleia dos Deputados
NEP	Nova Política Econômica
LEF	Frente de Esquerda das Artes
AKhRR	Associação dos Artistas da Rússia Revolucionária

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1</b>	<b>A “MÃE RÚSSIA”: O CZARISMO, A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E A REVOLUÇÃO</b> .....	14
1.1	AS FORÇAS POLÍTICAS RUSSAS ANTES DE OUTUBRO .....	17
1.2	AS REVOLUÇÕES RUSSAS: DE 1905 A 1921 .....	20
1.2.1	As Guerras Cíveis Russas .....	26
1.2.2	O Comunismo de Guerra: Etapa Primeira da Revolução .....	29
1.3	AS VANGUARDAS RUSSAS E O CONSTRUTIVISMO .....	33
1.3.1	Construtivismo e Bolchevismo: Relações Conflituosas .....	38
1.4	OS PÔSTERES COMO AGITAÇÃO E PROPAGANDA .....	41
<b>2</b>	<b>ESFERA PÚBLICA BURGUESA E ESFERA PÚBLICA PROLETÁRIA</b> .....	47
2.1	A ESFERA PÚBLICA E O SUJEITO BURGUESES .....	49
2.2	MUDANÇA ESTRUTURAL DA ESFERA PÚBLICA BURGUESA .....	54
2.3	A ESFERA PÚBLICA BURGUESA NA RÚSSIA REVOLUCIONÁRIA .....	58
2.4	ESFERA PÚBLICA PROLETÁRIA: A ORGANIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA .....	64
2.4.1	Agitação e Propaganda (agitprop), o Primado da Vanguarda e a Crítica Luxemburguista .....	66
2.4.2	O Conceito de Experiência .....	70
2.4.3	A Fantasia Como Modo de Experimentar a Esfera Pública Proletária....	74
2.5	ESFERA PÚBLICA BURGUESA E ESFERA PÚBLICA PROLETÁRIA: RELAÇÕES DIALÉTICAS .....	76
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DOS CARTAZES DA GUERRA CIVIL</b> .....	79
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	108
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	111

## INTRODUÇÃO

Pelo menos desde o encerramento da experiência soviética, há 30 anos, partidos, movimentos sociais e sindicatos de esquerda têm se debatido com a questão de mudanças estruturais no seio das organizações de trabalhadores. A necessidade de “tomar o poder para mudar o mundo”, incontestemente há um século, hoje divide opiniões em debates acalorados das novas organizações sociais – afinal, os tempos são outros. As ferramentas para esse processo, que antes tinham no trabalho de base cultural e político seu esteio, também passam por um processo de revisão. Cinema, teatro, literatura, cartazes e imprensa foram áreas de atuação da *intelligentsia*, que disputou fielmente a Indústria Cultural por décadas, seguindo orientações muito bem delimitadas por partidos comunistas espalhados ao redor do mundo (em países capitalistas, vale salientar).

Objetos deste estudo, os pôsteres russos adquiriram uma aura *cult* atualmente, por representarem o florescimento de uma vanguarda estética que virou a concepção tradicional de arte – e de arte engajada – de seu tempo do avesso. Ferramentas utilizadas pelo Partido Bochevique russo no início do século XX, inclusive antes do processo da Revolução de Outubro, os pôsteres foram largamente utilizados em muitas revoluções populares que viriam a seguir, no intuito de educar a população e criar uma arena de debates pública estruturada pelo princípio da luta de classes e da necessidade da revolução. Essa pesquisa concentra-se nessa experiência, com vistas a oferecer subsídios para pensar no nosso tempo.

Este trabalho tem o objetivo de analisar a formação de uma esfera pública proletária na Rússia, após a Revolução de Outubro, durante o período das Guerras Civis (1918-1921), por meio dos cartazes de guerra produzidos pelos artistas construtivistas. Como referencial teórico, a pesquisa se embasará nos conceitos de esfera pública burguesa em Jürgen Habermas e no de esfera pública proletária, de Oskar Negt e Alexander Kluge, que surge como uma tentativa de embate com o constructo teórico habermasiano durante os anos 1970, dez anos após a elaboração teórica de Habermas, referencial nos estudos de Teoria Crítica.

Como objetos de pesquisa, este trabalho utilizará dez cartazes de guerra, todos produzidos durante o período das Guerras Civis (1918-1921): *Apressem-se! Deem-lhe mais! E não esqueçam do barão!* (1920) e *O camarada Lenine limpa o lixo do mundo* (1920), de Wiktor Deni; *Nós derrotaremos nossos inimigos com as armas!* (1920), de Nikolai Kogout; *O Bolchevique* (1920), de Boris Kustodiev; *Devemos trabalhar com o rifle por perto* (1920), de Vladimir Lebedev; e *Você já se alistou?* (1920); *Camaradas! Com a espingarda e o martelo comemoramos o Outubro vermelho* (1920), *Morte ao imperialismo mundial!* (1919), *Nós não abandonamos Petrogrado* (1919) e *Uma prenda vermelha para o Pan branco. Atirem lá este pacotinho para cima do Pan* (1920), todos de Dmitry Moor. Os cartazes em questão foram escolhidos em um universo de pouco mais de 100 outros cartazes, recolhidos de sites da internet, todos concernentes ao período estudado (1918-1921).

A pergunta norteadora desta pesquisa é a seguinte: de que forma os cartazes auxiliam na formação de uma esfera pública proletária na Rússia revolucionária? Os objetivos específicos são compreender o processo de Guerras Civis na Rússia, bem como da produção de cartazes neste período histórico; e analisar a confrontação das duas construções teóricas sobre esfera pública, burguesa e proletária. A escolha da temática das Guerras Civis justifica-se pela grande importância que a vitória da guerra tinha para o Governo Bolchevique: significava simplesmente a sobrevivência da revolução e a conquista dos territórios de influência dos exércitos Brancos, Negro, Verdes e Azuis.

O período histórico das guerras civis foi o escolhido porque compreendemos que, no tocante à formação de uma esfera pública proletária na Rússia, esse período foi, além do início, o de maior florescimento de organizações autogestionadas no campo da arte, muitas delas não subservientes ao bolchevismo. A hipótese desta pesquisa é de que os cartazes contribuíram como mídias importantes para a formação de uma esfera pública proletária, formada à revelia da burocracia partidária e das instituições, segundo dinâmicas de organização próprias. Do mesmo modo, a justificativa para a escolha dos dez cartazes em questão é o potencial de formação de uma esfera pública proletária que tanto as mensagens quanto as ilustrações de cada um traz: são os mais representativos dentre os buscados, todos do período das Guerras Civis.

Esta pesquisa justifica-se pela relevância dos estudos em propaganda política e ideologia em épocas de crise, intenso acirramento das lutas de classes e antagonismos ideológicos e do avanço de formas variantes do fascismo. Esse conjunto ameaçador de mudanças vêm à tona, no Brasil e em muitos outros países, na forma de uma série de ataques contra a classe trabalhadora e as parcelas mais subalternizadas das classes médias, colocando em risco princípios democráticos e uma série de direitos garantidos pelas tensões entre as classes sociais. Em meio a uma série de ataques contra o pensamento crítico e com tentativas incisivas de esvaziamento da pesquisa crítica (em especial dos marxismos) nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, prosseguir com estudos que contribuam para refletir a respeito das experiências revolucionárias passadas das classes trabalhadoras é uma necessidade de primeira ordem para um pesquisador comprometido com um projeto societário humano.

O trabalho começa por uma detalhada exposição da situação social, política e econômica da Rússia czarista nos fins do século XIX e início do século XX, que culmina com uma explanação sobre as forças sociais do país naquele momento histórico (movimentos e partidos burgueses, de nobres e de trabalhadores) e, por fim, termina no processo da Revolução de Outubro. Posteriormente, o período das Guerras Civis é analisado e pormenorizado, levando em consideração fatores sociais, econômicos e políticos na Rússia pós-revolução. Por fim, o capítulo entra na exposição da arte revolucionária das vanguardas, com uma curta exposição das mais relevantes, detendo-se no construtivismo russo por um momento. Ao final do capítulo, há uma breve exposição a respeito da produção gráfica de cartazes na Rússia no período das Guerras Civis, que compreendeu três anos de intensa produção e distribuição gráfica.

O capítulo posterior, de natureza teórico-metodológica, trata da teoria da formação da esfera pública na Europa Ocidental em Jürgen Habermas. Como veremos a seguir, o autor vale-se da análise de três casos específicos do centro do capitalismo mundial (Inglaterra, França e Alemanha) para explicar o lugar físico e político da formação da esfera pública burguesa, orientada segundo uma relação dialética entre os princípios privados e públicos dos cidadãos burgueses (proprietários privados e cidadãos públicos ao mesmo tempo).

Em seguida, prosseguimos com o desenvolvimento dessa esfera pública burguesa durante o período do capitalismo comercial (quando encontra seu auge) até o início de seu declínio, com a entrada das potências no momento histórico do capitalismo monopolista. Neste momento, com o que o autor denomina mudança estrutural da esfera pública, esta pesquisa tratará da mudança de lugar dessa esfera pública ocasionada pelas alterações no modo de vida capitalista, pela formação da Indústria Cultural e pela inserção do Estado Social de direitos a maiores camadas da população. O passo seguinte é a formação dessa esfera pública burguesa, assim como suas debilidades e dificuldades de crescimento, na Rússia após a Revolução de Outubro. O capítulo prossegue com a criação de algumas instituições, associações, clubes etc. de caráter burguês e (no mais das vezes) contrarrevolucionários, com o objetivo de restaurar a ordem anterior ou prosseguir em uma revolução burguesa no país.

Por fim, analisamos a teoria da esfera pública proletária em Negt e Kluge, orientada como uma superação dialética da proposta anteriormente feita por Habermas, ainda no bojo da Teoria Crítica. Com a análise dos conceitos-chave de experiência e da formação da experiência pela auto-organização da classe trabalhadora, a teoria da esfera pública proletária trata do esgotamento da divisão proposta pelo modo de vida burguesa entre cidadão privado e cidadão público, orientada pela produção de mercadorias e da apropriação da força de trabalho pelo burguês (cidadão). Devido à proposta de oferecimento de um *locus* público de troca de experiências democrática entre os trabalhadores (não mais proprietários privados, mas somente indivíduos com expectativas, necessidades e sonhos), a esfera pública proletária se formaria de forma independente da vontade e direção dos partidos, do Governo, das personalidades políticas.

A partir dessa exposição, entramos no capítulo analítico, que trata da exposição dos dez cartazes construtivistas. O referencial utilizado é o arcabouço teórico de Negt, Kluge, Campato e outros autores que tratam da formação da esfera pública burguesa e proletária. A análise dos cartazes ocorre em duas etapas: uma descritiva-observacional, que trata de uma simples descrição do produto gráfico, e outra alicerçada na teoria da esfera pública proletária em Negt e Kluge e da esfera pública habermasiana – ou seja, trata-se de analisar os cartazes pelo ponto de vista da formação de uma esfera pública proletária.

Ao fim desse esforço teórico de análise da produção gráfica do construtivismo nos primeiros anos da Revolução de Outubro, pretendemos trazer subsídios para pensar em novas possibilidades de ação política e cultural para o nosso tempo, uma reflexão, ao nosso ver, necessária para o momento aparentemente sem saídas que vivemos.

## 1 A “MÃE RÚSSIA”: O CZARISMO, A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E A REVOLUÇÃO

*Lá se erguerá, acredite, camarada  
Uma estrela de êxtase infinito  
Quando a Rússia acordar de seu sono  
E os nossos nomes forem escritos  
Nas ruínas do despotismo*

Alexander Pushkin, *Polnoie sobranie sochinenii*, vol. 12, p. 303, apud FIGES, 2017, p. 130

A Rússia do fim do século XIX e início do século XX, época histórica de maior interesse para este estudo, pode ser bem resumida – se é que isso é possível – na palavra “contradição”. O maior país do mundo era predominantemente feudal, mas ostentava neste momento índices de crescimento econômico impressionantes, especialmente durante a segunda metade do século XIX, com a formação de um proletariado fabril enorme (a terceira maior indústria metalúrgica da Europa, a fábrica Putilov, estava em seus domínios); foi o celeiro de obras de arte da maior importância, da literatura à música clássica, da dança ao teatro, embora a esmagadora maioria de sua população sequer soubesse ler ou tivesse acesso a essas produções. Sua formação social e histórica, prenhe de contradições, só pode ser compreendida se olharmos, primeiro, para o principal modo de organização política e social do País, que perdurou por quatro séculos até sua completa implosão devido às suas contradições e à ascensão do movimento socialista: o czarismo.

O czarismo influenciou todas as instituições políticas e sociais, tanto burguesas quanto dos trabalhadores (partidos, movimentos sociais, entre outros), que vigoraram durante as décadas do período revolucionário russo. Impôs um modo de organização tipicamente conspiratório, hierarquizado e vertical, singular em relação a todo o movimento operário e socialista internacional devido à rígida censura, principalmente contra o movimento operário, que quase sempre atuava na ilegalidade contra o regime. Este será, portanto, nosso ponto de partida.

Em voga desde o século XVI, esse tipo característico de absolutismo concentrava o poder político de todas as esferas na figura do czar, o líder máximo do império. Porém, na Rússia feudal, as vicissitudes do regime lhe conferiam singularidades em relação a outros modelos absolutistas. Apesar das influências artística e política do Ocidente, fortemente notadas a partir do fim do século XVIII, o país não tinha uma nobreza no sentido ocidental que de alguma forma pudesse se contrapor ao czar como contrapeso. O historiador Orlando Figes lembra que, desde o século XVI, anteriormente ao início da mais longa dinastia, a dos Romanov, a nobreza já fora destituída de todos os títulos e propriedades. Durante séculos, os príncipes atuavam como funcionários do Estado, assim como a capital política do país, Moscou, organizava-se como um patrimônio do líder máximo. Por sua lealdade, o nobre recebia terras e servos do czar, mas se houvesse traição esses benefícios lhe eram retirados (FIGES, 2017, p. 49).

A aristocracia feudal russa começou a se consolidar da forma como conhecemos, que perdurou inclusive até a Revolução de Fevereiro de 1917, como uma monarquia absolutista, pelas mãos do czar Pedro I. No início do século XVIII, Pedro I foi o responsável por despojar os títulos da nobreza e transformá-la em serva do czar, o que trouxe um status de funcionalismo público aos príncipes e demais aristocratas. Desse modo, os serviços burocráticos do Estado funcionavam com nobres executando funções do funcionalismo público, organizando-se através de um sistema hierárquico (tabelado pelo próprio czar, inclusive) que lhes alçava a postos mais prestigiados de acordo com os serviços prestados. Plebeus também poderiam se destacar e receber títulos de nobreza (FIGES, 2017, p. 49). Desse modo, a modernização do Estado russo, isto é, o florescimento de instituições públicas que são marcantes na composição dos Estados modernos, ocorreu junto da manutenção da autocracia czarista e de sua burocracia.

Durante a metade do século XVIII, porém, houve uma “virada” no modo de vida da aristocracia russa nos âmbitos político e cultural. Catarina, a Grande, esposa de Pedro III, extinguiu o trabalho compulsório dos nobres para com o Estado, além de incentivar a “europeização” da aristocracia. Dessa forma, foi possível à aristocracia voltar às suas gigantescas propriedades no campo e construir suas próprias galerias de arte, salões e palácios suntuosos para festividades longe dos grandes centros urbanos, o que possibilitou novamente o cultivo de um modo de

vida aristocrático (FIGES, 2017, p. 74), reafirmando a distância que queriam manter da plebe ignara e da nascente burguesia, ainda indigna de sua atenção. Esta última, por sua vez, continuou a povoar os espaços públicos russos, que ainda não eram tão desenvolvidos quanto os exemplos alemão, inglês ou francês de sua época.

Esse tipo de organização da aristocracia influenciou de modo marcante a composição da burguesia russa. Com influência política praticamente inexistente durante os séculos XVIII e XIX, épocas que precedem o espaço temporal deste estudo, a burguesia começou a se formar no entorno dos espaços públicos culturais que começaram a obter certo prestígio durante o fim do século XVIII e o início do XIX, como os cafés e os teatros públicos. Estes últimos, aliás, começaram a ser evitados pela nobreza por conta da presença de pequeno-burgueses, como comerciantes e a nascente classe média oriunda do funcionalismo público que não tinha títulos de nobreza (FIGES, 2017, p. 73). Nesses ambientes, imperavam os *vaudevilles* (teatro de variedades) e óperas cômicas, consideradas “manifestações inferiores” pelo gosto aristocrático (Idem, p. 74).

O florescimento da burguesia russa demorou a ocorrer principalmente por conta das relações de dependência tecnológica em relação à Europa. De acordo com Robert Allen (2003, p. 17), um vasto programa de importação de tecnologia de países do Oeste europeu foi iniciado durante o governo de Pedro o Grande (1682-1725), o que atrasou o desenvolvimento do capitalismo nacional e aprofundou as raízes agrárias e feudais da Rússia. Com a progressiva abertura do país ao comércio exterior, o que foi potencializado pela construção de milhares de quilômetros de ferrovias no século XIX e com a vinda de capitais franceses e japoneses, principalmente, o país experimentou um grande crescimento das cidades, apesar de continuar sendo majoritariamente agrário até meados dos anos 1930. Do mesmo modo, uma série de políticas públicas impulsionou a instalação de multinacionais e empresas nacionais de carvão, ferro e tecelagem, o que foi responsável pela criação de uma grossa camada de operários nas cidades, que seriam, posteriormente, incorporados à militância dos partidos social-democratas (ALLEN, 2003, p. 17).

A proximidade criada entre a dinastia do czar e a realeza francesa durante o período revolucionário neste país, no século XVIII, importou à Rússia europeia (em

grande medida, mas não somente) uma série de costumes e modos de vida europeus que puseram determinações fundamentais na organização social dos russos, tanto dos trabalhadores quanto das classes médias e burguesia. Entre esses costumes, vale salientar o gosto pela arte clássica e pelos romances realistas, por exemplo (FIGES, 2017, p. 80). Apesar dessas influências, o cidadão russo comum sempre continuou a se identificar com o seu próprio país, seus costumes tradicionais, o que o fazia ter uma identidade dividida entre a cultura e a arte europeia e a sensibilidade e os costumes tradicionais russos (FIGES, 2017, p. 81).

Junto dessa leva de costumes, vieram, também, as influências políticas da Europa revolucionária que moldaram o nascente movimento operário e social-democrata do país. Primeiro com os movimentos conspiratórios de intelectuais, depois com os sindicatos e partidos socialistas, a Rússia teve um gigantesco crescimento de sua atividade política, o que só foi permitido pelas contradições internas (o próprio regime czarista, em crise durante todo o século XIX) e externas (o avanço do capital, com sua virada monopolista, que exigiu o espraiamento da atividade comercial também para o solo russo). Nas páginas seguintes desta pesquisa, trataremos deste período turbulento, acelerado e contraditório da vida social, política e econômica russa, apresentando os principais atores sociais que estiveram imersos nos vinte anos de período revolucionário. Delimitar quem são e quais eram os objetivos desses atores é fundamental para compreender quem eram os sujeitos e as organizações políticas e artísticas que trabalharam para criar os pôsteres de agitação e propaganda, objetos deste estudo. Da mesma forma, analisaremos, a seguir, o processo revolucionário na Rússia.

### 1.1 As Forças Políticas Russas Antes De Outubro

Se sob o ponto da formação aristocrática a Rússia distinguia-se dos outros países absolutistas europeus, o mesmo não se pode dizer em relação aos primeiros movimentos de resistência dos trabalhadores contra o Antigo Regime czarista. Nesse caso, as influências das vanguardas políticas europeias, que estiveram envoltas em revoluções durante parte importante do século XIX, como as revoluções de 1830 e 1848 e a Comuna de Paris em 1871, foram marcantes. De acordo com Daniel Aarão Reis (2017, p. 21-22), o movimento dos trabalhadores na

Rússia dividia-se fundamentalmente em três grupos relevantes, que disputavam espaços de organização tanto no campo quanto nas cidades: os *populistas*, representados pelos Socialistas-Revolucionários (SR), que obtiveram apoio da maioria dos camponeses, a maior fração dos trabalhadores russos; os *anarquistas*, fração minoritária entre as três, defensora da intervenção direta contra o czarismo e agrupados em maior número nos sovietes de soldados e operários; e os *marxistas*, representados principalmente pelas frações bolchevique e menchevique, influentes nos cenários urbanos junto ao proletariado, soldados e marinheiros e fundadores do primeiro partido russo em 1898, o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR).

Os *mujiques*, camponeses russos que se organizavam pelas também tradicionais comunidades agrárias russas, os *mir*, eram o sujeito da transformação social da fração Socialista-Revolucionária, a despeito destes também terem algum apoio nas cidades. Os socialistas revolucionários objetivavam uma revolução pela nacionalização das terras, chefiada pela fração majoritária dos *mujiques*, os quais tinham por costumes o igualitarismo e o cultivo em pequenas propriedades. Em 1901, o movimento se constituiu como um partido unificado, o Partido Socialista Revolucionário (SR), embora atuasse na clandestinidade, como todos os outros (REIS, 2017, p. 21).

Os anarquistas, fiéis às suas convicções políticas, rejeitavam a formação dos partidos para sua conseqüente legalização e apostavam na auto-organização dos sovietes. Juntaram-se, também, com outros socialistas, muitos de vertentes marxistas, contra o que chamavam de “partidocracia” contra o czarismo. Também descartavam a criação de uma Assembleia Constituinte para enfrentar o poder absolutista como pauta do movimento dos trabalhadores, uma das mais importantes pautas para o resto da esquerda socialista organizada no momento, pois a Assembleia criaria um sistema de contrapesos ao poder do czarismo (REIS, 2017, p. 22).

Por último, os marxistas eram subdivididos principalmente nas duas frações supracitadas, bolchevique e menchevique. Influenciados pelas convicções políticas da II Internacional Comunista, o partido foi criado e logo posto na ilegalidade pela polícia. Renasceu em 1903, já rachado entre as duas frações majoritárias: os

bolcheviques, organizados principalmente por Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin), eram favoráveis à organização do partido por militantes profissionais, dadas as condições de repressão, censura e autoritarismo do regime, o que em sua opinião impedia um ambiente de discussões democrático entre todos ou a grande maioria dos membros; já os mencheviques, encabeçados por Julius Martov, embora reconhecessem a necessidade de atuação na clandestinidade, queriam critérios mais flexíveis para a organização (REIS, 2017, p. 22). Com a revogação da servidão no campo, em 1861, parte significativa dos mais de 20 milhões de camponeses (um terço da população russa), livres para se endividar em busca de um pedaço de terra ou para vender sua força de trabalho nas cidades, contribuíram para engrossar as fileiras do proletariado russo, seja na indústria têxtil ou metalúrgica.

Além das três forças supracitadas, havia um emaranhado de trabalhadores, entre eles soldados, operários, camponeses, pequenos-burgueses de esquerda, bem como populações de nações não-russas que viviam próximas e sentiam os efeitos negativos da autocracia czarista, que não se encaixavam em nenhuma das propostas e não participavam de nenhuma das organizações, mas compunham, a seu modo e de acordo com interesses flutuantes, uma oposição de esquerda multifacetada (REIS, 2017, p. 22).

Do outro lado do espectro político, por sua vez, as burguesias russas organizavam-se basicamente em duas frentes. O principal partido burguês, o Partido Constitucional Democrático (Kadete), foi fundado em 1905 e desde o início defendeu uma monarquia constitucional aos moldes europeus (REIS, 2017, p. 21). Apesar de ter notável interesse na queda da aristocracia para impor suas reivindicações econômicas, tinham pouco apetite revolucionário e somente vez ou outra se uniam à esquerda russa nos momentos de ataque frontal ao regime, como na campanha pela criação da Assembleia Constitucional, que teria, por suposto, vários membros liberais em sua composição de deputados. Havia, também, uma ala mais conservadora à direita, os chamados Outubristas, que tinham poucos arroubos liberais. Em grande medida, aderiam sem muitas reservas aos desejos do czar (REIS, 2017, p. 23).

São estes atores sociais que, ao lado do poder constituído na figura do czar, entraram em um dos períodos mais conturbados da história do país eurasiático.

Durante aproximadamente 20 anos, a Rússia passaria por uma onda revolucionária sem precedentes no mundo. Com momentos de fortalecimento, entremeados de outros de recrudescimento do regime, de assassinatos, exílios, prisões, apreensões de jornais etc., os russos observaram ondas revolucionárias de 1905 a 1921, mesmo após a conquista do poder pelos bolcheviques. Na próxima seção, analisaremos um intervalo de 20 anos do processo revolucionário russo, do início do século XX, passando pela Revolução de 1905 até a Revolução de Outubro de 1917 e fim da Guerra Civil e do Comunismo de Guerra, períodos históricos nos quais se inserem os objetos deste estudo.

## 1.2 As Revoluções Russas: de 1905 a 1921

Há uma série de leituras divergentes a respeito do período temporal em que se deu o processo de revolução russa, ou seja, por quanto tempo a Rússia passou por um processo verdadeiramente progressista e revolucionário em que as estruturas sociais mudaram de forma a impulsionar o país para o socialismo. Para sermos objetivos, teremos de deixar de lado uma miríade de textos e autores que tratam desse assunto<sup>1</sup> e nos concentrar em três obras referenciais de três autores – entre os quais um deles, o escritor belga Victor Serge, que participou como um militante do Partido Bolchevique durante os primeiros anos da Revolução Russa e atuou como jornalista no registro dos acontecimentos.

Reis (2017, p.17) trata o processo revolucionário russo como uma série de “revoluções” que se iniciam na Revolução de 1905 e se encerram em 1921, com o esmagamento da Revolta de Kronstadt – a partir deste momento, para o autor, a Revolução Russa poderia dar-se como encerrada e a burocratização e o autoritarismo se instaurariam de forma progressiva. Já a australiana Sheyla Fitzpatrick (2017), de orientação liberal, assume uma postura crítica ao processo como um todo, porém o encara como um bloco de acontecimentos revolucionários, mais ou menos coesos, que se inicia com a denominada por ela de “revolução liberal

---

<sup>1</sup> Autores canônicos como Leon Trotski (1967) ou John Reed (1984), que inclusive participaram do processo revolucionário, poderiam ser usados nesta pesquisa. No entanto, escolhemos privilegiar autores contemporâneos (exceto Serge) devido à atualidade dos dados historiográficos, ainda que as conclusões e análises de boa parte deles sejam críticas à revolução. As devidas discordâncias ideológicas com esses autores de cunho liberal serão pomenorizadas no decorrer do trabalho.

de 1905” e se encerra com os Processos de Moscou, em 1938, período em que houve assassinatos e prisões em massa de altos dirigentes do partido. Para fins analíticos, porém, nos concentraremos apenas nas considerações da autora a respeito do período de 1905 a 1921.

O último ponto de vista a se ressaltar nesta análise é Serge (1993), o qual difere dos outros dois, pois é uma análise “a quente” do processo, como já foi salientado. Serge desembarca na Rússia em 1919, já como membro bolchevique e com o processo revolucionário em andamento após a Revolução de Outubro de 1917. A partir de seus registros, caracteriza a Revolução Russa como um processo de quatro etapas fundamentais: a primeira delas, as revoluções de Fevereiro e Outubro; a segunda, a Revolução Alemã (1919), que foi uma das principais preocupações dos bolcheviques (Lênin incluso) após a tomada de poder em Outubro de 1917; a Guerra Civil de 1918-1921, período histórico de análise deste trabalho; e, por último, a Nova Política Econômica (NEP), que foi o período de abertura gradual à burguesia estrangeira para a recuperação econômica do país, que estava em situação muito crítica depois da revolução. Expostos os autores em questão, trataremos do processo revolucionário russo de 1905 a 1921, com particular ênfase à Guerra Civil e o Comunismo de Guerra.

A Revolução de 1905, considerada por Lênin posteriormente como “um ensaio da Revolução de Outubro de 1917”, iniciou-se de uma guerra provocada por uma invasão japonesa a uma base russa em 1904, localizada no Noroeste da China (REIS, 2017, p. 19). Foi um conflito de natureza expansionista na região da Manchúria e também na Coréia entre o já decadente império czarista e o império japonês, que mantinha uma agressiva política de expansão territorial e mercantil. A guerra foi importante o suficiente para desencadear uma série de contradições na economia russa e provocar movimentos grevistas gigantescos principalmente no centro político do país, São Petersburgo (2017, idem).

Após os conflitos iniciarem, com o acirramento das contradições na Rússia, uma grande manifestação de trabalhadores foi convocada para o dia 9 de janeiro de 1905 (segundo o calendário juliano), em frente ao Palácio de Inverno. Os trabalhadores, protagonizados pelos operários, foram duramente reprimidos pela polícia política do czarismo, a Okhrana, em várias oportunidades, inclusive em

passeatas pacíficas. A repressão causada neste episódio, conhecida como Domingo Sangrento, causou um verdadeiro levante no país e pelo menos três grandes greves no ano, em fevereiro, maio e setembro (REIS, 2017, p. 20).

A despeito das derrotas de todos esses movimentos de massas, a revolução de 1905 trouxe pelo menos três legados importantes para o processo revolucionário: o compromisso do czar em outorgar o Manifesto de Outubro, que possibilitou a Assembleia de Deputados (a Duma), uma demanda antiga dos comunistas, dos moderados à esquerda e também dos liberais; a constituição dos sovietes de trabalhadores e soldados; e a consolidação da hegemonia dos bolcheviques no operariado urbano e entre a classe média progressista e revolucionária (REIS, 2017, p. 21). Este último ponto foi importante também para mostrar à classe média e classe média alta conservadoras que era necessário organizarem-se em seus próprios partidos: a partir de 1905, passaram a compor com as burguesias russas os partidos liberais e conservadores, como o Kadet e os Outubristas<sup>2</sup>, como vimos anteriormente (FITZPATRICK, 2017, 53). No entanto, parte importante dos liberais, que não eram burgueses de fato, não aderiu em peso à defesa do czarismo, permanecendo mais benevolentes aos movimentos de trabalhadores do que na maioria dos países europeus.

Os anos consecutivos pós-revolução de 1905, no entanto, não foram de ascensão do movimento revolucionário. Isto porque o movimento de 1905, apesar de ter sido um “ensaio geral”, nas palavras de Lênin, não foi suficiente para despertar uma consciência de classe de fato na maioria dos trabalhadores. Não ficou explícito a eles o antagonismo entre as classes sociais, assim como as reformas propugnadas pela autocracia não foram realmente implementadas, pois alguns sindicatos e partidos continuavam sendo fechados pela Okhrana, mesmo legalizados (FITZPATRICK, 2017, p. 55). A autocracia, contudo, estava mais debilitada por ter de fazer concessões e lidar tanto com as pressões dos liberais quanto com as dos partidos operários. Isso foi importante para explicar o estado de debilidade total pelo qual o czarismo passava quando a Rússia entrou na Primeira Guerra Mundial, em 1914.

---

<sup>2</sup> O Partido Outubrista (União 17 de Outubro) foi um partido conservador russo, formado em 1905, após a assinatura do Manifesto de Outubro pelo czar Nicolau II. Os outubristas apoiavam inteiramente a política interna e externa do czarismo.

Com a entrada na Primeira Guerra em 1914 e as sucessivas crises econômicas, ficou claro à autocracia que o regime não sobreviveria por muito tempo. No entanto, algo inusitado e inverso às expectativas de líderes como Lênin aconteceu: a entrada na guerra unificou a sociedade, num misto de patriotismo e ufanismo que ficou patente com a votação dos créditos de guerra e a recusa de somente uma ala do POSDR, os bolcheviques, na entrada do conflito (REIS, 2017, p. 31). Essa euforia, entretanto, durou pouco. Dadas as condições militares e econômicas da Rússia, muito atrasada em relação às outras potências, o país foi submetido a consecutivas derrotas em campanhas militares, o que resultou em muita insatisfação popular, rapidamente aproveitada pelos partidos de vanguarda à época. O czarismo respondia com repressão política e policial, embora soubesse que era questão de tempo até a queda iminente, afinal boa parte do exército já estava sendo cooptada pelos bolcheviques (Idem, p. 32).

Com a entrada do ano de 1917, uma enorme greve foi deflagrada pelo movimento de mulheres, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, em 8 de março daquele ano. As reivindicações eram várias, desde a saída da guerra até a derrubada do czar. As elites econômicas ficaram amedrontadas e pediram ao czar um paliativo: instaurando um governo monárquico-parlamentar, os liberais, capitaneados pelo presidente da Duma, Mikhail Rodzianko, acreditavam que os ânimos de parcelas radicais do movimento seriam contidos. O czar Nicolau II não viu o pedido com bons olhos e passou à repressão imediata ao movimento, resultando em centenas de mortos. Tal atitude enfureceu ainda mais os trabalhadores (REIS, 2017, p. 34).

Após o massacre, no dia 27 do mesmo mês, um imenso movimento de trabalhadores, vindo dos subúrbios de São Petersburgo, chegou em frente ao Palácio de Inverno e praticamente não encontrou resistência dos soldados. Estes, aliás, os receberam de braços abertos – poucas unidades do exército e da polícia, ainda fieis ao czar, não conseguiram oferecer resistência à maré humana (Idem, p. 35). O episódio, conhecido na historiografia como a Revolução de Fevereiro, causou uma aceleração do processo revolucionário: ficou acordado entre os movimentos de trabalhadores e os partidos burgueses que o czarismo seria abolido e uma Assembleia Constituinte ocorreria em breve para decidir a forma de governo da nova Rússia. Em Petrogrado (ex-São Petersburgo, a partir de 1914), o governo seria

constituído de uma coalizão entre a Duma liberal e os soviets, estes aquartelados em fábricas e pelas ruas da cidade (REIS, 2017, p. 36).

A partir de fevereiro, a conjuntura política acelerou-se rapidamente. Os problemas advindos do acordo entre a Duma e os soviets eram mais evidentes do que anteriormente, quando o czarismo estava no controle. Era necessário, para dar conta de todos os interesses em jogo, lidar com pelo menos quatro grandes questões: atender às demandas dos camponeses (85% da população russa) pela reforma agrária de fato; aprovar a saída da Rússia da guerra; abastecer as cidades com bens primários e de subsistência, que devido à enorme crise estavam em falta; e lidar com os desejos de autonomia das nações não-russas (REIS, 2017, p. 36). Nenhuma dessas reivindicações conseguiu ser cumprida e esses impasses foram causadores diretos da Revolução de Outubro no mesmo ano.

O interregno entre as revoluções de Fevereiro e Outubro foi marcado pelas constantes tensões entre a revolução da elite, da Duma, e a do povo, dos soviets. A estabilidade do poder dual que funcionou a partir de Fevereiro, com o Governo Provisório entre a Duma e os soviets, mostrou-se uma verdadeira ilusão logo nos primeiros meses. A coalizão não foi páreo sequer para a investida conservadora do general Kornilov, em junho, barrada pelos trabalhadores organizados, que optaram por manter o governo tal qual se encontrava enquanto a revolução amadurecia (FITZPATRICK, 2017, p. 64). Do lado dos partidos e movimentos operários, a revolução radicalizava-se cada vez mais, ao passo que, entre os segmentos da direita, a defesa da propriedade burguesa e da ordem, como pontos de partida, interessava cada vez menos à população russa. Os ministros escolhidos pela Duma, que não tinha nem uma base legal em que se assentasse além de um acordo feito com os partidos operários – assim como o Governo Provisório tampouco era embasado juridicamente –, não tinham absolutamente nenhuma autoridade além da que gozavam os partidários dos soviets. Estes, em massa, entravam e saíam do Palácio de Inverno para comer, dormir e fazer discursos a qualquer hora do dia (FITZPATRICK, 2017, p. 65).

Com a chegada de outubro e a iminente queda do Governo Provisório, os bolcheviques lideraram a Revolução no mesmo mês. Com a volta de Lênin do seu exílio na Finlândia, foi dada a ordem, através das Teses de Abril, para a revolução

com base no poder dos soviets, a partir das palavras de ordem “Todo poder aos Soviets!” e “Pão, paz e terra” (FITZPATRICK, 2017, p. 79). A partir desse e de outros documentos, o líder bolchevique incitou a revolução armada entre os seus partidários: os bolcheviques deveriam liderar a revolução e esta deveria ser feita *antes* do II Congresso dos Soviets, antecipando a qualquer decisão que o Congresso porventura viesse a tomar (FITZPATRICK, 2017, p. 93). Tal declaração, de acordo com Fitzpatrick, não soou bem a outros líderes dos soviets, o que trouxe aos bolcheviques a pecha de “oportunistas” entre segmentos moderados. Lênin estava convicto, entretanto, que um vácuo de poder se abriria com a queda do Governo Provisório, e era exatamente por isso que era necessário agir para que nem a autocracia e nem a burguesia retomassem o controle da Rússia.

Esta pesquisa defende o ponto de vista de Lenin, para quem a Revolução era um processo iminente e contraditório e não um desejo autoritário de líderes políticos bolcheviques, como supõe a narrativa liberal em questão. O fato de boa parte da velha guarda bolchevique e também dos trabalhadores comuns terem participado ativa e voluntariamente do processo (muitos comandantes morreram, inclusive) atesta seu caráter multifacetado e contraditório. A Revolução de Outubro não teve resistência da população, afinal não existia apoio político nem ao desajustado projeto burguês, nem à já falida aristocracia, o que deixou o caminho livre para os bolcheviques e seus aliados tomarem o Palácio de Inverno. Feita essa pormenorização, voltemos à análise historiográfica da Revolução.

A Revolução de Outubro consolidou um processo que já se encontrava em andamento desde o início do ano de 1917: a fragmentação do centro de poder do czar. Logo após a Revolução de Fevereiro, o poder político da Rússia encontrava-se totalmente fragmentado: com a queda do czarismo, todo o aparato burocrático russo caiu por terra. Isso tornou necessário o surgimento de aparatos próprios de mediação política que substituíssem o Estado autocrático. Segundo Reis, o czarismo diferenciava-se do absolutismo europeu porque não dispunha desses aparelhos de mediação, como conselhos de ministros e um parlamento que decidisse efetivamente, o que tornava o poder do czar absoluto (2017, p. 41). No fim das contas, a queda da autocracia não deixou, ao contrário do que Lênin imaginava, um vácuo no poder, mas criou vários “poderes” fragmentados que não

respondiam a um centro de poder específico, devido à ausência de instituições de mediação – os bolcheviques não eram uma unanimidade, portanto.

O objetivo social dos pôsteres de agitação e propaganda, como se verá adiante, era, desse modo, promover a agitação dos valores de vários desses centros difusores de poder, pois, durante a Guerra Civil, associações governamentais e não-governamentais produziam pôsteres, com interesses muitas vezes diversos dos do Partido Bolchevique. Somam-se a essa fragmentação do poder o desgaste extremo da maioria da população russa, envolta em um processo revolucionário que já durava meses e parecia não ter fim, dada a polarização social que a revolução causou em 1917 e ainda causaria por anos (REIS, 2017, p. 41). A seguir, vamos analisar este período da Guerra Civil de forma mais pormenorizada.

### 1.2.1 As guerras civis russas

Com a vitória da Revolução de Outubro e a saída imediata do país da Primeira Guerra Mundial, logo no início de 1918, as potências aliadas, descontentes com a saída russa do conflito, armaram a contrarrevolução (os Brancos) e incitaram desmembramentos por todo o país, processo que desencadeou o período de Guerras Civis, que se arrastaria por aproximadamente três anos. Além das questões relativas ao jogo de forças entre os bolcheviques e os vários inimigos da Rússia revolucionária, também adentraremos em uma análise econômica da Rússia no período, a julgar pela importância que o viés econômico-bélico tinha na produção dos pôsteres neste período. Também nos deteremos na análise do Comunismo de Guerra como orientação política, ideológica e econômica da Rússia durante sua revolução.

Como início das Guerras Civis, o domínio do recém-criado Exército Vermelho sob o território russo era muito fragmentado. Os bolcheviques dominavam apenas o eixo Petrogrado-Moscou; enquanto isso, na Ucrânia, foi formada uma frente de resistência à revolução, com apoio alemão, que foi posteriormente derrotada pelo Exército Negro, de Nestor Makhno, que também não aceitou a hegemonia bolchevique; no Sudoeste, os cossacos proclamaram uma república independente, contra os Brancos e também os Vermelhos; na Finlândia, uma guerra civil foi

instaurada e milhares de socialistas, com os Brancos saindo vitoriosos; no Cáucaso, na Sibéria e em nações como a Polônia, os desejos de independência, latentes desde a agregação do Império Russo, cresciam (REIS, 2017, p. 48). Somam-se a essas questões o êxodo de intelectuais, artistas, professores etc. do país após a revolução socialista, grande parte desses profissionais componentes das classes médias e da pequena burguesia, que temiam a revolução bolchevique.

Antes de prosseguirmos, é importante delimitar que o próprio termo “Guerra Civil”, utilizado à exaustão por parte relevante da historiografia, não é encarado como consenso entre os historiadores que servem de base a esta pesquisa. Para Reis (2017, p. 121), existiam frentes de “guerras civis” distintas, e não somente uma guerra civil entre Vermelhos e Brancos – estes, aliás, não eram unidos. Nesta pesquisa, adotaremos esse ponto de vista. Essas guerras civis ainda seriam protagonizadas por diferentes forças, alguma com intuito revolucionário, enquanto outras somente almejavam desligarem-se da Rússia e prosseguirem com um governo burguês, autocrático ou democrático-liberal.

A primeira frente de batalha dos Vermelhos foi contra os Brancos, que eram subdivididos entre si e, em muitos casos, digladiavam-se por território e influência. Eram compostos de exércitos de cossacos, localizados ao Sudoeste da Rússia, principalmente nas regiões dos Urais, que contavam com o apoio financeiro e humano das potências da Tríplice Entente (França e Inglaterra) para desestabilizar os bolcheviques (REIS, 2017, p. 121). Com a deflagração da guerra, os exércitos cossacos, liderados pelo *ataman* Alexey Kaledin, receberam apoio humano de tropas francesas, desembarcadas em Odessa; de inglesas, que atuaram em Murmansk, no Norte; e de americanas e japonesas, que foram a Vladivostok, porém não desempenharam papel algum nas guerras, sendo utilizadas somente como reserva. Os Brancos, além de não terem uma unidade entre si, padeciam também de um plano de ação a respeito da Rússia: mesmo se vencessem as guerras e tomassem o eixo Petrogrado-Moscú, não saberiam o que fazer com o imenso território russo sob seu poder, pois não tinham, até o momento, combinado uma divisão dos espólios entre suas forças. Outro fator que contribuiu para a retirada das tropas invasoras foram os constantes protestos na França e na Inglaterra contra a invasão (REIS, 2017, p. 122).

A segunda frente a ser considerada é a dos exércitos revolucionários contrários aos Vermelhos. O primeiro a ser considerado é o Exército Negro, do anarquista Nestor Makhno, uma importante força para a vitória contra os Brancos no território da Ucrânia. Depois de vencerem as forças contrarrevolucionárias Brancas, recusaram-se a entregar as armas e foram vencidos pelos Vermelhos em 1921. Os revolucionários sobranes foram enviados ao exílio. Os makhnovistas queriam um aprofundamento da revolução, sem a centralidade do poder propugnada pelo método bolchevique. Outro núcleo de ação anarquista que trouxe objeção à revolução bolchevique foram os socialistas libertários da ilha russa de Kronstadt, a Oeste de Petrogrado, também sumariamente derrotados pelas tropas lideradas por Leon Trotski em 1921 (REIS, 2017, p. 125).

Junto dos Negros, os bolcheviques enfrentaram resistência de socialistas também nos soviets. Entre estes, destacam-se dois grupos: o composto por anarquistas e mencheviques internacionalistas, que fez uma oposição consentida até 1921; e outro, composto pelos socialistas-revolucionários de direita e de esquerda, ambos desejosos pela Assembleia Constituinte e que, quando se depararam com a negativa dos bolcheviques com relação a essa pauta, saíram do governo. A assinatura do Tratado de Brest-Litovski também foi um fator preponderante para explicar a cisão entre os SRs de direita e esquerda e os bolcheviques (REIS, 2017, p. 123). Os socialistas-revolucionários foram responsáveis por dois atentados contra os bolcheviques em 1918: assassinaram o líder da polícia política Tcheka, Moisei Uritski, e tentaram, sem sucesso, assassinar Lênin meses depois. O embaixador alemão em Moscou, Wilhelm Von Mirbach, também foi assassinado pelos SRs no mesmo ano, quando a agremiação fracassou ao tentar um golpe de Estado (REIS, 2017, p. 123).

Outro núcleo de importância relevante são os movimentos independentistas não-russos, a terceira frente que os bolcheviques enfrentaram. Entre eles, os mais importantes foram os Azuis, como eram denominadas as forças independentistas polonesas que venceram os bolcheviques em 1921, declarando a Polônia independente do jugo russo. Ocupada por mais de um século pelo Império Alemão, pela Monarquia dos Habsburgo e pelo Império Russo, a Polônia conseguiu a independência da Alemanha após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Logo nesse momento, para ampliar as zonas de influência soviética e diminuir o poder

dos Brancos, Lênin ordena o ataque à Polônia e a ocupação do país, em 1919. O Exército Vermelho é vencido e se vê obrigado a se retirar do país (REIS, 2017, p. 125). Já nas regiões do Cáucaso (Geórgia, Armênia e Azerbaijão) e entre os povos islâmicos da Ásia Central (Cazaquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Quirguistão e Tajiquistão) movimentos independentistas também começaram a surgir, e no início das guerras os bolcheviques, ocupados em defender o núcleo do governo em Petrogrado-Moscú, mal ofereceram resistência a essas iniciativas (REIS, 2017, p. 125). Um último núcleo importante dentro dos movimentos independentistas que ofereceu resistência ao Exército Vermelho em várias partes do território russo foram os Verdes, que reuniam grupos de camponeses que eram contrários tanto aos invasores Brancos quanto aos Vermelhos. Os Verdes eram conhecidos dessa maneira porque se refugiavam nas florestas contra os inimigos, de onde se defendiam com táticas de guerrilha (REIS, 2017, p. 167).

Os bolcheviques ficaram enredados neste intrincado cenário de múltiplas guerras por três longos anos, com oscilações entre momentos favoráveis e desfavoráveis, influenciados pela conjuntura externa. Com a Revolução Alemã, que derrubou a autocracia e instaurou a República de Weimar em 1918, Lênin achava que o apoio alemão viria de imediato, já que as exigências de Brest-Litovski seriam ignoradas pelo novo governo. Com essa virada geopolítica importante, que em tese traria o apoio de uma potência ocidental (algo que se mostraria falso posteriormente), a correlação de forças mudou significativamente, embora os bolcheviques ainda estivessem em uma situação delicada para manter o controle das regiões russas e o domínio dos comunistas na Alemanha ainda não tivesse se consumado (REIS, 2017, p. 128). Um ano depois, em 1919, com a derrota dos comunistas alemães pelas mãos da social-democracia e da extrema-direita, os bolcheviques novamente se viram em uma situação de isolamento, sem nenhum governo para o qual recorrer.

Já do ponto de vista interno, o principal fator que impunha determinações à ação do Exército Vermelho nos territórios em guerra era o econômico. Como já foi dito anteriormente, a situação econômica russa, que nos anos anteriores à Primeira Grande Guerra já era delicada, piorou drasticamente com a entrada no conflito. Depois da Revolução de Outubro, porém, esse cenário conseguiu piorar ainda mais, fator que foi imprescindível para que o bolchevismo encarasse as Guerras Civis

como o principal foco do governo revolucionário. A partir dessa orientação, foi instaurado o Comunismo de Guerra, logo a partir da Revolução, etapa que durou até a eliminação dos inimigos internos e o fim das Guerras Civis. Para esta pesquisa, é imprescindível nos determos em uma análise pormenorizada deste período.

### 1.2.2 O comunismo de guerra: etapa primeira da revolução

A situação econômica da Rússia durante o conturbado período das Guerras Civis é um aprofundamento do que ocorreu entre os anos de 1914-1917, período da Primeira Grande Guerra. Afinal, após a entrada no conflito europeu, a produção industrial russa baixou significativamente, em vários âmbitos, devido às consequentes crises econômicas propugnadas pelo desastre social e político do regime czarista e, também, ao evidente atraso bélico da Rússia em relação aos outros países do conflito. Tanto a Tríplice Entente quanto a Tríplice Aliança tinham exércitos igualmente numerosos, porém a oferta de tecnologia devido ao avanço capitalista da Inglaterra e França, principalmente, era maior, o que causou um flagrante desequilíbrio de forças em muitas ocasiões. As baixas nas trincheiras russas, em especial, eram imensas, e logo os trabalhadores perceberam que a guerra só beneficiaria os poderosos, apesar de a maioria da esquerda (majoritariamente social-democrata) ter votado favoravelmente à participação no conflito.

De acordo com Victor Serge, logo em 1916, a produção de máquinas já havia diminuído 80% em relação a 1913 (SERGE, 1993, p. 385). No ano das revoluções, em 1917, contudo, essa baixa foi ainda maior.

O ano de 1917 foi marcado por uma baixa generalizada, muito rápida e muito grave. As cifras de produção das principais indústrias em 1913 e 1918 (expressas em milhões de pounds) foram: carvão, 1738, caiu para 731 (42%); minério de ferro, 57887, caiu para 1686; ferro fundido, 286, caiu para 31,5% (12,3%); aço Martin, 259, caiu para 24,5; trilhos, 39,4, caiu para 1,1. Expressa em porcentagem da de 1913, a produção de tecidos de linho caiu para 75%, a de açúcar, para 24%, a de tabaco, para 19% (SERGE, 1993, p. 385)

Com a chegada do ano de 1919, essa produção industrial baixou quase que generalizadamente a zero. Em grande parte, essa queda na produção foi influenciada pelo embargo econômico perpetrado pelas potências ocidentais desde 1918. Diante desse cenário caótico, os bolcheviques tiveram de redirecionar esforços para o estritamente necessário, segundo sua análise de conjuntura: vencer as guerras contra os exércitos inimigos, principalmente os Brancos russos e imperialistas. Essa política econômica e militar do Estado russo ficou conhecida como Comunismo de Guerra.

De acordo com Serge (1993, p. 387), os encargos com as guerras chegavam a custar tanto quanto os da indústria, agricultura e abastecimento reunidos. Para que uma guerra fosse travada num cenário de escassez, enormes sacrifícios deveriam ser feitos: a classe operária minguava cada vez mais nas fábricas, devido às convocações para compor as fileiras do gigantesco Exército Vermelho (em 1919, a convocação para as forças militares, que foi voluntária durante o primeiro ano do Exército, havia se tornado obrigatória). Algumas fábricas chegaram a ter reduções de mais da metade dos seus operários, pois muitos destes, devido à desvalorização assustadora dos salários (a alimentação custava 7/10 do salário de um operário médio), voltaram à zona rural, onde era mais barato sobreviver e a oferta de alimentos era maior (SERGE, 1993, p. 386). Centenas de greves estouraram nas fábricas nos maiores centros do país, de Petrogrado a Moscou, devidamente reprimidas pela polícia.

Com o confisco dos bens da burguesia, a Rússia passou a ter uma economia nos moldes do socialismo, sem investimento privado em nenhuma esfera da economia. Allen lembra que, devido à crise pela qual o país passava, o estilo de capitalismo russo, no qual o investimento de políticas públicas do Estado para fomentar crédito à burguesia era um fator decisivo, foi sumariamente freado pela revolução, de forma que esses investimentos cessaram e a economia estagnou-se (ALLEN, 2003, p. 17). Essas políticas públicas de cunho industrial-capitalista começaram ainda no século XVIII e tiveram seu apogeu no século XIX, com a abolição da servidão e o engrossamento das fileiras de operários, uma reforma decisiva para o florescimento da economia capitalista no país (embora a Rússia

ainda contasse com somente 7% de habitantes em centros urbanos no fim do século XIX), além de ter aumentado o poder de compra dos camponeses, o que se reverteu em mais bens de consumo para as famílias no campo.

Na segunda metade do século XIX, a participação industrial no Produto Interno Bruto (PIB) russo subiu de 6,6% para 14,6%, um salto considerável, tendo em vista as condições agrárias e atrasadas do país. Por sua vez, a agricultura teve seu percentual no PIB reduzido de 59% em 1881 para 51% em 1913, um ano antes da entrada na Primeira Guerra (ALLEN, 2003, p. 25). Esse “progresso” industrial, que representou à maioria da população alguma melhora de vida e acirrou as tensões entre as classes, foi um dos fiadores para que a Revolução de Outubro culminasse.

O desenvolvimento do processo revolucionário, com o Comunismo de Guerra e na estatização, forçou uma gigantesca fuga de capitais. O Estado, sem possibilidades de investir nas suas empresas, viu a economia estagnar-se quase que completamente (ALLEN, 2003, p. 18). Entre novembro de 1917 e janeiro de 1919, a inflação na Rússia cresceu como nunca: o valor do rublo diminuiu 230 vezes, o que forçou os trabalhadores urbanos e também os camponeses a trocar suas mercadorias em espécie em um mercado ilegal de escambo contra o qual o Estado não tinha possibilidades de lutar devido à grave situação fiscal (SERGE, 1993, p. 387). Para conter a degradação social e a alta de crimes e saques, os bolcheviques resolveram tornar todos os serviços públicos gratuitos – até porque a grande maioria da população não tinha como pagar por eles –, além de distribuir bens de primeira necessidade, principalmente alimentos, à população por preços muito abaixo do custo, bem como pagar parte do salário em mercadorias (SERGE, 1993, p. 387). Como se verá a seguir, esse cenário de desindustrialização, desemprego, analfabetismo (como já foi citado, mais de 80% da população russa não sabia ler e escrever no início do século XX) e privações totais foi utilizado à exaustão como temática para a produção dos pôsteres, com o intuito de vencer as guerras.

Do ponto de vista político, os bolcheviques compreendiam a gravidade do esvaziamento urbano que as Guerras Civis provocavam. A base ideológica do governo – operariado urbano, soldados e marinheiros – estava implodindo aos poucos. Isso era uma flagrante ameaça para Lênin e o Comitê Central, que se viram

inclinados a adotarem medidas autoritárias que no início da Revolução não julgavam necessárias. Entre essas medidas, Fitzpatrick (2017, p. 115) destaca a criação da Tcheka, a polícia bolchevique, que surgiu para conter o surto de banditismo que a pobreza generalizada aflorou com o sufocamento da economia. Com o tempo, a Tcheka assumiu a posição de polícia política e teve grande importância durante a guerra contra os Brancos ao intimidar prováveis contrarrevolucionários e perseguir suspeitos (2017, p. 115).

Enquanto os bolcheviques mantinham, com dificuldades, o controle do eixo Petrogrado-Moscou, os Exércitos Brancos mal conseguiam alinhar seus interesses e se manter no conflito. As deserções existiam de ambos os lados, mas muito maiores do lado dos cossacos. Os Brancos se tornaram visivelmente enfraquecidos com o passar das guerras e, em 1921, no fim do conflito, a derrota já estava iminente (FITZPATRICK, 2017, p. 117). Já em 1920, o Exército Vermelho encontrava-se maior e mais fortalecido do que todos os outros: os socialistas libertários e dissidentes dos bolcheviques estavam iniciando sua insurgência em Kronstadt, porém em número bem menor e com a certeza de que, em questão de tempo, seriam derrotados pelos Vermelhos, comandados por Trótski; os Negros seriam, em questão de tempo, massacrados na Ucrânia, em 1921, após expulsarem as tropas Brancas de seu território; os Verdes foram aos poucos vencidos, presos ou mortos; a única ressalva foram os Azuis, que venceram a disputa e mantiveram a Polônia independente dos soviéticos. No entanto, se as guerras se encaminhavam para o fim, com a vitória bolchevique sobre todos os outros exércitos, os custos das Guerras Civas e do Comunismo de Guerra ainda se faziam sentir por muitos anos, criando contradições insolúveis aos bolcheviques que se agudizaram durante o período da Nova Política Econômica (NEP).

Nesse cenário de guerras civis, começaram a atuar, no calor da luta revolucionária, os quadros que atuarão na produção dos pôsteres de agitação e propaganda, objeto específico desta pesquisa. Esse contingente de artistas revolucionários, no entanto, não estava a sós. Em todo o continente europeu, assim como na América, influenciados por um forte sentimento de descrença nos padrões estéticos clássicos, uma profusão de movimentos vanguardistas começou a surgir na arquitetura, pintura, escultura, teatro etc., inclusive antes da Revolução de Outubro. As vanguardas artísticas eram a negação da arte burguesa clássica e

traziam consigo, junto do movimento operário, a esperança de um novo mundo, que encontrou na Revolução de Outubro uma prova de que era possível romper as barreiras da estética burguesa.

### 1.3 As Vanguardas Russas e o Construtivismo

A Grande Guerra, iniciada em 1914 e terminada em 1918, trouxe a boa parte das nações europeias ocidentais um elevado e contraditório crescimento econômico e industrial, a despeito das enormes perdas humanas. As cidades foram rapidamente povoadas, o progresso tecnológico se acelerou principalmente pela necessidade de alimentar, vestir, educar e preparar para o trabalho grandes contingentes de pessoas que deixavam o campo rumo às cidades, mesmo nos países mais agrários (como vimos anteriormente, na Rússia, devido a questões internas, esse movimento não se deu exatamente dessa forma). Todas essas modificações sociais impactaram fortemente na figura do artista, em especial a Revolução de Outubro, que levou pela primeira vez um partido proletário ao poder com apoio das massas, embora em um cenário de guerra declarada contra inimigos externos e internos. Para o artista, que tem por finalidade reproduzir, recontar e criticar o seu tempo histórico, esse momento de convulsão social foi da maior importância, e é precisamente na década de 1910 que esses movimentos artísticos e sociais entram em ebulição.

Segundo Giulio Carlo Argan, os novos experimentalismos nas artes começaram em todas as frentes, da escultura à arquitetura, do urbanismo ao desenho industrial. Todas essas frentes tinham em comum o objetivo de romper ditames estéticos clássicos, ou seja, oferecer produtos arquitetônicos, gráficos, roupas, móveis, utensílios e demais obras de arte que fossem funcionais, adequados ao homem moderno e ao novo mundo democrático e plural que se pretendia construir: o socialismo (ARGAN, 1988, p. 282). Argan caracteriza as vanguardas como movimentos artísticos típicos de países culturalmente “menos desenvolvidos” (periféricos), apresentando-se como uma rebelião contra a cultura oficial; a revolução desejada é, ainda, uma revolução burguesa, industrial e tecnológica, porém rompendo com o romantismo da arte e da política anteriores (ARGAN, 1988, p. 310). Devido à grande quantidade de movimentos artísticos de

vanguarda presentes na Europa neste momento, não poderemos nos deter em todos eles. Para os fins deste trabalho, somente uma análise pormenorizada do construtivismo russo e suas vertentes é suficiente.

O funcionalismo, vertente artística na qual o construtivismo russo se encaixa, esforça-se por exigir ao máximo do artista que sua obra de arte seja estritamente funcional. Desse modo, para Argan, houve uma revalorização da funcionalidade das obras, em detrimento de seu valor de representação, que seria caracterizado como um valor “em si” da obra de arte (ARGAN, 1988, p. 301). A partir disso, é possível dizer que a nova arte deveria partir do princípio de modificar as condições objetivas pelas quais a produção industrial era alienante, devido à divisão social do trabalho capitalista, compensando-a fora do ambiente de trabalho, para o artista ou o operário (ARGAN, 1988, p. 301). Essa nova questão coloca a arte, para os construtivistas, no centro da problemática do mundo moderno ao oferecer uma possibilidade de trabalho não alienante, mais próxima do trabalho artesanal, no qual o operário era capaz de dominar a maioria do processo produtivo. Para os construtivistas, isso só era possível na produção de obras de arte funcionais (1988, p. 302).

Com o lançamento do Manifesto Futurista (1909), de Filippo Tommaso Marinetti, surge o primeiro movimento artístico que pode ser chamado de *vanguarda*, um “movimento que se investe de interesse ideológico na arte, preparando e anunciando uma subversão radical dos costumes da cultura” (ARGAN, 1988, p.310). Porém, é somente com o desenvolvimento do Cubismo na França, a partir das obras de Pablo Picasso e Georges Braque, que as raízes do Construtivismo seriam fundadas, de modo que é possível encontrar um desenvolvimento direto do movimento a partir do Cubismo no que diz respeito à produção e à circulação social da arte (ALBERA, 2011, p. 17). A popularização do Cubismo na França, que devido ao contexto político deu-se de forma individual, com algumas premissas estilísticas e concepções teóricas, foi pequena perto da explosão deste movimento em países que passavam por agitações revolucionárias, como a Alemanha e a Rússia. Nestes locais, principalmente a partir de 1920, as vanguardas artísticas desenvolveram-se como em nenhum outro (ALBERA, 2011, p. 18).

Influenciados pelo cenário artístico italiano e francês, surgem à cena russa, no campo da arquitetura, as obras de Kazimir Malevich, Vladimir Tatlin, Nikolaus Pevsner e Naum Gabo, que demonstram que o construtivismo viria para derrubar todas as barreiras formais entre artista e obra de arte, assim como a aura que circundava as produções artísticas clássicas (ARGAN, 1988, p. 283). Esses artistas estão, neste momento, encharcados de concepções expressionistas: placas, autofalantes, relógios, enfim, instrumentos com a função de sinalizar e orientar passam a ter grande importância, afinal a cidade deve ser funcional ao indivíduo. Nesse período, as formulações vanguardistas ainda grassavam terreno no campo das artes plásticas, do urbanismo e da arquitetura, influenciadas por artistas como Le Corbusier (ARGAN, p. 284).

O Construtivismo antes da Revolução de Outubro encontrou uma série de dificuldades, tanto financeiras quanto de aceitação social, para se firmar enquanto uma vertente artística. O florescimento do movimento em meio ao czarismo não ocorreu, mas, com a Revolução de Outubro, os vanguardistas russos passaram por um momento ímpar em relação a todos os outros artistas de vanguarda naquele momento: eram os únicos que estavam inseridos numa realidade realmente revolucionária, o que de certa forma animara grande parte deles a colocar a função social da arte como explicitamente política. A partir de 1917, foi possível exercer certo grau de liberdade artística como até então nunca antes havia sido visto na história – algo do tipo ocorreu somente na Alemanha, como já citado.

Neste ínterim, desenvolvem-se na Rússia três vertentes das vanguardas revolucionárias: *Raísmo*, *Suprematismo* e *Construtivismo*. A primeira das três, o Raísmo, um movimento de fôlego curto, surgiu em 1913, animado por Michel Larionov; mas foi entre as outras duas que orbitaram os maiores nomes da vanguarda russa. O Suprematismo, de Malevich, e o Construtivismo, de Tatlin, ambos movimentos liderados por um dos artistas-chave do movimento russo, o poeta, dramaturgo e escritor Vladimir Maiakóvski, surgem em 1915 e de imediato chamam a atenção do comissário para instrução do governo bolchevique após a Revolução, Anatoly Lunatcharsky. Apesar dessa relação próxima com um membro do comissariado, nem Lênin nem qualquer outro dirigente do Comitê Central nutria muita consideração pela arte construtivista, como se verá a seguir.

O Suprematismo objetiva a formação de uma sociedade “sem objetos” por identificar nisso a sobreposição do homem ao mundo das mercadorias. Já as concepções de Tatlin, não muito distantes das de Malevich, miram a arte como uma instituição da revolução: o artista da vanguarda deve fabricar objetos para a vida do povo, como antes fabricava para o luxo dos ricos (ARGAN, 1988, p. 326). Não existiriam mais hierarquias entre as formas de artes: uma cadeira não é menos do que uma escultura, e esta deve ser tão funcional quanto aquela (ARGAN, p. 327). As diversas formas de arte também não devem ser diferenciadas por suas funções: ambas seriam *construções* e não meras *representações* sociais, algo que os artistas de vanguarda encaravam como “estetismo burguês” (ARGAN, p. 326).

Do ponto de vista do Construtivismo, é interessante notar a aversão completa dos artistas à arte contemplativa. Segundo François Albera, os construtivistas enxergavam a arte no capitalismo como uma representação de uma comunidade autêntica, que não poderiam fazer existir por conta das contradições inerentes ao modo de vida capitalista. Dessa forma, a pintura de cavalete só poderia representar um prazer *passivo e ilusório*, que não poderia subsistir em uma sociedade socialista, já devidamente livre do estetismo burguês. Essa peculiaridade da arte em uma nova sociedade traria um novo caráter “sócio-técnico” à arte e ao artista, a designação de produtor de objetos e não mais de representações da realidade que se quer almejar (ALBERA, 2011, 173). Desse modo, o Construtivismo surge com três questões axiais imbricadas e inseparáveis entre si, que moldaram o movimento desde sua concepção: a das novas finalidades artísticas e das novas “vias” de produção da arte “interessada” ou “não-contemplativa”; a da responsabilidade da arte não contemplativa em transformar o ambiente do real; e a da “morte da arte representativa” e de modalidades como a pintura de cavalete, considerada como um modo “fundamentalmente metafísico” de arte, nas palavras do teórico e artista construtivista-produtivista Nikolai Taraboukin (ALBERA, 2011, p. 18).

Albera define como difícil a caracterização do Construtivismo enquanto um movimento artístico, devido à extensão que historiadores da arte, críticos e artistas deram ao termo. Há, pelo menos, duas grandes possibilidades de entendimento distintas que caracterizam o Construtivismo, sendo a primeira delas a que relaciona o movimento a um estilo decorativo, geométrico e abstrato (2011, p. 166). Um dos mais famosos exemplos nesse sentido são as produções de El Lissitzky. A segunda

vem com a caracterização do Construtivismo como um movimento “funcionalista”, como um prenúncio do design, concepção que se encaixa de forma mais clara ao que era preconizado pela Bauhaus (2011, p. 166). Além dessas duas possibilidades, ainda animam as discussões entre críticos, historiadores da arte e artistas a reflexão sobre se o movimento deve ser estudado cronologicamente (como um encadeamento de técnicas e estilos que se correlacionam), se pode ser considerado um movimento unitário ou se deve ser um conjunto de convicções que estão presentes em vários estilos e movimentos distintos, mas que não são suficientes para caracterizar um só movimento.

Um último ponto que traz mais problemas para o debate, embora neste caso haja certo consenso entre as pesquisas, é a subdivisão entre os construtivistas e os produtivistas, sendo estes uma vertente radicalizada do movimento pela arte funcional na Rússia, personificada na figura da Frente de Esquerda das Artes (LEF), capitaneada por ícones como o já citado Maiakóvski e o artista plástico Alexander Rodchenko. Este trabalho adotará a posição de Albera quanto à caracterização do movimento construtivista, que o define como um movimento que opera sobre a dimensão social das práticas artísticas, algo que ambas as “confusões” a respeito do Construtivismo ignoraram ou subestimaram (2011, p. 168).

Desde o início, foi uma preocupação do Construtivismo não ser identificado como uma tradição estética, preocupação que atingiu em cheio o jovem Maiakóvski logo no início de suas atividades como artista. Para ele, a verdadeira função do Construtivismo era abolir a ideia de arte, tornar-se a “forma superior da ‘engenharia’ das formas de vida como um todo” e “organizar a vida e não somente decorá-la” (ALBERA, 2011, p. 169). Dessa forma, é possível inclusive contestar a ideia de que o Construtivismo é um “movimento artístico”, já que a concepção de “arte” construtivista revoluciona, em muito sentido, a concepção clássica e tradicional da obra de arte. O debate entre os construtivistas e os produtivistas, aliás, insere-se nesse domínio: estes se consideravam os verdadeiros portadores do funcionalismo, de modo que não haveria necessidade, no “novo mundo” e para o “novo homem”, de produzir objetos que não fossem funcionais e que não se inserissem na vida cotidiana.

### 1.3.1 Construtivismo e bolchevismo: relações conflituosas

As relações entre o poder político após a Revolução de Outubro e as vanguardas artísticas russas, notavelmente o Construtivismo, que foi a mais longeva, nunca foram das melhores. A concepção revolucionária de arte dos construtivistas esbarrava constantemente nos “gostos aristocráticos” e clássicos das principais lideranças dos bolcheviques. Não por acaso, Lênin agiu, reiteradas vezes, de forma intrusiva nas decisões envolvendo financiamento das artes, retirando recursos ou realocando-os para instituições e artistas que estivessem mais próximos das concepções realistas – a seguir, veremos que o realismo na Rússia foi flagrantemente incentivado, inclusive financeiramente, pelo Comitê Central, mesmo antes de Josef Stalin assumir o Secretariado Geral do Partido. Liev Davidovich Bronstein (Trótski), comissário da Guerra, atacaria de forma ainda mais incisiva os poemas de Maiakóvski. Em *Literatura e Revolução* (1924), chega a afirmar que as obras do artista eram “tolice da boêmia”, “anarquismo” e “esquerdismo” (ALBERA, 2011, p. 184).

De fato, os construtivistas estavam mais próximos do anarquismo do que do comunismo em si, a despeito de parte dos artistas ser filiada ao Partido Bolchevique, como o próprio Maiakóvski. Como veremos, o próprio conceito de arte construtivista, produzida por um enorme grupo de artistas anônimos com a finalidade de servir à causa da Revolução de Outubro e, além disso, a uma revolução estética e política que tinha o intuito de abolir a própria ideia de arte ao diluí-la na organização da vida dos indivíduos sob o socialismo, guarda relações com a noção de esfera pública proletária, tal qual descrita por Oskar Negt e Alexander Kluge. No entanto, diferentemente da narrativa liberal, não acreditamos que as preferências da vanguarda bolchevique tenham, por si só, orientado a política cultural soviética no período de uma forma linear: havia uma miríade de fatores contribuindo para essa orientação, como observaremos a seguir, entre eles a própria dificuldade de inserir no cotidiano das classes oprimidas a plataforma construtivista. O comissariado, além disso, continha muitos outros membros, com posições políticas e ideológicas diferenciadas em relação aos rumos da arte que o governo revolucionário deveria seguir.

Além de não obterem a aprovação dos líderes políticos imediatamente após a revolução, os construtivistas ainda concorriam com outras vertentes artísticas,

portadoras de outras concepções de arte e política e que disputavam espaço na construção de narrativas diversas sobre o processo revolucionário. Entre elas, merece destaque o gigantesco grupo Proletkult, que teve como um dos mentores o físico, filósofo e escritor Alexander Bogdanov, um dos mais influentes pensadores marxistas entre os bolcheviques na época. Segundo o historiador italiano Vittorio Strada, o Proletkult almejava a criação de uma “cultura proletária”, de uma estética própria no seio da sociedade burguesa, que destruiria a cultura da burguesia e a substituiria como a verdadeira cultura humana (STRADA, 1987, p. 127). O Proletkult tinha milhares de membros espalhados por toda a Rússia, em especial nos centros urbanos, e promovia atividades como teatro e jornais vivos (textos noticiosos narrados por atores em espaços públicos para que a população, analfabeta, pudesse compreendê-los).

Tal projeto chocava-se com o ideário bolchevique, em especial o de Lênin. Para o líder bolchevique, a Rússia não tinha possibilidades, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas de modo geral, de “capitanear” uma revolução nas artes e o nascimento de uma “cultura proletária” pelo simples fato de depender das potências europeias para que o projeto da revolução mundial prosperasse, o que exigia do Partido, para Lênin, que a cultura burguesa fosse superada aos poucos, em um processo longo e dialético de superação do capitalismo, com a preservação de uma série de modos de vida e de costumes burgueses que não eram necessariamente nocivos (STRADA, 1987, p. 127). Outro fator que impossibilitava o apoio ao Proletkult foi a independência exigida pela cultura em relação à atividade política do Partido: se para uma teoria do partido político leninista o partido era a representação máxima do ideário revolucionário, ele deveria dirigir a revolução política e, do mesmo modo, a revolução cultural da nova sociedade. Então, a criação de uma “nova cultura proletária” ignorava, para Lênin, essa dimensão do poder político como fator criador de um novo ambiente cultural, econômico e político do socialismo (STRADA, 1987, p. 127). Em vista dessas e de outras divergências, que ocasionaram um racha entre os teóricos do Proletkult e os bolcheviques, o governo bolchevique cortou a subvenção ao grupo ainda em 1920, o que foi determinante para o seu ocaso (STRADA, 1987, p. 127).

Outro grupo, este frequentemente apoiado e exaltado pelo Partido, era o dos realistas. O gosto de Lênin pelo cinema soviético e pelo documentarismo permitiu

que essas artes se desenvolvessem amplamente na Rússia durante os anos 1920, assim como o teatro. De acordo com John Willet, havia uma grande proximidade entre o dirigente político e personalidades como o escritor e jornalista John Reed e o cineasta Dziga Vertov, que fundaram o gênero do documentarismo na escrita e no cinema, respectivamente - aquele, com o clássico livro sobre a Revolução de Outubro, escrito “a quente”, *Dez Dias que Abalaram o Mundo*, e este com o lançamento do jornal documental *Kinopravda* (WILLET, 1987, p. 82). No campo da pintura, escultura e arquitetura, a preferência do Comitê Central pela arte realista se deu com o estabelecimento de verdadeiras parcerias entre o Partido Bolchevique e instituições como a Associação dos Artistas da Rússia Revolucionária (AKhRR, em russo), que já continham, em si, o gérmen da doutrina cultural do Realismo Socialista, embora ainda sem o dogmatismo característico encontrado durante os anos do stalinismo.

Do ponto de vista do cinema e das artes visuais, uma ressalva com relação à orientação estética do Comitê Central deve ser feita. O cinema, como já foi dito, tinha bastante aprovação dos bolcheviques como uma ferramenta de agitação e propaganda (agitprop) nos anos 1920, e o cinema russo nesta época (assim como a esmagadora maioria da produção cinematográfica mundial) era um cinema de *montagem*. Ícones neste período, os cineastas Dziga Vertov e Serguei Eisenstein participaram ativamente na produção de filmes com forte viés construtivista. Eisenstein, um jovem estudioso e diretor de teatro durante a Revolução de Outubro, criou uma estética própria ao utilizar-se do choque entre imagens para dar a sensação de movimento ao espectador: a sobreposição de cenas em uma época em que o cinema não tinha recursos tecnológicos suficientes para conferir fidedignidade ao movimento se dava pelo “choque” entre cenas, sempre em conflito uma em relação à outra (ALBERA, 2011, p. 14). Esta estética de Eisenstein, como podemos observar na história, perdurou por alguns anos somente, posto que, com o enrijecer da linha cultural adotada pelo Partido, os filmes passaram a ser cada vez mais “realistas” e a abandonar as montagens que consagraram o diretor, como em *O Encouraçado Potemkin* (1925) e *Outubro* (1927), este produzido em parceria com o cineasta Grigori Alexandrov já em um período do início do ocaso das vanguardas em razão das pressões feitas pelo Comitê Central.

Postas as contradições entre o desenvolvimento do construtivismo enquanto a negação da arte tradicional e os rumos políticos, artísticos e culturais tomados pela Rússia na conturbada década de 1920, podemos analisar o panorama da produção de pôsteres na Rússia pós-revolucionária, durante o período das Guerras Civis, que compreendem o escopo temporal desta pesquisa. Após considerações a respeito da produção dos pôsteres, iniciaremos, num capítulo próprio, uma investigação a respeito do conceito de *esfera pública burguesa* em Jürgen Habermas e da crítica resultante de seus desdobramentos no conceito de *esfera pública proletária*, desenvolvido por Oskar Negt e Alexander Kluge. Como exposto anteriormente, o objetivo deste estudo é a identificação de uma esfera pública proletária na Rússia pós-revolucionária, a partir das mensagens dos pôsteres e durante o período de defesa da Revolução de Outubro.

#### 1.4 Os Pôsteres Como Agitação e Propaganda

Após um longo e necessário preâmbulo a respeito do contexto histórico e social da Rússia nos últimos anos antes da Revolução de Outubro e do período de Guerras Civis e do Comunismo de Guerra, assim como da situação das vanguardas artísticas russas e da relação dos artistas com o Comitê Central do Partido (e, por conseguinte, com o governo russo), podemos adentrar no cerne do estudo, que é a análise do surgimento dos pôsteres enquanto meio de comunicação preferencialmente utilizado pela agitação e propaganda bolchevique (mas não somente) durante as Guerras Civis. Expostas as contradições às quais os bolcheviques e seus aliados foram lançados após a revolução, a adoção de estratégias de comunicação visual tornou-se necessária, para os revolucionários, para fazer frente aos exércitos invasores, já que o país estava totalmente dividido pelas guerras.

Os pôsteres começaram a ser utilizados na Rússia após a Revolução de Outubro como uma forma de conferir legitimidade ao recém-instituído governo bolchevique, que, imediatamente após Outubro, ainda não obtinha níveis de aprovação social da maioria da sociedade, embora o eixo político Petrogrado-Moscú estivesse sob controle. De acordo com Victoria Bonnel, a questão chave

para os bolcheviques logo nos primeiros meses após a Revolução era legitimar não só o novo governo, mas também instituições criadas pelo partido com a intenção de fomentar um novo modo de vida na Rússia. Entre elas, destacaram-se o Exército Vermelho, tema de boa parte dos pôsteres no período das Guerras Cívicas, a Tcheka, os comissariados, entre outros (BONNEL, 1998, p. 3). Com a necessidade de criar instituições devido à falência da autocracia, como delineamos anteriormente, foi fundamental aos bolcheviques utilizar pôsteres como meio de comunicação para os interesses do partido. Outra preocupação era a promoção da agitação e a propaganda do Partido Operário Social-Democrata, que continha o programa comunista no país.

Outro fator crucial, de ordem política, que influenciou na utilização dos pôsteres foi um “recuo”, por assim dizer, na plataforma construtivista. Como já foi exposto neste trabalho, um dos objetivos da vertente radical do construtivismo, o produtivismo, era o de levar a arte à fábrica, ou seja, de inseri-la nos processos produtivos de modo a contribuir para a não-alienação (ou a redução da alienação) do trabalho assalariado no capitalismo. Sobre esse objetivo, Clara Figueiredo salienta que

pautados pela noção de “encomenda social”, os construtivistas, na ocasião do “suicídio da pintura” [de cavalete], realizaram uma inflexão artística que os levaria à constituição de novos paradigmas e critérios de produção e reflexão. Ao destacar o material e sua dimensão real, eles passaram a enfatizar o papel dos objetos e da “cultura material” na constituição do modo de vida e no conjunto de operações psíquicas do ser humano. Ao buscar compreender o papel da arte na luta de classes, e na construção da vida, eles radicalizaram sua proposta: não mais pintando, mas colocando a serviço da sociedade suas ferramentas e pesquisas do período de laboratório, em uma guinada do ateliê à fábrica (FIGUEIREDO, 2017, p. 100)

Porém, o ambiente real das fábricas russas surgiu como um grande entrave à ambição produtivista. Durante os anos de Guerras Cívicas, a guinada do “cavalete à máquina” esbarrou na marcante carência cultural dos operários, nos métodos antiquados e conservadores de produção industrial e, também, na nascente orientação econômica da NEP em 1921, que instituiu o retorno da burguesia e, por suposto, de métodos de racionalização da exploração do trabalhador, o que incluía um forte senso de hierarquia, que impediam o florescimento da atividade artística

no ambiente fabril (FIGUEIREDO, 2017, p. 101). Diante dessa dificuldade incontornável, os produtivistas e construtivistas acharam por bem redirecionar os esforços a produções que se adaptassem melhor a essa realidade: pôsteres, fotomontagens, fotografia e, posteriormente, entre os anos 1926 e 1928, o cinema de reportagem (FIGUEIREDO, 2017, p. 101).

Outros fatores de ordem social e econômica também influenciaram na utilização de mídias visuais como meio de comunicação. Bonnel considera que a já citada alta taxa de analfabetismo do país no início do século XX (dados do fim do século XIX apontam que 83% da população rural e 55% da urbana eram iletradas) foi um fator de suma importância não só para o estabelecimento dos pôsteres como mídia, mas também do jornal-vivo, que lia notícias aos trabalhadores em espaços públicos, e do cinema de montagem como principais ferramentas de agitação e propaganda do partido (BONNEL, 1998, p. 4). Já do ponto de vista econômico, uma grande crise no fornecimento de papel-jornal logo após a declaração de guerra dos Brancos, derivada de outra crise no abastecimento e distribuição e nos transportes em todo o país, provocada pelo fechamento de gráficas e outras empresas (empresários fugiram da Rússia pelo medo do bolchevismo ou foram expulsos), derrubou a circulação dos principais jornais do país, mesmo do Pravda, o órgão oficial do Partido. Já que os pôsteres eram impressos de outra forma, com outro papel, esse problema pôde ser contornado, o que de certa forma convergiu com as necessidades da população russa naquele momento (BONNEL, 1998, p. 5).

Com o início das Guerras Cívicas, o investimento nos pôsteres foi massivo por parte do novo governo, a despeito de enfrentar uma situação de carência sem precedentes em sua história. Logo em agosto de 1918, quando as Guerras Cívicas já estavam em andamento há mais de seis meses, os primeiros pôsteres políticos, retratando as guerras contra os Brancos, principalmente, começaram a surgir. Durante os três anos de Guerras Cívicas, Bonnel contabiliza que ao menos 3100 pôsteres inéditos (que resultaram em milhares de cópias, espalhadas pelas grandes e pequenas cidades e também pela zona rural, embora em menor número) foram produzidos por 450 organizações, de várias matrizes políticas diferentes no seio da esquerda social-democrata e socialista (BONNEL, 1998, p. 5).

Entre as empresas responsáveis pela produção de pôsteres na Rússia, duas se destacavam por sua influência e alcance: *Litzdat*, a maior organização da Rússia, que funcionava sob domínio do Conselho Militar Revolucionário, produziu 7,5 milhões de pôsteres entre 1919 e 1922. Outra organização de suma importância foi a *Gosizdat*, organização estatal que produziu cerca de 3,2 milhões de unidades de 75 pôsteres desde sua fundação, em 1919. É importante notar que a primeira empresa de pôsteres, a maior do país, era um braço militar da Rússia revolucionária. Ou seja, a estratégia de comunicação pela mídia visual, uma derivação da atividade política do Partido e dos artistas alinhados a ele, por consequência, era encarada como uma extensão da guerra para os bolcheviques.

As representações feitas pelos pôsteres eram baseadas em elementos da cultura russa, devidamente utilizados pelos bolcheviques e por artistas apoiadores do Partido para atingir amplamente as massas. Bonnel lembra que muitos pôsteres continham analogias religiosas com santos, demônios e outras figuras presentes na mitologia católica ortodoxa (o catolicismo ortodoxo era a religião majoritária no país) (BONNEL, 1998, p. 8). Já o povo era representado basicamente por três figuras elementares na constituição do imaginário do país, da forma que os revolucionários o encontraram em 1917: o camponês das estepes russas, o cossaco, era representada com frequência trajando sandálias de cesto, usando barba, roupas de camponeses e chapéu, além de aparecer equipado com foices, rastelos e outros apetrechos usados no campo (BONNEL, 1998, p. 23). O universo representativo dos pôsteres durante as Guerras Cívicas era majoritariamente masculino, com pouquíssimas representações de mulheres. Pelo menos até o ano de 1920, as representações femininas se restringiam a parceiras de camponeses ou de operários, ocupando, portanto, um papel secundário na construção do imaginário da Revolução pelos cartazes (BONNEL, 1998, p. 9).

Já o segundo personagem, o do operário, segundo o discurso bolchevique, era sempre representado como um homem de meia-idade, de bigode, forte, vestido de macacão, trajando vermelho (a cor da revolução, pelo menos desde a Revolução Francesa) e portando a ferramenta que seria conhecida como uma das principais representações da cultura socialista desde então: o martelo, que, com a foice, formaria o símbolo do comunismo. Encerrava o tripé de representações dos trabalhadores a figura do soldado, elemento fundamental para a tomada de poder

nas duas revoluções de 1917: os soldados vinham sempre representados com chapéu e uniforme, geralmente verdes ou vermelhos, além de baionetas nas mãos e, muitas vezes, a bandeira da URSS ou uma bandeira inteiramente vermelha (BONNEL, 1998, p. 23).

O emblema oficial do Partido Bolchevique, que serviu de distintivo do Exército Vermelho a partir de 1918, foi criado no mesmo ano, baseado nas representações criadas das figuras descritas acima. O martelo e o arado, no interior de uma estrela vermelha, estamparam os uniformes dos soldados durante o início das Guerras Civis. Bonnel ressalta que, no mesmo ano, pouco tempo depois, o martelo e a foice foram definidos como símbolo do partido e do regime pelo governo, uma criação dos artistas alinhados com a política bolchevique (BONNEL, 1998. p. 25).

Um fato interessante a se constatar a respeito das representações empreendidas pelos pôsteres era o do papel da industrialização na disseminação da propaganda revolucionária. A grande maioria dos pôsteres tem como cenário as fábricas, embora o “cenário” não seja, de forma alguma, somente um “pano de fundo” da obra como um todo, e seja responsável por conferir um significado à produção artística. A Revolução Russa foi responsável pelo impulso de industrialização massiva da Rússia. Fitzpatrick lembra da influência importante das concepções de arte futuristas e cubistas nos artistas de vanguarda russa, como Maiakóvski e Rodchenko, sendo o cubismo e futurismo duas vanguardas “apaixonadas” pelo uso da máquina e pela indústria (FITZPATRICK, 2017, p. 128). Havia uma convergência, portanto, nos interesses artísticos e políticos das vanguardas, que observavam na Revolução de Outubro uma brecha para colocar um fim na sociedade capitalista e na arte clássica e burguesa, esta encarada como um subproduto das relações capitalistas.

Expostas as considerações a respeito da produção dos pôsteres durante as Guerras Civis na Rússia, podemos iniciar uma investigação a respeito do referencial analítico utilizado neste trabalho, a categoria esfera pública proletária, desenvolvida por Oskar Negt e Alexander Kluge, a partir do conceito de esfera pública (burguesa) empreendido por Jürgen Habermas. Começaremos, então, pela definição e análise da esfera pública burguesa, como descrita por Habermas, no capítulo seguinte.

## 2 ESFERA PÚBLICA BURGUESA E ESFERA PÚBLICA PROLETÁRIA

*Em outros tempos as damas não davam armaduras, espadas, capacetes, cotas de malha, cavalos a seus cavaleiros para que eles pudessem combater em nome delas nos torneios? Pois bem, Eugène, as coisas que estou lhe oferecendo são as armas da época, as ferramentas necessárias a quem quer ser algo*

BALZAC, Honoré de. *O Pai Goriot* (2002, p. 151)

A França do início do século XIX passava por um intenso processo de industrialização, pela restauração monárquica empreendida pelos Bourbon após a derrota de Napoleão e, também, por uma atividade cultural próspera do ponto de vista das artes urbanas. Ao ler a obra de Honoré de Balzac é possível observar que os teatros e cafés, assim como as livrarias e os salões, viviam abarrotados de nobres, pequenos burgueses e burgueses em ascensão costurando alianças políticas e criando intrigas palacianas. O diálogo que inicia este capítulo, retirado do clássico *O Pai Goriot*, entre o ladrão arrivista Jacques Collin (Vautrin) e o jovem e ambicioso Eugène de Rastignac, ilustra um pensamento comum entre a burguesia ascendente do capitalismo industrial pós-Revolução Francesa e a plebe trabalhadora que almejava ascender socialmente: entrar na sociedade civil, na esfera pública burguesa da época, era o caminho certo para o enriquecimento e o prestígio. Eugène, assim como boa parte dos personagens principais do escritor francês, trilha um caminho de trapanças em meio a romances com moças da alta sociedade em busca de seu objetivo até atingir o ápice da derrocada moral, financeira e espiritual, destino trágico e característico, comum a muitos personagens do autor, que mostra a desilusão balzaquiana (conservadora, porém) a respeito do nascente capitalismo liberal.

O objetivo deste trabalho não é discutir literatura, mas a visão ácida e crítica do realismo de Balzac joga luz a um importante processo de formação da esfera pública burguesa em um de seus países de origem, a França revolucionária. No

entanto, tanto a França quanto outros países de avançado desenvolvimento capitalista passaram pelo mesmo processo de estruturação da esfera pública, estudado por Jürgen Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962), sua obra de maior vulto. Começaremos, então, pela análise dessa categoria fundamental na filosofia política habermasiana, basilar para o desenvolvimento da ideia de esfera pública proletária, principal referencial analítico deste trabalho.

A investigação habermasiana começa por definir a historicidade da categoria esfera pública, a qual não pode ser apreendida anteriormente ao advento do modo de produção capitalista, desenvolvendo-se junto do mercado capitalista, no “outono da Idade Média” (HABERMAS, 1984, p.9-10). Essa esfera pública teria seu período de duração estendido até meados do século XX, de modo que, já no fim do século XIX, começou a apresentar sinais de crise, e pode ser definida como um espaço, não unicamente físico, em que se desenrolam os debates públicos entre cidadãos. Os locais em que a burguesia ascendente exercitava esse direito de debater publicamente as decisões parlamentares, muitas delas relativas ao comércio, eram os salões, as cafeterias, os clubes de leitura (em sua maioria clubes literários) e, também, os prédios públicos do Estado que abrigavam discussões e debates em torno das decisões públicas (HABERMAS, 1984, p.14). Dessa forma, o Estado e as decisões que lhe dizem respeito são consideradas como decisões do poder público. A esse âmbito “público” da vida social se contrapõe o âmbito “privado”, da vida familiar, conjugal, pessoal etc., de modo que há duas esferas distintas e complementares, não-excludentes, que definem o homem moderno na sociedade capitalista: um ser dual, que se divide entre duas obrigações, uma para com a sociedade e outra para consigo mesmo e sua acumulação de capital.

Dentro da esfera pública burguesa, o sujeito da esfera pública é responsável pela publicidade (*publizität*), ou seja, por dar *visibilidade* às informações públicas e judiciais. Habermas pontua, no entanto, que o termo *publicidade* empregado por ele em nada se parece com a publicidade comercial dos meios de comunicação impressos e eletrônicos, significado corrente da palavra nos dias atuais. Entre os órgãos responsáveis pela publicidade das informações de interesse geral (diga-se, informações de interesse da burguesia, inerentes ao que é veiculado publicamente pela esfera pública), estão os órgãos públicos e também a imprensa burguesa (HABERMAS, 1984, p. 15).

## 2.1 A Esfera Pública e o Sujeito Burguês

O sujeito por excelência da esfera pública burguesa não poderia ser outro a não ser o indivíduo burguês, proprietário de meios de produção. Além disso, contudo, Habermas lembra que, pelas características da época, esse indivíduo teria de ser um burguês europeu, ou seja, um homem caucasiano, de modo que a esfera pública analisada nos países em questão pelo filósofo alemão (Inglaterra, França e Alemanha) não abria espaço à participação feminina devido às próprias leis que restringiam a aquisição de propriedades dos meios de produção aos homens livres, leis estas que estavam em voga em todo o território ocidental que alcançou a modernidade, de forma geral (HABERMAS, 1984, p. 15). Essa categorização obedece rigorosamente, a despeito do lapso histórico, ao preconizado pelas sociedades grega e romana antigas, baseadas na economia escravista (embora o escravismo antigo se diferencie muito do escravismo colonial moderno empregado à época), na qual a figura do homem proprietário de escravos era preponderante socialmente. O homem proprietário de escravos era o sujeito da esfera pública grega e romana tal qual o homem proprietário dos meios de produção é o sujeito da esfera pública moderna e burguesa. Esse campo de debates da *pólis* ofereceria as possibilidades, segundo Habermas, para uma distinção honorífica entre os pares considerados iguais (*homoioi*) que conseguirem uma posição de destaque (*aristoi*) e de exercício da virtude (concepção que Habermas retira da filosofia de Aristóteles) (HABERMAS, 1984, p. 16).

Essa concepção de público e privado habermasiana difere-se do encontrado pelo autor no período medieval europeu, fundando-se somente na Idade Moderna. Na organização social feudal, essa distinção não existia exatamente da mesma forma: o centro da economia de vassalagem e servidão, a casa do senhor feudal, não poderia, em nenhuma hipótese, ser considerada como um espaço público, pois nesse local residia a vida privada do senhor feudal e de sua família (HABERMAS, 1984, p. 18). Além disso, a representatividade pública, que na Idade Moderna está ligada a atributos de prestígio social (riqueza, por exemplo) de indivíduos que se distinguem na cena pública, relacionava-se a atributos do indivíduo, como vestes, formas de saudar e andar, enfim, um rígido código de comportamento nobre (HABERMAS, 1984, p. 20).

Com a secularização do poder advinda com a revolução burguesa, iluminista, os atributos para a manutenção do poder no interior da nascente esfera pública substituem as características responsáveis pela manutenção do soberano (sangue, modos nobres etc.). Com o esfacelamento do poder real e da Igreja, as esferas privadas, “sacramentadas” pelo direito, começam a erigir, sendo a liberdade de crença religiosa a primeira delas (a própria Igreja, por força também da Reforma Protestante, passa a existir enquanto uma corporação do direito público). O poder do príncipe é subdividido entre outras esferas do poder público, como o Legislativo e o Judiciário, assim como os bens dessa realeza são tornados privados e separados do que é de fato público. A separação do exército, da burocracia e da Justiça terminam por criar novas esferas públicas, descoladas da ordem anteriormente estabelecida na Idade Média (HABERMAS, 1984, p. 25).

A partir da dissolução do poder central do soberano, ocorrem, também, a subdivisão das associações de corporações, que comporão, com o desenvolvimento da sociedade capitalista moderna, a sociedade civil burguesa. Essa será a verdadeira representação, segundo Habermas, dos interesses privados coletivos da burguesia no Estado, contrapondo-se à representação do público (HABERMAS, 1984, p. 25). No entanto, o papel de homem privado é desempenhado ao mesmo tempo em que o burguês veste-se de homem público, devido à dualidade (segundo Habermas) existente na nova configuração do modo de produção capitalista, possibilitada pelo Estado de Direito moderno.

Ao mesmo tempo em que ocorre o início da separação das esferas pública e privada da vida social dos homens, a nascente sociedade capitalista passa a ter necessidade de circulação de informações para facilitar o processo de troca de mercadorias. A primeira dessas “instituições” foram os correios, organizados pela burguesia mercantil para que ela mesmo recebesse informações atualizadas, o mais rápido possível, sobre as altas e baixas dos preços dos produtos. Dessa forma, a centralização de importantes instituições do capitalismo – bolsa de valores, correios, imprensa, que surgem praticamente ao mesmo tempo – se dava no ambiente urbano, nas grandes cidades (HABERMAS, 1984, p. 29). A circulação de informações mercantis, o maior interesse da burguesia na criação de instituições de circulação de informações, coincidiu com a massificação das cidades e a óbvia necessidade de uma rápida troca de informações de interesse geral, o que tornou necessária a criação da imprensa burguesa (HABERMAS, 1984, p. 35). Do mesmo

modo, não só a circulação de informações mercantis adquire importância, como também a informação como mercadoria passa a ser uma realidade no sistema capitalista.

De início, a sedimentação da imprensa como órgão responsável pela publicidade das decisões, opiniões e resoluções da esfera pública burguesa ocorreu de modo mais lento na Inglaterra e na Alemanha e aceleradamente na França, devido ao processo de revolução política e social que tem início em 1789. Na Inglaterra, a dependência da imprensa burguesa com relação à Coroa Britânica, principalmente com a promulgação do imposto do selo real (1712), retardou o florescimento de uma imprensa burguesa livre à troca mercantil da mercadoria-notícia (HABERMAS, 1984, p. 77). No entanto, na Inglaterra vitoriana, a liberdade de imprensa, a despeito das amarras com o Antigo Regime, ainda era exemplar se comparada aos demais países unificados europeus.

O caso alemão, analisado por Habermas, também guarda algumas diferenças. A separação entre os extratos sociais era muito rígida, com a burguesia mantendo relações mínimas com o povo, assim como a nobreza. A aristocratização dos burgueses, ademais, era reforçada pela vida social da burguesia, restrita a encontros nos palácios e salões, distantes da plebe. Uma aproximação só passa a se tornar uma realidade no fim do século XVIII, com a popularização das salas de leituras entre burgueses e pequeno-burgueses, porém ainda com a exclusão da maioria da população trabalhadora e a total exclusão feminina dos espaços públicos (HABERMAS, 1984, p. 92). Nesse período, Habermas analisa o início da formação de uma “opinião pública” alemã, o que se intensifica com a adoção do parlamentarismo de fato em alguns dos reinos após as revoluções europeias de 1830 e 1848 que precederam a unificação alemã do fim do século.

Com a centralização dos Estados nacionais, a autoridade dirige a comunicação ao “público”, mas atinge de fato uma camada pequena de pessoas letradas composta pela pequena-burguesia, burguesia e nobreza. Essa fina camada de burgueses e pequeno-burgueses – “o público que lê”, nas palavras de Habermas – assume o papel de representar abstratamente o “público” de fato, participar das discussões públicas: é possível encontrar desde funcionários públicos trabalhando na burocracia estatal até mestre-escolas (professores), médicos, juristas, jornalistas, advogados, formalmente educados se comparados à população em geral, excluída da esfera pública nascente (HABERMAS, 1984, p. 37).

Habermas deixa claro que a burguesia, como sujeito da esfera pública por excelência, não *governa* de fato, por serem os burgueses sujeitos privados e a defesa estrita dos interesses privados algo incompatível com o *público*. A esfera pública é justamente um organismo oposto ao interesse privado do cidadão acumulador de capital e trocador de mercadorias, erigida para impor os desejos dessa classe social e legitimá-los socialmente no Estado soberano, a partir da racionalização pública empreendida pelo renascimento comercial e cultural. Derivada dessa contradição entre as demandas privadas e públicas, a burguesia insere-se na esfera privada, que compreende a troca de mercadorias, as relações familiares e domésticas, entre outros setores da vida social; e na esfera pública, que inicia-se basicamente com a já descrita esfera literária. Desse meio social surgem as demandas e necessidades dos entes privados, devidamente expostas ao Estado (HABERMAS, 1984, p. 46). Nesse sentido, Habermas lembra que o papel da família (como uma das bases da esfera privada, íntima) é fundamental por servir de sustentáculo à formação da esfera pública, primeiro literária e, depois, política: é por meio do seu duplo papel de cidadão e homem que o indivíduo burguês expressa seus interesses individuais enquanto proprietário e homem comum na esfera pública (1984, p. 74).

Dessa forma, a esfera pública burguesa opera como uma forma social ideológica, na acepção marxiana do termo. A despeito das críticas habermasianas a supostos “limites” do materialismo histórico-dialético, o filósofo alemão é claro ao dizer que, na esfera pública burguesa, os interesses da burguesia são travestidos de interesses gerais, ou seja, há uma universalização da particularidade burguesa para representar a universalidade do pensamento e da ação humana, mascarando as relações conflituosas entre as classes sociais mediadas pela troca de mercadorias e pela compra e venda da força de trabalho alienada. Com o estabelecimento do Estado de Direito burguês e a possibilidade de ascensão social garantida pelo capitalismo, a esfera pública tornou-se uma realidade para qualquer homem burguês (e uma possibilidade para qualquer homem), o que trouxe, naquele momento do desenvolvimento do capitalismo europeu, legitimidade a essa organização social para que toda a sociedade se guiasse pelos preceitos da esfera pública burguesa, inclusive as organizações sociais da classe trabalhadora. A partir disso, a esfera pública política burguesa passa a privatizar a sociedade burguesa,

legitimando as trocas mercantis e transformando-as cada vez mais num assunto privativo (HABERMAS, 1984, p. 93).

Com o surgimento dos cafés literários e dos salões, nos quais burgueses e aristocratas começam a circular em níveis de igualdade social semelhantes, a esfera pública toma corpo nas principais cidades da Europa entre os séculos XVII e XVIII. Esse desenvolvimento é mais facilmente observado nas capitais francesa (Paris) e inglesa (Londres), enquanto no caso alemão Habermas pontua que, mesmo nas cidades do país, há uma série de diferenças, derivadas principalmente da ausência de uma revolução nesse país (que ainda não estava sequer unificado nesse período). No entanto, na Alemanha dos séculos XVII e XVIII, as sociedades de comensais surgem como substitutas das sociedades burguesas e aristocráticas, como no caso parisiense e londrino, o que permite retirar do âmbito da corte a representatividade pública aos poucos, segundo Habermas. Nesses locais, a presença de homens burgueses com formação acadêmica era preponderante (HABERMAS, 1984, p. 50).

O desenvolvimento do capitalismo na Europa, que culminou em processos revolucionários em dois dos países anteriormente citados, Inglaterra e França, trouxe aos dois países instituições burguesas mais sólidas, o que melhorou a posição social da burguesia, antes prisioneira de instituições da antiga ordem feudal do Estado corporativista (HABERMAS, 1984, p. 87). Os processos revolucionários, no entanto, ocorrem de modo bem desigual: na Inglaterra, a Revolução Industrial arrastou-se por mais de um século até possibilitar, por meio do acirramento de contradições com o Antigo Regime, instituições como a imprensa diária, os clubes partidários, a liberdade de associação partidária e a publicidade dos atos públicos do Estado. Na França, contudo, Habermas explica que, a partir de 1789, em pouco tempo essas instituições já surgiam fortemente ancoradas no poder da ascendente burguesia, depois que ela impôs a derrota ao radicalismo jacobino e ao movimento dos trabalhadores (HABERMAS, 1984, p. 88). Como veremos adiante, na Rússia de 1917, a esfera pública burguesa aparece com uma série de limites, impostos tanto pela ascensão do movimento revolucionário quanto pela histórica debilidade da burguesia liberal e esclarecida. Ao mesmo tempo, o processo de revolução permite aos poucos a utilização dos meios de comunicação disponíveis para a formação de uma esfera pública proletária, o que analisaremos em breve.

O fortalecimento da vida política burguesa permitiu a sedimentação da esfera pública nas sociedades industriais avançadas de então durante todo o século XVIII e na primeira metade do século XIX, período em que a esfera pública começa a apresentar sinais de desgaste devido às suas contradições sociais. A primeira delas é justamente o que Habermas chama do “outro lado” da esfera pública de tipo burguês, uma esfera pública plebeia, que surge ao mesmo momento histórico do seu tipo burguês, mas que é derrotada politicamente após a Revolução Francesa (HABERMAS, 1984, p. 10). Essa esfera pública plebeia, que tem sua origem no jacobinismo francês, tinha a plebe não-alfabetizada e ignara como protagonista e orientou-se também pelo movimento cartista, na Inglaterra, e pelo anarquismo em todo o continente europeu, tendo seu apogeu na segunda metade do século XIX com as revoluções de 1830, 1848 e a Comuna de Paris, em 1871. Tal modelo de esfera pública pode ser considerado um antecessor da esfera pública proletária, que surge com o fortalecimento dos movimentos operários e socialistas na segunda metade do século XIX, ou seja, com a organização dos trabalhadores em torno de partidos e sindicatos de massas.

Expostos os modos de organização da esfera pública burguesa, bem como a sua caracterização, podemos prosseguir na análise habermasiana a respeito da tese fundamental de sua obra, a mudança estrutural da esfera pública de tipo burguês. Essa reconfiguração da esfera pública burguesa ocorre com a entrada em cena de um novo personagem, o proletariado e as classes trabalhadoras pauperizadas, nas discussões públicas, bem como no enfrentamento proveniente de greves, manifestações e paralisações por melhores condições de vida e trabalho que marcaram a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. A seguir, vamos à tese habermasiana e, depois, a uma importante elucidação da composição da esfera pública russa na véspera da Revolução de Outubro e, também, durante todo o período de Guerras Civis. Posteriormente, como fechamento desse capítulo, entraremos na definição de esfera pública proletária de Oskar Negt e Alexander Kluge, como contraponto à esfera pública burguesa decadente habermasiana.

## 2.2 Mudança Estrutural da Esfera Pública Burguesa

O argumento central da tese de mudança de estrutura social da esfera pública de Habermas é que o próprio desenvolvimento da esfera pública, que se dá entre as tensões envolvendo o Estado e a sociedade, ocorre de modo que ela se privatiza com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, que dirimiu as relações de concorrência de seu antecessor, o capitalismo comercial, pela criação de monopólios cada vez maiores. Com o fortalecimento do intervencionismo estatal na economia e na sociedade como um todo, algo que começa a tomar corpo na segunda metade do século XIX, há, também, um processo identificado por Habermas como uma privatização desse espaço público por um “poder social”, privativo (HABERMAS, 1984, p. 170). Essa redefinição da base da esfera pública liberal (a separação, delimitada e necessária, entre Estado e sociedade) ocasionou a sua dissolução enquanto uma esfera pública liberal, ou seja, um local de reunião entre atores sociais privados em busca de satisfazer suas necessidades individuais e coletivas. O que surge a partir do ocaso da esfera pública liberal, no entanto, é uma esfera pública “repolitizada”, que escapa à distinção entre Estado e sociedade, “público” e “privado” (HABERMAS, 1984, p. 171).

A grande crise capitalista de 1873, que atingiu em cheio os países do centro do capitalismo mundial à época (Inglaterra, Alemanha, França etc.), é um ponto de inflexão importante nesse sentido. A redefinição do sistema foi possível pela monopolização do mercado, principalmente na indústria, o que causou uma imensa reordenação na estrutura de capitais (HABERMAS, 1984, p. 171). A era dos monopólios e do imperialismo resultante da monopolização do capital redefiniu a concorrência entre os atores sociais: enquanto havia um nível aceitável e razoável de concorrência entre os diversos atores, o modelo liberal de esfera pública manteve-se sólido.

O modelo liberal, na realidade um modelo da economia do comércio em pequena escala, só tinha previsto relações de trocas horizontais entre proprietários individuais de mercadorias: havendo livre-concorrência e preços independentes, então ninguém deveria poder obter tanto poder que lhe fosse permitido dispor sobre um outro. Contra tais expectativas, concentra-se agora, porém, caso haja concorrência imperfeita e preços independentes, o poder social em mão privada. Na tessitura das relações verticais entre unidades coletivas, constituem-se relações que são em parte de dependência unilateral, em parte de pressão recíproca. Processos de concentração e processos de crise arrancam o véu que encobre a

“troca por equivalentes” e desvelam a estrutura antagônica da sociedade (HABERMAS, 1984, p. 172)

Junto da formação do capitalismo monopolista, o Estado começa a obter outras funções além das que lhe eram de direito: guardar a ordem e a propriedade privada, com a polícia, o Judiciário e um sistema de cobrança de impostos regulamentado. Além dessas funções, surgem as responsáveis pela estruturação da sociedade no então nascente Estado-social: o aumento da concentração do capital acirrou as contradições sociais, o que tornou necessárias compensações sociais a grupos mais fracos, como trabalhadores (legalização de sindicatos), usuários e inquilinos (leis de regularização de aluguéis etc.) (HABERMAS, 1984, p. 175). Do mesmo modo, surgem também, para acompanhar a nova reconfiguração social do Estado, o Direito Social, uma nova modalidade que não era abarcada pelos direitos Público e Privado, como o Direito Trabalhista e Previdenciário (HABERMAS, 1984, p. 176).

Outro sintoma das mudanças estruturais na base do sistema capitalista, que remodelaram também as estruturas da esfera pública liberal, são as alterações na base da família. Nesse caso, a família, como a esfera íntima por excelência da esfera pública liberal, torna-se cada vez mais privada, do mesmo modo que as esferas que dizem respeito ao trabalho e à vida social, cada vez mais públicas

Os burgueses da era liberal viviam a sua vida privada prototipicamente na profissão e na família: o setor do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social era tanto uma esfera privada quanto a “casa”, despojada de funções econômicas imediatas. Estas duas esferas, outrora estruturadas no mesmo sentido, desenvolvem-se agora de modo oposto: e pode-se efetivamente dizer que a família se torna cada vez mais privada, enquanto que o mundo do trabalho e da organização se tornam cada vez mais públicos (HABERMAS, 1984, p. 181)

A consumação de um público burguês leitor, iniciada desde a época da solidificação da esfera pública literária, foi fundamental para a criação de um público consumidor de leitura como mercadoria. Isso, no entanto, só tomou corpo com o avanço tecnológico que possibilitou a ascensão da Indústria Cultural como uma

forma bem acabada de dominação ideológica e política que reforçava uma falseada “privacidade burguesa” no imediato consumo desses produtos (HABERMAS, 1984, p. 191).

Com o ambiente coletivo de consumo cultural (cinemas, consumo de televisão e rádio), para Habermas, perde-se a individualidade na apreensão do conteúdo: o indivíduo consumia cultura no seu próprio meio íntimo, na “clausura de sua esfera pública caseira”. As ocupações desse novo público consumidor de cultura ocorrem, do mesmo modo, num âmbito em que não precisam encontrar “continuidade em discussões”, o que leva a uma perda da comunicação pública sobre o assimilado (HABERMAS, 1984, p. 193). Além disso, a formação de um público consumidor do mercado de massas da cultura modifica a própria forma de consumo cultural típica do capitalismo concorrencial anterior: as relações entre público ouvinte e espectador nas eras do rádio e da TV, da produção em massa de jornais e revistas etc., “tiram do público a chance de emancipação” por tirar-lhe a chance de “dizer e contradizer” (HABERMAS, 1984, p. 202).

Junto à massificação da instituição que representa, por excelência, a esfera pública burguesa, ocorrem também as formações de monopólios de mídia, acompanhando as tendências monopolísticas do capitalismo no geral. Os grandes conglomerados nos Estados Unidos (Hearst), na Inglaterra (Northcliff) e na Alemanha (Mosse e Ullstein) são exemplos nesse sentido. Tal cartelização e monopolização não seria possível sem o desenvolvimento de tecnologias como o telégrafo, o telefone, o telégrafo sem fio, que culminaram nas mais representativas mídias de massas das sociedades fordistas (TV e rádio) posteriormente. No entanto, somente esse avanço tecnológico não explica o deslocamento da esfera pública com a mudança de funções da imprensa.

Nessa passagem que possibilitou a criação de um público consumidor de cultura de massas, Habermas pontua que a diferenciação entre a esfera pública literária e a esfera pública política passa a ser borrada pela nascente Indústria Cultural. Esta, além de permitir a difusão do conteúdo informacional na forma de mercadoria de massas, também atua como motor de *propaganda*, agora não no sentido da publicidade como “tornar público” os interesses gerais da sociedade na esfera pública, mas, sim, no de *public relations* do status quo (HABERMAS, 1984,

p. 207). Este é um dos principais elementos de quebra de barreiras entre as rígidas definições de esferas pública e privada. Com a privatização da esfera pública, essa separação por si mesma torna-se inútil, de modo que as categorias jurídicas e sociológicas que anteriormente definiam as esferas pública e privada também não se aplicam à nova esfera repolitizada (HABERMAS, 1984, p. 208).

A introdução das classes trabalhadoras como sujeito na esfera pública repolitizada também trouxe elementos que recolocaram a nova esfera noutro lugar. Habermas lembra que, para a perspectiva marxiana, a entrada das classes trabalhadoras na esfera pública era fundamental para elevar o nível dos debates políticos mais importantes para o encaminhamento da revolução social, embora a entrada neste terreno não fosse uma capitulação, de certo modo, da classe trabalhadora ao modo de funcionamento dessa esfera liberal. No entanto, a participação desse público na nova esfera, o que alargou suas bases também para os não-proprietários, possibilitou um imbricamento entre sociedade e Estado jamais visto anteriormente, o que fez com que o modelo de esfera pública perdesse sua base de sustentação (HABERMAS, 1984, p. 209). A já referida esfera plebeia, ignorada por Habermas em seus estudos sistemáticos sobre a sedimentação da esfera pública, ao entrar no mundo da esfera pública burguesa, desestabiliza as suas estruturas e permite, posteriormente, a criação de uma nova esfera pública, decorrente da crise insolúvel do modelo clássico e burguês: a esfera pública proletária, que este trabalho analisará em seguida. Porém, ainda temos de nos deter em aspectos importantes a respeito da esfera pública na Rússia revolucionária, antes de entrarmos na análise desse modelo alternativo de esfera pública concebido por Oskar Negt e Alexander Kluge.

### 2.3 A Esfera Pública Burguesa na Rússia Revolucionária

Falar da formação de uma esfera pública burguesa em uma nação marcada por séculos de czarismo, no interior da qual o florescimento de uma burguesia que pudesse ser digna de seu nome sempre encontrou dificuldades, pode soar contraditório. A história nos mostra, entretanto, que é justamente nesses locais que experiências políticas e contraditórias marcantes surgem. A Rússia do fim do século XIX e início do século XX passou por uma conturbada experiência de formação de

uma esfera pública burguesa no exato momento em que os trabalhadores pariam a revolução das entranhas do Antigo Regime em decadência. Esses dois projetos, ao se chocarem, trouxeram uma série de elementos que ajudaram a explicar o desenvolvimento do regime soviético nos anos 1920, assim como a sedimentação de uma esfera pública proletária (como veremos a seguir) neste país durante os primeiros anos da revolução.

Nossa investigação parte do início do século XX, por uma necessidade de recorte histórico e analítico e, também, para construir aos poucos um panorama do estabelecimento da esfera pública burguesa até o período das Guerras Civis. Segundo o soviólogo estadunidense Stuart D. Finkel, entre os anos de 1900 e 1914, antes da entrada da Rússia na Primeira Grande Guerra, o primeiro grande conflito que desestabilizou as bases do país eurasiático, haviam múltiplas associações de escritores, professores, advogados, assim como vários jornais de diferentes matizes ideológicas, alguns partidos políticos (os partidos operários, mesmo legalizados, ainda sofriam constante perseguição, enquanto os partidos burgueses gozavam de mais liberdade) e um razoável corpo parlamentar (FINKEL, 2007, p. 5-6). A difícil expansão do ensino público a crianças e jovens no fim do século XIX, que não acompanhou uma série de modernizações capitalistas empreendidas pelo czar Alexandre II (como a já citada abolição da servidão camponesa), foi um importante fator que travou o desenvolvimento de uma esfera pública burguesa solidificada como nos países centrais do capitalismo. Entretanto, nada disso impossibilitou a criação de uma esfera plebeia, proletária, principalmente por conta do avanço das contradições sociais que culminariam, no primeiro quarto do século XX, na primeira grande revolução das massas trabalhadoras da história e, também, pelo alto grau de organização das vanguardas políticas (FINKEL, 2007, p. 5).

No primeiro quarto do século XX, Finkel salienta que era possível dizer, pela primeira vez desde o início das modernizações burguesas, que existia um “público” (“*obshchestvennost*”) atuante no país, embora esse conceito fosse diferente para cada uma das organizações de classe que compunham as divergentes esferas públicas (FINKEL, 2007, p. 6). Do ponto de vista dos comunistas, esse público era composto pela *intelligentsia*, pela elite intelectual dos partidos, ativa politicamente na organização das ferramentas revolucionárias (partido de vanguarda e sindicato);

já para os liberais, o conceito aproximava-se mais das já conhecidas esferas públicas burguesas europeias (associações de escritores, partidos burgueses, parlamento burguês) (FINKEL, 2007, p. 6). As duas propostas eram, por suposto, incompatíveis de serem levadas adiante em um mesmo espaço, e o projeto liberal de uma esfera pública encontrou uma barreira, que se mostraria intransponível, no governo revolucionário dos bolcheviques. As consequências pós-1917, levando em conta o período de Guerras Civis e de sobrevivência da revolução a qualquer custo, foram as mesmas de outras guerras: deportações, prisões, exílios forçados no outono e no inverno e fechamentos de associações que tentassem disputar a hegemonia do Partido Bolchevique (FINKEL, 2007, p. 7).

Após essa constatação, é necessário pormenorizar algumas características da fonte historiográfica em questão, a qual diverge, do ponto de vista político e ideológico, da minha enquanto pesquisador. Tais diferenças são fundamentais para delimitar politicamente o trabalho do historiador, assim como o meu. Stuart Finkel considera o Estado russo revolucionário como um Estado “mobilizado para a guerra”, de modo que as bases sociais que o assentam são essa mobilização contínua para vencer o inimigo (FINKEL, 2007, p. 10-11). Não é uma avaliação de todo modo destoante da de outros autores aqui analisados, em que pese seu verniz liberal, mas isso traz implicações para a pesquisa a partir do momento em que esse Estado mobilizado para a guerra, necessário ao andamento da revolução (que não é um processo democrático, aos moldes burgueses), é criticado constantemente por Finkel por se tratar de uma barreira ao avanço da democracia burguesa em um território marcado por um conflito aberto que durou três longos anos. Para este autor, essa avaliação é, sob qualquer perspectiva, errada, ainda que tenham ocorrido incontestáveis episódios autoritários envolvendo a cúpula bolchevique durante todo o período das Guerras Civis (tal afirmação também é feita por outros autores utilizados nesta pesquisa). Feita essa demarcação, podemos continuar a análise.

Logo após a tomada de poder pelos bolcheviques, por parte dos intelectuais burgueses houve dois movimentos distintos: fugir do país, tanto pelo medo da perseguição do novo governo quanto para integrar a contrarrevolução no exterior, nas nações imperialistas; ou ficar na Rússia, estabelecendo uma oposição liberal contra o regime. Os partidários da primeira opção rumaram para Inglaterra, França

ou países neutros na Primeira Guerra, enquanto os que decidiram ficar na Rússia e exercer algum tipo de atividade política contrarrevolucionária decidiram por exigir a convocação de uma Assembleia Constituinte e denunciar o que chamaram de “golpe bolchevique”, atuando em sua própria esfera pública (FINKEL, 2007, p. 13). Entre esse contingente de intelectuais, estavam professores universitários (em sua maioria), estudantes, cientistas, juristas, entre outros. Tal atitude, de acordo com o autor, enfurecia Lenin, que via, já no início do processo revolucionário, a resistência da intelectualidade burguesa à revolução como uma traição e uma tomada de posicionamento contrário ao do proletariado. Esses grupos de intelectuais, para se organizarem, reuniam-se clandestinamente com associações e partidos rivais dos bolcheviques, como os Socialistas-Revolucionários (SR), os liberais do Kadet (Partido Democrata Constitucional) ou os Popular-Socialistas (FINKEL, 2007, p. 14). Esses agrupamentos de contrarrevolucionários se organizavam no Sul e no Leste da Rússia e, também, na Ucrânia.

Finkel lista algumas associações que tiveram suma importância no processo de estabelecimento de uma esfera pública burguesa na Rússia pós-revolução, durante as Guerras Cívicas. Uma das mais importantes, inicialmente, foi o Centro Nacional, formado em Moscou na primavera de 1918. A instituição mantinha uma proximidade muito grande com o Exército Voluntário de Denikin, comandante dos cossacos Brancos do Sul da Rússia, além de outras forças anti-bolcheviques em todo o território russo. O Centro Nacional era dividido em duas seções: uma majoritariamente controlada pelo Kadet, que cuidava das atividades contrarrevolucionárias (espionagens, por exemplo) na Rússia; e outra controlada pelos russos nacionalistas em Kiev, capital da Ucrânia. A instituição teve vida curta: um ano depois, no verão de 1919, foi descoberta e desbaratada pela Tcheka, e seus líderes, condenados à morte (FINKEL, 2007, p. 16). Outro grupo importante nesse período, que congregou vários militantes de partidos de centro-esquerda e mesmo de direita (socialistas-revolucionários de direita, popular-socialistas e mesmo mencheviques), foi o União para a Regeneração da Rússia, fundado pelo historiador Venedikt Miakotin. O grupo teve o mesmo destino do Centro Nacional: meses depois de fundado, foi fechado pela Tcheka, e suas lideranças, afastadas de funções públicas e inclusive presas (FINKEL, 2007, p. 16).

Alguns acontecimentos posteriores, no fim do período das Guerras Civis, influenciaram bastante na formação de associações de caráter contrarrevolucionário na Rússia. A fome que atingiu o Volga em 1921, em decorrência da crise econômica e de abastecimento causada pela baixa produtividade da economia russa naquele momento, devido ao estágio de guerra pelo qual o país passou por quatro anos, foi o estopim para a criação do Comitê Público de Alívio da Fome. Uma delegação de intelectuais tentou reunir-se com um alto funcionário do Comissariado da Agricultura, A. I Teodorovich, e também com Lenin, mas não conseguiu. Depois da negativa, três membros dessa comissão procuraram Máximo Gorki, o qual, mesmo relutante, conseguiu convencer Lenin a aceitar o projeto. Em poucos dias, Lev Kamenev, então vice-presidente do Conselho de Comissários do Povo e do Conselho do Trabalho e da Defesa, reuniu-se com uma comissão formada por três pessoas para dar início aos trabalhos (FINKEL, 2007, p. 21).

O Comitê Público para Alívio da Fome foi uma articulação entre grupos de intelectuais de orientações políticas diversas (da direita à centro-esquerda) que funcionou com ajuda estrangeira, particularmente das nações imperialistas, como Inglaterra, França e a própria Alemanha. No entanto, Kamenev só concordou que o Comitê poderia requerer ajuda estrangeira caso um grupo de bolcheviques compusesse a associação junto das figuras públicas. Dessa forma, segundo o representante do Governo Bolchevique, não haveria “fins políticos” na utilização do comitê (FINKEL, 2007, p. 21). Os primeiros problemas do Comitê se deram pela entrada da Igreja Católica nos trabalhos de ajuda aos famintos do Volga. Segundo Finkel, a aceitação dos bolcheviques a essa parceria, além do já permitido com as potências imperialistas, foi péssima; outros problemas surgiram quando o jornal *Pomosch'*, ligado ao Comitê, passou a criticar ferozmente as políticas sociais dos bolcheviques. Pouco tempo depois, em 1922, o Comitê foi dissolvido pela polícia secreta, e vários intelectuais (agrônomos, cientistas, professores universitários, artistas etc.) foram deportados.

Para Gorki, o fim do Comitê Público para Alívio da Fome, uma das maiores e mais duradouras iniciativas de tentativa de uma esfera pública burguesa na Rússia revolucionária, foi um “desfecho trágico para os seus esforços de conciliar o regime (bolchevique) e a *intelligentsia*” (FINKEL, 2007. p. 27). Com a entrada da Nova

Política Econômica (NEP) após o fim das Guerras Cívicas, boa parte da intelectualidade burguesa que se adequava ao regime bolchevique sentiu que haveria, a partir de então, um pouco mais de possibilidades para o florescimento de uma esfera pública burguesa, tendo em vista o afluxo de capital estrangeiro proveniente das nações imperialistas promovido pelo redirecionamento político-econômico do Governo Bolchevique. No entanto, devido ao recorte temporal deste trabalho, não analisaremos esse período histórico.

Durante os três anos de Guerras Cívicas, os bolcheviques tiveram de lidar com diversas iniciativas de resistência da esfera pública burguesa, contida pelo andamento da revolução. Alguns processos significativos ocorreram em universidades, quando os bolcheviques se depararam com as dificuldades de conciliação entre a ditadura do proletariado e a liberdade de cátedra: muitos professores, influenciados por ideologias liberais (inclusive, boa parte filiada a partidos políticos de direita, como o Kadet), não aceitavam as imposições dos bolcheviques, que abrangiam críticas às ciências naturais e humanas.

Boa parte dos professores liberais e moderados de esquerda mostraram-se abertamente contra o novo Governo Bolchevique, assim como a parte majoritária de seus estudantes, vindos da alta burguesia e das classes médias (FINKEL, 2007, p. 43). Marchas expressivas foram organizadas por estudantes e professores em Petrogrado, denunciando o “golpe bolchevique” e a ditadura do proletariado (FINKEL, 2007, p. 44). O fechamento de cursos de Psicologia e Direito, entre outros, também causou a ira de muitos intelectuais liberais nas universidades. Com a derrota dos exércitos contrarrevolucionários, em 1921, os bolcheviques puderam finalmente se concentrar no “front ideológico”, nos dizeres de Finkel, e ocupar de forma mais incisiva os espaços universitários. Uma forma encontrada pelos bolcheviques foi a formação de células de estudantes e de professores, formadas em vários campi pelo país.

Uma parte expressiva dos sindicatos que não estavam em poder dos bolcheviques também foi palco de conflitos logo após a revolução. Controlados por mencheviques e socialistas-revolucionários, de acordo com Finkel (2007, p. 69), esses sindicatos oposicionistas em grande parte dos momentos não aceitavam as políticas econômicas dos bolcheviques durante as negociações. Como forma de

combatê-los, o Governo Bolchevique optou por incentivar a criação de chapas bolcheviques nesses sindicatos; em caso de derrota, segundo Finkel, “as eleições não eram reconhecidas” e, em casos extremos, as propriedades e escritórios eram expropriados. Em 1920, nas palavras do historiador, o processo de “bolchevização” dos sindicatos e cooperativas já estava quase completo e poucos grupos rivais ainda estavam atuantes (FINKEL, 2007, p. 69).

Exposta a situação a respeito da esfera pública burguesa na Rússia revolucionária, passaremos, a seguir, a analisar o principal referencial teórico-analítico desta pesquisa: a categoria esfera pública proletária, de Oskar Negt e Alexander Kluge.

#### 2.4 Esfera Pública Proletária: a Organização da Experiência

*Mostrei o Iskra a muitos camaradas e todo o exemplar já está a desfazer-se, mas ele é precioso (...). Aqui fala-se da nossa causa, de toda a causa russa, que não se pode avaliar em copeques nem determinar em horas; quando o lemos, compreendemos porque é que os gendarmes e a polícia têm medo de nós, operários, e dos intelectuais que nós seguimos (...). O povo trabalhador pode presentemente incendiar-se com muita facilidade, na base o fogo já está latente, basta uma centelha para atear o incêndio. É com toda a justeza que se diz que a centelha ateará a chama! (...) Antes cada greve era um acontecimento e agora toda gente vê que uma greve não é nada, agora é necessário alcançar a liberdade, lutar por ela. Agora todos, velhos e novos, deveriam ler, mas para nosso mal não há livros. No domingo passado, reuni onze pessoas e li Por Onde Começar? e não nos separamos até o anoitecer*

(VENÂNCIO, Rafael Duarte Oliveira. Lenin e o Jornalismo Soviético. 2011, p. 47)

O episódio acima narrado, extraído de um estudo a respeito da concepção de imprensa e partido político em Lênin, é o relato de um operário russo que, às portas da revolução social de 1917, folheava o jornal do Partido Bolchevique, *Iskra*, com seus camaradas na sua residência. Reunidos, os trabalhadores, a despeito das extensas jornadas de trabalho que diariamente lhes tolhiam os sonhos e expectativas, conseguiam enxergar na organização das massas formas de romper a dominação czarista e, após esse processo, a do capital, fosse por meio da atuação do partido ou pelos métodos de auto-organização (greves operárias, muitas delas não organizadas por instituições burocráticas).

Com essa declaração é possível entrever relações entre a organização da experiência coletiva das massas operárias no processo revolucionário, arena no interior da qual Negt e Kluge estabeleceram o conceito de esfera pública proletária, assim como com as teorias de agitação e propaganda (agitprop), muito em voga na Rússia neste momento por conta da grande influência do bolchevismo, orientadas basicamente pelo pensamento de Lênin. Influenciados pela noção de espaço público burguês habermasiano, os teóricos frankfurtianos, partindo da crise da legitimidade da esfera pública evidenciada por Habermas no capitalismo liberal tardio, veem na esfera pública proletária o local de resolução desse impasse; ou seja, a organização do contexto proletário de vida por meio da auto-organização da classe trabalhadora seria o “segredo da esfinge” da resolução da crise da sociabilidade capitalista. Do mesmo modo, neste período histórico em questão, as concepções leninistas de organização proletária por meio da vanguarda operária lograram êxito na Revolução Russa, como descrito anteriormente neste trabalho. Ambas merecem ser pormenorizadas, pois eram concepções antagônicas que, em franco debate, ditaram os rumos de movimentos de trabalhadores por toda a Europa.

Este tópico inicia com uma exposição dessas duas concepções de organização, que, justapostas, explicam parte importante do debate sobre a organização dos trabalhadores nos séculos XIX e XX. Faz-se necessário discutir essas duas formas de concepção de organização porque, para os filósofos Negt e Kluge, havia uma clara identificação ao aparato do partido político como um espaço necessário de desenvolvimento da esfera pública proletária, o que não necessariamente deveria ser considerado verdadeiro. A partir dessa justaposição teórica e prática dessas duas formas organizativas do movimento dos

trabalhadores, será possível explicar as possibilidades discursivas dos pôsteres construtivistas em questão, no sentido de influenciar na criação de uma esfera pública proletária na Rússia revolucionária, no capítulo analítico a seguir.

#### 2.4.1 Agitação e propaganda (Agitprop), o primado da vanguarda e a crítica luxemburguista

Em outra oportunidade, desenvolvi uma pesquisa a respeito da agitação e propaganda com base em Lênin para compreender o contexto de criação de uma teoria do partido e da imprensa proletária segundo o revolucionário russo. Com o surgimento das primeiras organizações operárias (partidos, sindicatos, movimentos de bases, ainda que ilegais perante o absolutismo), a tendência reconhecida posteriormente como bolchevismo guiava-se por uma organização centralizada, verticalizada, composta de militantes profissionais. O “fio condutor” dos debates no interior do partido deveria ser, na opinião de Lênin, um órgão de comunicação, um jornal único produzido pelos militantes profissionais para toda a Rússia (FUSARO, 2016).

As primeiras ideias a respeito da teoria da agitação e propaganda em Lênin podem ser encontradas em dois textos seminais do autor: *Por Onde Começar* (1901) e *Que Fazer?* (1902), escritos no calor do debate entre os militantes do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR), que à época congregava boa parte da oposição socialista na Rússia como as frações bolchevique e menchevique. Nos textos, Lênin debate com um dirigente opositor estratégias de criação de um jornal único, financiado por militantes do partido (os quais deveriam receber salários para atuar como jornalistas/militantes<sup>3</sup>), distribuído em todas as centrais de fábrica e que tivesse capilaridade por todo o país, a fim de discutir e debater com o movimento operário em todos os momentos, não somente quando a insurreição estivesse à porta (FUSARO, 2016, p. 15). Sobre isso, Lênin considera que

---

<sup>3</sup> Em outra ocasião, Fusaro (2019) e Bastos (2019) desenvolveram uma reflexão a respeito do financiamento da imprensa proletária segundo os referenciais teóricos de Lênin e Gramsci, para os quais o trabalho do jornalista deveria ser, além de militante, remunerado, para que o partido contasse sempre com uma imprensa ativa, tanto em momentos de reclusão do movimento operário quanto em momentos de ascensão revolucionária.

Se unirmos nossas forças para desaguar em um jornal de escala nacional, tal trabalho fará surgir e formará não somente os propagandistas mais hábeis, mas também os organizadores mais provados, os chefes políticos mais capazes de saberem lançar no momento exato a palavra de ordem da luta decisiva e dirigir essa luta (LENIN, 1901)

Lênin desenvolveu uma metodologia que se encaixou, à época, perfeitamente nas dificuldades enfrentadas pelo movimento dos trabalhadores na Rússia czarista. Havia muito pouco espaço, de fato, para a construção democrática de um movimento de massas em um país autocrático, que não oferecia liberdades mínimas de associação para partidos comunistas; na visão dos bolcheviques, guiados por Lênin, o melhor modo de organizar-se de forma rápida e efetiva, levando em conta a eminente crise do czarismo, era apostar em uma organização vanguardista e centralizada (FUSARO, 2016, p. 16).

A partir de um esquema de subdivisão hierárquica entre propagandistas e agitadores, Lênin definiu que os primeiros seriam responsáveis por estudar a teoria revolucionária e os segundos a difundir-la às massas da forma mais hábil e direta possível, através dos meios que se mostrassem melhores para esse fim. Sobre essa definição taxativa do líder bolchevique, E. M. Kuznetsov, em um esforço de sintetizar a teoria lenineana, caracteriza a agitprop como uma “componente da atividade político-ideológica do partido, assim como a teoria revolucionária, o fundamento ideológico da organização” (KUZNETSOV, 1979, p. 110). Para o autor, a agitação seria o uso corrente de elementos do cotidiano do trabalhador (ferramentas de comunicação diversas como peças de teatro, jornais, produção de cartazes etc.), enquanto a propaganda seria o desenvolvimento das ideias do partido, da teoria revolucionária (FUSARO, 2016, p. 22). De forma análoga, é possível afirmar que a propaganda seria a estratégia do partido para a “disputa das consciências”, enquanto a agitação dependeria das táticas utilizadas pelos agitadores (as mais diversas possíveis) para cativar as massas trabalhadoras, utilizando-se inclusive de recursos emocionais (2016, p. 22).

As definições de Lênin a respeito da agitação e propaganda só podem ser compreendidas se pensadas a partir de um processo de constituição de hegemonia do partido político enquanto organismo responsável por incutir no proletariado a consciência de classe. Segundo Daniel Cassol, Lênin classifica o jornal do partido

(o braço mais ativo da organização como um todo) como a ferramenta capaz de revelar “opressões a um auditório de ignorantes” (CASSOL, 2010, p. 55). Imersos no cotidiano alienante da sociabilidade capitalista, os trabalhadores não teriam capacidade de descobrir por si mesmos, sem a ajuda do partido revolucionário (necessariamente uma organização vanguardista e vertical, formada pelos melhores quadros), a verdade da teoria revolucionária. Por isso, a concepção de partido de Lênin, que engendra também a noção de agitação e propaganda como a ferramenta mais pulsante de transmissão da ideologia revolucionária, é considerada nesta pesquisa como uma concepção vanguardista da revolução, em oposição à concepção de auto-organização das massas luxemburguista.

No entanto, apesar da notável hegemonia dos bolcheviques após o processo revolucionário (principalmente durante as Guerras Cívicas, o número de filiados aumentou exponencialmente), muitos grupos que produziam arte de vanguarda, do teatro aos pôsteres de agitação e propaganda, não eram vinculados ao Estado ou ao Partido Bolchevique. Devido ao processo de centralização burocrática pelo qual a Rússia (e posteriormente a URSS) passou, essas iniciativas livres ficaram cada vez mais raras, podadas pela centralização do Partido Bolchevique, algo iniciado ainda durante os anos de Guerras Cívicas contra os grupos contrarrevolucionários (liberais, monarquistas etc.) e executado, posteriormente, contra os idealizadores da revolução. Nesse momento, abundam as críticas aos bolcheviques. Abordaremos a seguir uma das mais famosas críticas, embora aliada imprescindível, vinda da revolucionária alemã Rosa Luxemburgo.

Como adversária às ideias de Lênin, a autora, cara aos idealizadores do conceito de esfera pública proletária, foi uma crítica contumaz do processo burocrático empenhado pela Revolução Russa, a despeito de saudar efusivamente a tomada de poder pelos bolcheviques em 1917. Em *A Revolução Russa* (1991), texto escrito somente dois anos após a tomada de poder dos trabalhadores, a revolucionária reflete a respeito do feito dos bolcheviques, em comparação à debilidade do proletariado alemão e, também, de todos os países em mundializar a revolução (assim como Lênin, Trotski e muitos outros achavam que iria ocorrer):

Coube, pois, à tendência bolchevique o mérito histórico de ter proclamado e prosseguido, desde o início, com uma coerência férrea, a única tática que podia salvar a democracia e fazer avançar a revolução. Todo o poder às mãos das massas operárias e

camponesas, às mãos dos soviets - esta era, de fato, a única saída para as dificuldades em que se encontrava a revolução, o golpe de espada que permitia cortar o nó górdio, tirar a revolução do impasse e deixar o campo livre à continuação de um desenvolvimento sem entraves (LUXEMBURGO, 1991, p. 68)

A partir de uma análise crítica do processo revolucionário, a despeito dos elogios, Rosa Luxemburgo considera que a tendência à burocratização dos bolcheviques, acompanhada de tendências autoritárias e centralistas típicas dos líderes que compunham o seu quadro dirigente, excluiu paulatinamente as outras correntes aliadas logo durante o início do processo revolucionário. Esse “desprezo” dos bolcheviques pelas liberdades democráticas (de associação, de sindicalização, de imprensa, entre outras) caminhava paralelo ao incentivo à “autodeterminação” dos povos não-russos (que não eram obrigados a se anexar à Rússia) (LUXEMBURGO, 1991, p. 77). Tal permissividade provocou muitos conflitos entre a Rússia e essas nações, o que, na opinião da revolucionária alemã, trouxe mais problemas do que soluções à revolução.

Enquanto Lênin e seus companheiros esperavam manifestamente, como defensores da liberdade das nações “até a separação enquanto Estado”, fazer da Finlândia, da Ucrânia, da Polônia, da Lituânia, dos países bálticos, das populações do Cáucaso etc. aliados fieis da Revolução Russa, nós assistimos ao espetáculo inverso: uma após outra, essas “nações” utilizaram a liberdade recentemente oferecida para se aliarem, como inimigas mortais da Revolução Russa, ao imperialismo alemão e para levarem, sob sua proteção, a bandeira da contrarrevolução para a própria Rússia (1991, p. 78)

Adiante, a autora desenvolve a tese de que houve um excesso de centralismo na Rússia, o que transformou a ditadura do proletariado em uma ditadura da cúpula do Partido Bolchevique. Exatamente após defender as liberdades democráticas, Rosa Luxemburgo cita na referida obra que somente o debate público e amplo entre os trabalhadores cria uma “atmosfera política leve, vibrante e receptiva” que influencia os meios representativos (partidos, sindicatos, associações etc.) (LUXEMBURGO, 1991, p. 86). Em suma, a democratização das instituições com a participação ampla das massas trabalhadoras seria a legítima revolução na Rússia, algo que o gênio político de Lênin e Trotski, citados

nominalmente pela revolucionária alemã, não conseguiu perceber ao investir na supressão das liberdades democráticas, encaradas como formas de retorno da contrarrevolução e não como os espaços públicos de debate político que deveriam ser (LUXEMBURGO, 1991, p. 87). A morte prematura de Rosa Luxemburgo, em 1919 (a qual, junto da de Karl Liebknecht, contribuiu enormemente para o encerramento da Revolução Alemã), lhe impediu de ver o desenvolvimento conturbado, em alguns momentos regressivo, da Revolução Russa.

A definição de Rosa Luxemburgo a respeito da criação de uma “atmosfera política”, por meio da organização livre e democráticas das massas, é precisamente o básico do que os autores que serão tratados a seguir denominaram esfera pública proletária. A partir das concepções da revolucionária alemã, Oskar Negt e Alexander Kluge, imersos em um tempo histórico distinto (década de 1970), analisam a possibilidade de reabilitação de uma esfera pública viva, alimentada pela experiência das massas durante os processos revolucionários. Vamos, enfim, à análise das considerações dos autores sobre o conceito, a começar por uma noção de experiência em um autor caro à Teoria Crítica, o alemão Walter Benjamin, que muito influenciou o pensamento de Negt e Kluge.

#### 2.4.2 O conceito de experiência

No ensaio *Experiência e Pobreza* (2012), escrito às vésperas da morte do pensador alemão e à sombra da invasão nazista por sobre toda a Europa não-ariana, Walter Benjamin relata que a capacidade de experienciar do indivíduo comum enfrentou, a partir da entrada das principais nações do mundo na Primeira Grande Guerra, seu primeiro grande abalo. As pessoas, mergulhadas em suas vidas cotidianas e alienadas, perdiam a capacidade de narrar os acontecimentos de suas vidas, de passar suas experiências adiante. Benjamin relaciona essa perda da capacidade de narrativa, já abordada em outro texto, *O Narrador - Considerações Sobre a Obra de Nikolai Leskov*, escrito em 1936, à perda da capacidade comunicativa dos soldados de todas as nações, os quais, ao voltarem das trincheiras da guerra, não conseguiam sequer verbalizar o horror vivenciado durante quatro longos anos de combate.

Já se podia notar que os combatentes haviam voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. Os livros de guerra que inundaram o mercado literário nos dez anos seguintes não continham experiências transmissíveis de boca em boca. Não, o fenômeno não é estranho. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes. Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano (BENJAMIN, 2012, p. 114-115)

A tese benjaminiana sobre a decadência da experiência está relacionada com o início de uma das mais importantes ferramentas de instauração do modo de vida burguês, discutido em *O Narrador*: a invenção da imprensa diária, que tem como seu produto principal a informação (BENJAMIN, 1994, p. 201). A capacidade de narrar experiências, durante todo os séculos de formação da sociedade burguesa, foi substituída pela contação de “experiências” por narrativas informativas, que entregam aos leitores o que aconteceu. Essa forma de compreensão de mundo foi precedida, pouco depois, pela invenção do romance burguês, também avesso totalmente à ideia de narrativa, segundo Benjamin, pois o leitor do romance é um leitor solitário, que encontra na escrita do romance as respostas para o desenrolar da estória; já o ouvinte de uma narrativa, pelo contrário, deve passá-la adiante do mesmo modo que a recebeu: de outra pessoa, através do exercício da sabedoria (BENJAMIN, 1994, p. 200).

A reabilitação da experiência (cunhada pelos autores como *experiência social*) enquanto contato dos trabalhadores com o mundo da vida é um dos principais tópicos abordados por Oskar Negt e Alexander Kluge em *Esfera Pública e Experiência*, assim como a educação das classes trabalhadoras e a instituição da família mononuclear burguesa. Essa experiência, segundo os autores, seria adquirida por meio da auto-organização da classe trabalhadora, aos moldes do preconizado por Rosa Luxemburgo, embora não haja, em toda a obra, muitas menções explícitas aos estudos da revolucionária alemã.

Deve-se situar temporalmente essa tentativa de superação da esfera pública burguesa: o momento histórico em que Negt e Kluge escrevem é o do surgimento dos novos movimentos sociais, nos anos 1970 (uma década depois das considerações feitas por Habermas sobre a decadência da esfera pública burguesa, portanto). Neste trabalho, avaliamos a formação de uma esfera pública proletária em um momento anterior, nas Guerras Civis na Rússia, quando existia uma hegemonia do partido político como principal ferramenta de transformação do proletariado. Negt e Kluge, no entanto, analisam o florescer de uma série de revoltas (estudantil, feminista, LGBT, antirracismo) que não tinham uma centralidade definida somente no sujeito da classe operária, mas, sim, em opressões de raça, gênero, entre outras, o que significa, na visão dos filósofos, o fim de um “paradigma produtivista” (NEGT; KLUGE, 1993, p. 16).

Outro ponto a se considerar é que a noção de esfera pública realibitada na teoria dos dois autores leva em conta o surgimento de uma nova publicidade (posteriormente à publicidade kantiana, utilizada por Habermas) que veio com as transformações tecno-estéticas e econômicas no âmbito das comunicações nesse período histórico (televisão, rádio, imprensa escrita, fortalecimento dos grandes conglomerados de comunicação, como as agências de notícias internacionais), o que redefiniu espacial e geopoliticamente a esfera pública nos anos 1970, que segundo os autores passou a se organizar para além das fronteiras de seus próprios países (NEGT; KLUGE, 1993, p. 10). Durante o período analisado neste trabalho, uma Indústria Cultural de fato, que seria o meio de disputa dos capitais individuais pelas consciências das massas<sup>4</sup>, ainda não existia na Rússia revolucionária. Depois desses dois importantes adendos, podemos voltar à caracterização da experiência para Negt e Kluge.

Para ambos os autores, a constituição do horizonte social da experiência é o principal problema que permeia a reconstituição de uma esfera pública que não se baseie na propriedade privada, e, sim, na experiência coletiva das massas organizadas (NEGT; KLUGE, 1993, p. 11). É exatamente na contradição da esfera pública burguesa, evidenciada em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* com a desintegração do público a partir da constituição da burguesia monopolista nos fins

---

<sup>4</sup> A obra seminal de Bolaño (2000) traz uma exposição lógica e dialética do caráter lógico e histórico do conceito de Indústria Cultural como uma forma específica da informação no modo de vida capitalista.

do século XIX, que as considerações de Negt e Kluge divergem das de Habermas: essa contradição, para a qual Habermas ainda intenta buscar uma resposta em suas obras posteriores (ou seja, fora do *paradigma produtivista*, como deixa explícito com a teoria do agir comunicativo), não surge do declínio da esfera pública burguesa, afinal esta já é *inerentemente* contraditória, pois é fundada em um princípio abstrato de generalidade, legitimado socialmente pela propriedade privada dos meios produtivos (NEGT; KLUGE, 1993, p. 27).

Ademais, enquanto a ideia de esfera pública em Habermas depende da constituição de espaços formais de comunicação (liberdade de associação, direitos de participação política iguais a todos, canais desobstruídos de deliberação etc.), para Negt e Kluge o “contraconceito”, como eles mesmo denominaram a esfera pública proletária, está enraizado nas necessidades concretas das classes trabalhadoras, nas greves, ocupações, assembleias, protestos, produção cultural etc. (NEGT; KLUGE, 1993, p. 30-31). Ou seja, na experiência viva da auto-organização das massas.

A partir dessa consideração, Negt e Kluge ressaltam que a esfera pública burguesa, tal como delimitada por Habermas, surgiu das contradições que apareceram após a sedimentação das instituições da sociedade civil burguesa: o parlamento, as associações de classe, os jornais; mas também os locais sociais onde as atividades públicas da burguesia eram promovidas (praças públicas, teatros, clubes de leitura e de discussões políticas etc.) (NEGT; KLUGE, 1993, p.1-2). A produção de experiência burguesa, na visão dos autores, difere-se da proletária porque ocorre analogamente à produção das mercadorias que reafirmam a burguesia enquanto classe (NEGT; KLUGE, 1993, p. 4).

Com o início da participação do proletariado e das classes trabalhadoras em geral nas instituições burguesas (vencendo eleições, legalizando greves, criando associações legais), inicia-se, também, o primeiro grande dilema das classes subalternas: essa esfera pública operava, originalmente, em favor da reprodução da propriedade privada, e não em favor dos interesses das classes trabalhadoras. Estes interesses, de modo geral, aparecem nas disputas no interior da esfera pública como um amontoado de “interesses particulares”, do mesmo modo como ocorrem com as instituições, associações, partidos e veículos de comunicação burgueses. Assim que a esfera pública, como evidenciado por Habermas, é esvaziada devido à privatização dos seus espaços de discussão, não resta outra

alternativa aos trabalhadores, ao adentrarem no espaço público, representarem interesses particulares ao invés de interesses públicos (NEGT; KLUGE, 1993, p. 7).

Se não há uma forma viável, para os dois filósofos, de os trabalhadores constituírem-se enquanto classe no interior da esfera pública burguesa, a resolução desse problema prático e teórico só poderia vir por meio da criação de uma nova esfera pública, que não se baseie por meio do referencial kantiano (referenciado por Habermas) do esclarecimento como consumação da política (NEGT; KLUGE, 1993, p. 10). Como contrapartida, surgiria a esfera pública proletária.

Cada movimento social, cada greve, cada parada de massas empobrecidas, todos esses movimentos geram, a partir de si mesmos, uma esfera pública que se opõe à esfera pública burguesa ou que assumiram seus conteúdos emancipatórios essenciais. Estas formas da esfera pública proletária não possuem, contudo, uma estrutura sólida. Elas não se apresentam em instituições duradouras. Possuem em geral apenas meios técnicos precários dos mídia desenvolvidos e se desintegram, por isso, na mesma medida em que a força de um movimento se exaure (NEGT, 1984, p. 31)

É possível estabelecer um paralelo nessa reflexão, de início, com as formas de comunicação utilizadas pelo Governo russo logo após a tomada de poder pelos bolcheviques. Os “meios precários” citados por Oskar Negt seriam as formas de agitação e propaganda utilizadas pelos artistas construtivistas, os pôsteres, o teatro-vivo, a imprensa proletária. Esses meios são precários porque não se assentam em nenhum tipo de instituição hegemônica burguesa: a Rússia pós-revolução de Outubro passou por três anos consecutivos de Guerras Cívicas e a sustentação do modelo de revolução bolchevique só poderia se fazer, na visão dos próprios, com a vitória sobre os contrarrevolucionários. Por isso, este trabalho se dedicará a analisar os pôsteres de guerra e suas mensagens, na tentativa de identificar um discurso de formação de esfera pública proletária nesses materiais.

Outro ponto importante que difere a esfera pública proletária da esfera pública burguesa habermasiana é o local da formação da experiência de ambos os sujeitos. Se, para Habermas, a esfera pública burguesa forma-se no interior de espaços de lazer (cafés, teatros etc.), para Negt e Kluge a experiência dos trabalhadores forma-se em locais destinados ao trabalho, majoritariamente as fábricas. Nestes locais é que os indivíduos, como pessoas privadas, promovem as

interações que serão transmitidas, depois, à mídia de massas característica de seu período histórico (NEGT; KLUGE, 1993, p.31). Essa diferença se tornará decisiva quando analisarmos a fábrica como uma representação da potência transformadora da esfera pública (as fábricas, também, compõe parte importante do cenário da esmagadora maioria dos pôsteres analisados neste trabalho).

#### 2.4.3 A fantasia como modo de experimentar a esfera pública proletária

Junto ao conceito de experiência, retirado da obra de Walter Benjamin, Negt e Kluge concebem a fantasia como um meio de experimentar a formação da esfera pública proletária em sua inteireza. É somente por meio da capacidade de fabular, de criar expectativas a respeito da realidade, que a classe trabalhadora consegue fazer com que esse espaço único de fruição dos seus desejos seja encenado e realizado. Com um exemplo a respeito da formação das greves operárias, Negt explica a importância da fantasia para a criação da esfera pública proletária.

Quem observa como, por exemplo, numa situação de greve, os homens que antes mal podiam falar são libertados de suas inibições de fala e são capazes de chegar a um acordo sobre muitas coisas que estava reservadas aos dominadores, pode levar a impressão de um tal tipo de processo de produção ao qual todos os participantes são incorporados. Se a esfera pública burguesa que serve à sustentação das relações de dominação estabelecidas e que tem sua função essencialmente na resistência contra as lutas de emancipação, consiste na ocupação micrológica de espaço e tempo, o mesmo vale para a esfera pública proletária (NEGT, 1984, p. 37)

Essa “ocupação micrológica” do espaço e tempo da esfera pública proletária à qual Negt se refere consiste na alteração completa dos parâmetros de espaço e tempo da vida burguesa a partir do momento em que a esfera pública proletária se forma. Em épocas de protestos e revoluções, o tempo é redimensionado de acordo com as demandas políticas da classe trabalhadora. As necessidades vitais de sobrevivência (alimentar-se, dormir, sonhar) são administradas de outro modo, como o tempo destinado ao sono, por exemplo, sendo reduzido radicalmente: o “estar desperto” configura-se, para Negt, em um foco de concentração no que é mais importante para a vida do trabalhador (NEGT, 1984, p. 38). O autor também

considera o cansaço como uma categoria social nesses momentos históricos, devido à alteração da conjuntura (em épocas de protestos, revoluções, como as Guerras Civis) proporcionada pelos acontecimentos simultâneos e incontrolláveis.

Neste sentido, a apreensão da experiência em épocas revolucionárias (como posteriormente evidenciaremos com os discursos dos pôsteres) dar-se-ia de forma coletiva, do mesmo modo que a classe trabalhadora, nessas mesmas épocas, organizaria as necessidades vitais e as necessidades da revolução de acordo com o curso dos acontecimentos. Segundo Roger Campato, que analisa o conceito benjaminiano de experiência e da debilidade da narrativa, a composição de uma narrativa que valorize a experiência deve retirar o ser humano da solidão durante o processo de apreender o mundo (CAMPATO, 2008, p. 12). Ou seja, ele não deve vivenciar o mundo isoladamente, o que não significa um retorno romântico a um pré-capitalismo idílico, mas, sim, conceber um esforço de desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo industrial que não descarte, ao mesmo tempo, a espontaneidade do trabalho vivo, que é coletivo (CAMPATO, 2008, p. 13).

O percurso histórico de entrada das classes trabalhadoras na esfera pública burguesa (o que ocorreu no exato momento do início de sua derrocada) foi marcado devido ao grande acúmulo de experiência que o movimento dos trabalhadores conseguiu arregimentar durante todo o século XIX. Logo no início, os partidos, sindicatos e diversos movimentos operários social-democratas notaram rapidamente o véu ideológico que encobria a falsa democracia burguesa: ao galgar espaços nesse intrincado caminho, foram silenciados, perseguidos e destruídos (CAMPATO, 2008, p. 27). Esse alargamento do espaço público, além de ser um dos sintomas de sua derrocada, também foi suficiente para que discussões, polêmicas e acirramentos políticos que antes se resolviam no interior do parlamento começassem a transbordar como contendas públicas impossíveis de serem resolvidas sem que a ordem social burguesa fosse contestada (CAMPATO, 2008, p. 28).

Esse acúmulo vivo de experiência foi um dos propulsores dos processos revolucionários que ganharam o mundo no século XX, entre eles a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia. Mesmo com a entrada do Estado Social e da ampliação de direitos às classes não possuidoras, em países centrais do capitalismo, a dialética entre a esfera pública burguesa e a esfera pública proletária, sobre a qual iremos nos debruçar em breve, encontrou barreiras intransponíveis na elevação da

publicidade burguesa a mais indivíduos que não fossem proprietários privados. Devido a essa conclusão, é possível afirmar que a realização completa do espaço público habermasiano configura-se mais como um *imperativo moral* do que como uma realização de fato (CAMPATO, 2008, p. 33). A promessa tardia de realização da esfera pública por meio de sua ampliação com o Estado Social, porém, não poderia ocorrer na Rússia pré-revolucionária devido às contradições inerentes ao absolutismo: se esse processo se consumasse, o regime viria abaixo e daria lugar ou a uma democracia burguesa, ou a uma revolução proletária, o que impediria a essa esfera pública imperfeita de atingir sua plenitude.

## 2.5 Esfera Pública Burguesa e Esfera Pública Proletária: Relações Dialéticas

Como já foi dito, a noção de esfera pública proletária ainda guarda importantes relações com a de esfera pública burguesa habermasiana. Para Negt e Kluge, deveria haver uma superação dialética do conceito proposto por Habermas, o que implica em preservar uma série de pressupostos contidos na construção teórico-prática do pensador e superar outros tantos. Essa relação dialética entre as duas esferas inicia-se, segundo Negt, logo no início do surgimento da esfera pública proletária: devido à forte influência da esfera pública burguesa, derivação histórica da dominação burguesa durante os séculos, as famílias patriarcais educavam seus filhos pelos moldes hegemônicos, algo que os partidos social-democratas e comunistas se esforçaram em alterar (NEGT, 1984, p. 39). Um exemplo interessante nesse sentido, na realidade da União Soviética, foram as lavanderias e restaurantes coletivos implantados após a revolução para contribuir com a libertação das mulheres da carga do trabalho doméstico.

Essa alteração no modo de vida burguês deve-se a uma transformação cultural para instaurar novas relações sociais entre a classe trabalhadora, contra as alienações às quais ela é submetida diariamente. Essa nova práxis política deve ser arraigada na ação autônoma do indivíduo, bem como em sua espontaneidade (CAMPATO, 2008, p. 18). Assim como a noção de resgate da esfera pública burguesa de Habermas, a formulação da esfera pública proletária em Negt e Kluge aposta no resgate crítico da esfera pública, mas com a figura do proletariado diluindo, por meio da ação política, a homogeneidade burguesa e decadente da esfera pública burguesa. Ademais, para Habermas, não haveria publicidade

burguesa (tal qual Kant a concebe) sem a existência da autonomia privada, ou seja, da propriedade privada dos meios de produção. Tal definição, uma opção conceitual do pensador alemão, impossibilitaria Habermas de fazer conjecturas a respeito da possibilidade de uma esfera pública fora da ordem capitalista (CAMPATO, 2008, p. 24).

Tal como concebida por Habermas, a crise da esfera pública foi causada, em grande parte, com o processo cunhado pelo filósofo alemão como a despolitização da política. A burocratização empreendida com o desenvolvimento do capitalismo, já em sua fase monopolista, transferiu as decisões públicas que deveriam ser tomadas em locais de atuação dos cidadãos (burgueses, homens, proprietários privados, letrados e cultos etc.) para gabinetes de burocratas e especialistas (CAMPATO, 2008, p. 30). A tecnicização da política, para Negt e Kluge, foi um caminho inescapável da esfera pública burguesa devido às suas contradições intrínsecas.

Explicitados os principais conceitos da esfera pública proletária que serão utilizados na análise deste trabalho, podemos avançar na análise dos cartazes de propaganda do período das Guerras Civis. Como já mencionado anteriormente, a escolha dos cartazes se baseou no critério da importância política, econômica e social das guerras para a sobrevivência da revolução. A partir desse argumento, central para toda a propaganda bolchevique (que, além de criar um novo modo de vida na Rússia ao disciplinar o consumo, por exemplo, mobilizou a sociedade para a guerra contra a contrarrevolução), destacamos dez pôsteres produzidos entre 1918 e 1921 que tratam da temática das Guerras Civis. Durante todo o processo de análise, recorreremos aos autores anteriormente citados, para identificar a produção de um discurso de criação de uma esfera pública proletária, a despeito das contradições entre o centralismo democrático e partidário dos bolcheviques e o constructo teórico de Negt e Kluge.

### 3. ANÁLISE DOS CARTAZES DAS GUERRAS CIVIS

*Na época atual, todos os modos de expressão artística devem ter seu lugar no seio da revolução cultural socialista. As artes do espaço - arquitetura, pintura, escultura, grafismo, artes industriais, fotografia, cinema etc. - não conseguirão sair da crise que atravessam senão se colocando a serviço da classe operária hegemônica que guia o campesinato e os povos atrasados.*

ALBERA, François. Eisenstein e o Construtivismo Russo. 2011. p. 189

O trecho descrito acima, o início do Manifesto de Outubro (1928), traz o gérmen do conjunto de ideias do construtivismo, já presente nas produções dos primeiros anos do desenvolvimento da Revolução de Outubro. O grupo capitaneado por Serguei Eisenstein – que à época lançava uma ode à revolução, o filme *Outubro* (1927) –, mesmo organizando-se no crepúsculo da revolução cultural construtivista, preservou intactas as características da arte construtivista ante ao crescimento da influência do realismo entre os comissários e os altos oficiais do Partido Bolchevique, que desaguaria posteriormente na afirmação do realismo socialista enquanto política cultural oficial da URSS e no encerramento forçado das vanguardas artísticas. A “crise artística” da qual o manifesto fala resume-se, principalmente, ao impasse encontrado por artistas e estudiosos da arte na virada para o século XX: a arte como representação de uma vida burguesa, enclausurada em museus e exposições privadas dos olhos da maioria da população (trabalhadora), chocou-se com os ideais revolucionários desse mesmo contingente de trabalhadores. A resolução desse impasse ocorreu com as vanguardas artísticas, que trouxeram o compromisso da revolução para o seio da produção artística em uma mudança estética sem precedentes na história da arte.

Neste capítulo, analisaremos dez cartazes construtivistas de *agitprop*, produzidos durante os anos das Guerras Civis, entre os anos de 1918 e 1921. Todos eles versam sobre a guerra e contém mensagens simples e diretas, direcionadas aos trabalhadores urbanos (que compunham a base de apoio do bolchevismo). Tal como o manifesto ratifica, o foco de ação da produção artística

construtivista foi o operário russo das grandes cidades, concentrado principalmente em Moscou e São Petersburgo, que compunham o raio de influência dos bolcheviques durante o período das Guerras Cívicas. Como já abordado anteriormente, a escolha da temática da guerra justifica-se pela grande importância que a guerra tinha para a sobrevivência da revolução: grande parte do orçamento russo (40%) era destinado à guerra, mais especificamente ao Exército Vermelho. Em razão disso, direcionar a propaganda para o aumento da produção, o recrutamento de soldados, bem como mensagens de apoio e incentivo ao Exército Vermelho contra os Brancos e a reação russa (Cossacos Brancos, Verdes, entre outros) era um trabalho primordial para os artistas de vanguarda. Isto posto, vamos às análises.

O primeiro cartaz a ser analisado é um produto do artista Dmitry Moor, *Você já se alistou?* (1920). O cartaz é direcionado à população urbana russa, que à época era pressionada pelo Governo Revolucionário a alistar-se no Exército Vermelho (durante os primeiros anos de guerras, o alistamento era voluntário, passando a ser obrigatório a partir de 1921). É possível observar alguns elementos muito característicos desse tipo de produção gráfica destinada aos trabalhadores urbanos: o cenário é composto de fábricas, que soltam grossas camadas de fumaça das chaminés, reforçando o ideal da revolução como um agente modernizador para a Rússia; as fábricas e a roupa do soldado são vermelhas, a cor característica da revolução. A figura do soldado do Exército Vermelho, um homem de porte forte, meia idade e bigodes, reforça o ideal de virilidade com o qual são representadas as “três personagens” que deram o suporte à revolução: o soldado, o operário e o camponês são sempre retratados com altivez nos cartazes, de acordo com Bonnel, em especial o operário, representado no que a autora cunhou de “mitologia bolchevique” pela figura do ferreiro (BONNEL, 1998, p. 31).

Figura 1 - Você já se alistou?



Legenda: Você já se alistou? - Dmitry Moor (1920)<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Fonte: <https://www.bl.uk/collection-items/did-you-volunteer>

A frase imperativa do soldado do Exército Vermelho, “*Você já se alistou?*”, é o ponto de partida de uma análise a respeito da formação da esfera pública proletária e do desenvolvimento do que Negt e Kluge chamou de contrapublicidade (CAMPATO, 2008, p. 79). O discurso de união para a vitória da guerra era, para os bolcheviques (e Dmitry Moor era um dos artistas que se ligaram ao Partido Bolchevique após a Revolução de Outubro), primordial, como vimos anteriormente. Essa tentativa de estabelecimento de uma publicidade dos interesses da classe trabalhadora, na acepção habermasiana do termo, por meio do chamamento à união nas Guerras Civis de todos os trabalhadores possíveis, não é reconhecida por Habermas como uma forma pungente de esfera pública. Ademais, por estar submetido a um paradigma produtivista, intitulado por Habermas como uma antítese do intersubjetivismo (que culminaria na tese da ação comunicativa como um restabelecimento da esfera pública burguesa), também não configuraria uma tentativa de estabelecimento de uma esfera pública ao ideologizar o discurso, segundo Campato (2008, p. 67).

Porém, para Negt e Kluge, o chamamento para os trabalhadores comporem o Exército Vermelho, uma mobilização pela guerra, têm em si o gérmen da auto-organização da classe trabalhadora em termos luxemburguistas. Enquanto para Habermas a unicidade do discurso é direcionada para que os falantes, no mundo da vida, entrem em um consenso ao exporem suas necessidades como indivíduos privados, o discurso presente no cartaz de Dmitry Moor não busca algo a não ser a guerra para que, depois dela, uma sociedade que emancipe o trabalho da dominação do capital seja, ao menos, possível. Não há, nesse sentido, nenhuma possibilidade de conciliação de interesses de indivíduos privados, alocados em esferas públicas de produção capitalistas. Desse modo, a contrapublicidade proletária almeja a superação da dicotomia posta no capitalismo entre indivíduo privado e público, entre burguês (privado) e cidadão (público), algo que só pode ocorrer de fato em uma sociedade sem classes.

Do mesmo modo, o caráter fugidio da mensagem e também do ambiente de auto-organização do proletariado na época é algo diagnosticável ao analisarmos esse cartaz. Como já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, as necessidades do Governo Bolchevique com relação ao aumento do Exército Vermelho e dos órgãos de segurança pública e de inteligência no geral eram enormes. Houve um grande número de campanhas com o objetivo de aumentar o

número de soldados do Exército, que chegou a contar, após as massivas campanhas de filiação voluntária e também devido à filiação obrigatória empreendida pelos bolcheviques, com mais de 5 milhões de membros. A mensagem, assim como a necessidade de agrupamento urgente e imediato de soldados, perde a sua urgência em outro momento histórico e político devido às necessidades de cada ator coletivo, em cada momento histórico.

Os elementos já descritos como fundamentais para a formação e manutenção de uma esfera pública proletária também podem ser encontrados nessa produção gráfica. Ao convocar o trabalhador urbano, anônimo, para fazer parte do processo revolucionário como um combatente pelo socialismo, a intenção da peça de propaganda de Dmitry Moor é viabilizar, como uma “fantasia coletiva”, a criação de um front de resistência contra a contrarrevolução. Como vimos anteriormente em Campato, para Negt e Kluge, o acúmulo de experiências dos trabalhadores durante a formação e manutenção da esfera pública proletária dá-se unicamente pela apreensão coletiva dos fenômenos do mundo (CAMPATO, 1998, p. 13), qual seja, da auto-organização para a vitória das Guerras Civis contra a contrarrevolução.

O segundo cartaz a ser analisado nesta pesquisa é do artista Boris Kustodiev, *O Bolchevique*, de 1920. Esse cartaz guarda algumas diferenças importantes em relação ao analisado anteriormente. A figura imponente e gigantesca do russo bolchevique, carregando uma bandeira vermelha de proporções enormes, que atravessa quarteirões acima da multidão que ocupa as ruas da cidade, caracteriza o bolchevique (e o bolchevismo) como o “guia” da revolução proletária na Rússia, afinal está carregando o estandarte da revolução (a bandeira vermelha) pelas ruas. De olhos vidrados e semblante sério, o bolchevique é uma representação do ideário da Revolução de Outubro e traz consigo algumas insígnias de um revolucionário: forte, ímpoluto, virtuoso. Um guia para os manifestantes que tomam as ruas durante a revolução.

**Figura 2:** O Bolchevique



Legenda: O Bolchevique – Bóris Kustodiev (1920)<sup>6</sup>

A caracterização do bolchevique como um herói mitológico também é presente no cartaz de Boris Kustodiev. De acordo com Bonnel, como já explicitado nesta pesquisa, uma das tarefas que os bolcheviques, especialmente os ligados à produção cultural, levaram a cabo após a tomada de poder em 1917 foi a de promover uma “tradição inventada”, nas palavras do historiador inglês Eric Hobsbawn (BONNEL, 1998, p. 22), o que correspondeu à exaltação das três figuras que contribuíram para a Revolução, o camponês, o soldado do Exército Vermelho e o operário urbano. A figura do herói bolchevique ocupa esse espaço, contudo de modo diferente do preconizado por Bonnel. No cartaz em questão, não é possível distinguir se o bolchevique representado é um soldado, um camponês ou um operário. Suas vestes se parecem com a de qualquer russo ordinário engajado no processo revolucionário, pois está vestindo um casaco e um grande cachecol,

<sup>6</sup> Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/70/Kustodiev\\_The\\_Bolshevik.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/70/Kustodiev_The_Bolshevik.jpg)

roupas muito comuns entre os habitantes de um país muito frio durante boa parte do ano.

A figura do gigante bolchevique também encarna a manutenção do sonho da revolução, um dos elementos de suma importância para o estabelecimento de uma esfera pública proletária. A multidão nas ruas, em ebulição devido ao processo revolucionário em curso, caminha junto do militante do Partido Bolchevique na construção da Revolução, ao tomar os espaços públicos (ruas, praças, avenidas) e consumir, com a organização dos trabalhadores em luta, o espaço público proletário em contraposição à ordem estabelecida. São nos espaços de movimentação e ação da classe trabalhadora – greves, revoltas, revoluções e ocupações – que se forma a esfera pública proletária, segundo Oskar Negt (1984, p. 31).

O cartaz, feito três anos após a Revolução de Outubro, dignifica o processo revolucionário para que ele se faça presente na memória dos russos, com o objetivo de eternizá-lo. É o exercício da fantasia, do sonho, que, nas palavras de Walter Benjamin, “compensa a tristeza e o desânimo do dia, realizando a existência do indivíduo” em meio a um contexto sociopolítico que não propicia esse tipo de experiência (BENJAMIN, 2012, p. 118). O cartaz de Boris Kustodiev é o único desta pesquisa que não contém um texto escrito, contando somente com a ilustração feita pelo artista. No entanto, para uma análise levando em consideração o paradigma da esfera pública proletária, o cartaz contém elementos suficientes para ser caracterizado com uma peça de propaganda que permite a formação de uma esfera pública proletária.

O terceiro cartaz a ser analisado também é de autoria de Dmitry Moor, *Morte ao imperialismo mundial!* (1919). Durante as Guerras Cívicas, conforme foi explicitado no primeiro capítulo deste trabalho, o Partido Bolchevique e seus aliados tiveram de enfrentar diversos exércitos antes de garantir o controle do território russo, entre principalmente os Brancos, em sua maioria, mas também os contrarrevolucionários Verdes, Azuis (poloneses) e os Negros, que eram anarquistas e não coadunavam com as forças contrarrevolucionárias. O cartaz em questão trata especialmente dos invasores imperialistas do Exército Branco, que contou com uma participação importante de soldados ingleses, japoneses e franceses. No cartaz abaixo, o imperialismo é representado por uma serpente gigantesca.

Figura 3: Morte ao imperialismo mundial!



Legenda: Morte ao Imperialismo Mundial! – Dmitry Moor (1919)<sup>7</sup>

O primeiro elemento que salta aos olhos ao analisarmos esse cartaz é a “serpente do imperialismo”. Outrora considerada pela religião católica um animal

<sup>7</sup> Fonte: [https://www.rtp.pt/noticias/galeria/mundo/cartazes-de-propaganda-da-revolucao-russa\\_1038587](https://www.rtp.pt/noticias/galeria/mundo/cartazes-de-propaganda-da-revolucao-russa_1038587)

traíçoeiro – e a maioria esmagadora da população russa durante esse período histórico era católica ortodoxa, um dado importante a se considerar nesse caso –, a serpente é conhecida na mitologia cristã por levar o fruto proibido aos primeiros homens, Adão e Eva. O monstro mitológico representa, portanto, um “mal intrínseco”, sobrenatural, o que reforça a ligação de muitos temas dos cartazes russos com mitologias, deuses e demônios, como já evidenciado por Bonnel ao lembrar (de modo crítico) da relação feita entre os cartazes que mostravam os bolcheviques “santificados” (entre eles o líder, Lênin, e alguns comissários) (BONNEL, 1998, p. 188).

Logo após, podemos observar que a serpente ataca diretamente uma fábrica, “estrangulando-a”. Esse movimento não é feito por acaso: como dito anteriormente, a Revolução de Outubro tinha como interesse, junto do salto de uma economia praticamente feudal para o socialismo, a modernização da Rússia, o que implicava, no início do século XX, um grande processo de industrialização e uma mudança de uma economia predominantemente agrária para uma economia industrial e urbana. Segundo Fitzpatrick, a Revolução Russa foi responsável por um grande impulso de industrialização, processo corroborado pelas vertentes artísticas de vanguarda, como o cubismo, o futurismo e o construtivismo, todas confiantes no potencial emancipador da “era das máquinas” (FITZPATRICK, 2017, p. 128).

No entanto, esse processo mal havia começado durante as Guerras Civis. Houve, por outro lado, uma baixa gigantesca na produção industrial, além de êxodo urbano decorrente das constantes crises de abastecimento provocadas pela fuga de capitais (e de capitalistas), bem como pelos efeitos deletérios da Primeira Grande Guerra (bloqueio econômico, atraso militar em comparação com as potências imperialistas ocidentais, entre outros). Isso nos leva a perceber uma certa *expectativa* nos artistas que produziram os cartazes com a urgência desse processo. Desse modo, há a manutenção do sonho da Revolução que se ajusta ao preconizado por Oskar Negt e Alexander Kluge ao conceituar a esfera pública proletária. É necessário defender a Rússia revolucionária das garras do imperialismo, o que significa defender o progresso tecnológico e industrial do país que ainda estaria por vir.

Logo abaixo, podemos observar um grupo de soldados do Exército Vermelho, empunhando bandeiras e armas contra a “serpente do imperialismo”. Como explicitado por Bonnel, no primeiro capítulo deste trabalho, o universo dos

cartazes russos é majoritariamente masculino: pelas vestes, é possível deduzir que se tratam de soldados, marinheiros e camponeses (que geralmente eram retratados com roupas verdes), todos homens adultos. A participação das mulheres nos cartazes foi reduzida até meados dos anos 1920, com aparições como companheiras de operários e camponeses, na maioria das vezes (BONNEL, 1998, p. 9).

Para a experiência russa, portanto, a formação de uma esfera pública proletária, que deveria prescindir da propriedade privada como denominador comum entre seus membros (diferente da esfera pública burguesa), ainda esbarrava, pelo menos enquanto um “discurso” dos cartazes, na representatividade das mulheres nas produções gráficas. Se, para Habermas, a formação da sociedade burguesa (e da esfera pública, por suposto) prescindiam da participação das mulheres devido ao fato de elas não serem, àquela época, proprietárias de meios de produção, para Negt e Kluge essa subdivisão não existia. Isso uma debilidade na formação dessa esfera pública proletária, em geral “masculinizada”, no período analisado nesta pesquisa.

É necessário, contudo, levar em consideração a temporalidade de ambos os constructos teóricos: no século XVIII e XIX, período em que Habermas analisa a solidificação da esfera pública burguesa, os debates públicos em torno do feminismo ainda eram muito incipientes (muitas vezes inexistentes), o que se refletia, inclusive, nas leis de cada um dos países analisados pelo filósofo alemão. Já durante os anos 1970, período de análise de Negt e Kluge, havia uma realidade social e política diferente, com participação massiva de movimentos feministas. Durante a Revolução de Outubro, a participação feminina em cargos importantes (comissariados, por exemplo), ainda era diminuta: somente Nadejda Krupskaja e Alexandra Kollontai ocupavam cargos no comissariado. O restante das funções de mando era ocupado por homens ligados aos bolcheviques e aliados.

**Figura 4:** Nós derrotaremos nossos inimigos com armas



**Legenda:** Nós derrotaremos nossos inimigos com armas – Nikolai Kogout (1920)<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Fonte: <https://i.pinimg.com/236x/bc/09/38/bc09380d3bca354840c82e930cae47eb--giclee-print-equality.jpg>

O próximo cartaz em análise é de Nikolai Kogout, de 1920, intitulado *Nós derrotaremos nossos inimigos com armas*. Alguns elementos utilizados nesse cartaz são semelhantes a outros já analisados neste trabalho. Ao fundo, é possível observar um dos símbolos da revolução socialista na Rússia, as fábricas, assim como um grande número de operários trabalhando em uma locomotiva que tem as iniciais do Partido Comunista da União Soviética (PCUS, à esquerda), que surgiu como um sucessor do Partido Bolchevique alguns anos após a Revolução de Outubro. No primeiro plano, é possível observar dois operários, um homem e uma mulher, trabalhando como ferreiros, forjando armas (como a legenda do cartaz sugere).

A legenda do cartaz, *Nós derrotaremos nossos inimigos com armas*, deixa clara a preocupação do Governo Revolucionário em vencer as Guerras Civis. Para isso, é necessário, segundo a mensagem de Kogout, armar o soldado russo: a utilização do trabalho manual, da forja feita pelo ferreiro (como afirmado anteriormente, uma das representações do proletariado russo mais utilizadas pelos artistas gráficos) é o caminho para a vitória da Revolução. Para realizar esse feito, de máxima importância para o proletariado russo, é preciso avançar no trabalho coletivo e coordenado com a transformação da natureza na indústria pesada e de armamentos. É precisamente esse o significado dos símbolos presentes na imagem: a fábrica ao fundo, com grossas camadas de fumaças saindo das chaminés; uma locomotiva, ocupada por dezenas de operários; um punhado de rifles repousados do lado esquerda da figura; e, à frente, a consumação do trabalho na figura do operário e da operária, forjando as armas da revolução. Em primeiro plano, também é possível observar uma foice e um martelo que, juntos, compõe um dos símbolos do comunismo.

A mensagem do cartaz de Kogout incute na classe proletária, que é a classe que tudo produz, o destino da sobrevivência da Revolução, que não pode ser feita sem a utilização racional do *trabalho humano* (grifo nosso) na transformação da natureza. Para tanto, era necessário aumentar a produção, disciplinar a mão-de-obra, desenvolver a indústria, como afirmamos anteriormente. Desse modo, os elementos simbólicos, distribuídos no cartaz de Kogout, corroboram com o objetivo final da mensagem do artista: organizar-se e vencer as Guerras Civis em primeira

instância por meio do trabalho e, depois, pela baioneta.<sup>9</sup> Desse modo, é possível dizer que há um discurso de formação de uma esfera pública proletária, de modo que é a atuação dos operários, assim como de todos os trabalhadores russos que contribuem, de algum modo, para a vitória da guerra. Levando em consideração as imensas dificuldades econômicas passadas pelos russos durante o período de Guerras Civis, a *fantasia* proporcionada pelo discurso do trabalho coletivo em prol do armamento dos soldados, que iria trazer a vitória da guerra, proporcionava as *expectativas* necessárias à formação de uma esfera pública proletária.

Na análise do cartaz anterior, dissemos, alicerçados em Bonnel, que não haviam representações significativas de mulheres nos cartazes do período das Guerras Civis. Este cartaz em análise é uma exceção em relação aos outros, uma vez que há uma mulher assumindo um papel de protagonismo na cena, logo em primeiro plano, à direita, trabalhando na forja.

---

<sup>9</sup> O título deste trabalho, *Forjar a Revolução*, não é, portanto, um mero exercício de retórica: a revolução, para os artistas construtivistas, deveria ser *forjada*, entre outros modos, por meio da propaganda, o que implicava uma relação entre o trabalho artístico, que nada mais era (para os próprios construtivistas) do que uma forma de trabalho igual às outras. Diluída na vida cotidiana, a arte era tanto trabalho quanto qualquer outro, na visão dos vanguardistas do Construtivismo (o que implicava uma revisão completa, como vimos, da arte enquanto algo meramente contemplativo e expositivo). Portanto, a revolução deveria ser *forjada* pelos artífices do socialismo, que eram o Partido e seus militantes, artistas ou não.

**Figura 5:** Nós não abandonaremos Petrogrado!



**Legenda:** *Nós não abandonaremos Petrogrado!* - Dmitry Moor (1920)<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Fonte: [https://br.rbth.com/articles/2012/12/03/posteres\\_da\\_revolucao\\_de\\_outubro\\_16711](https://br.rbth.com/articles/2012/12/03/posteres_da_revolucao_de_outubro_16711)

O quinto cartaz a ser analisado nesta pesquisa é do artista Dmitry Moor, *Nós não abandonaremos Petrogrado!*, de 1919. O cartaz mostra vários navios, os quais, em razão das bandeiras da Rússia, podem ser identificados como navios dos Exércitos Brancos, tentando entrar em Petrogrado (antiga São Petersburgo). Há um navio, contudo, portando várias bandeiras vermelhas, identificado na figura como um navio dos revolucionários. Para defender a cidade, uma das principais zonas de influência dos bolcheviques na Rússia revolucionária, os soldados e marinheiros bolcheviques (gigantes como o colossal Bolchevique retratado acima por Boris Kustodiev) empunham rifles e bandeiras vermelhas contra os invasores. Em último plano, atrás, é possível ver, novamente, um dos símbolos da Revolução: a fábrica, a representante do desenvolvimento econômico que a Revolução almeja proteger (e que, no discurso revolucionário, o imperialismo e a contrarrevolução desejam frear). Por fim, o Sol, radiante, traz consigo a mensagem dos defensores da Revolução: “Não abandonaremos Petrogrado!”. O tamanho do Sol é gigantesco, assim como da mensagem que dá nome ao cartaz, o que traz novamente o elemento da fantasia, já descrito por Oskar Negt e Alexander Kluge ao definirem as características de uma esfera pública proletária.

O cerco a Petrogrado registrado no cartaz de Dmitry Moor representa, de forma geral, os percalços que os bolcheviques e aliados enfrentaram durante as Guerras Cívicas. Concentrados praticamente no eixo Petrogrado-Moscou, em Kiev (Ucrânia) e Minsk (atual Bielorrússia, na época território soviético), os bolcheviques permaneceram cercados pelas potências estrangeiras e, também, pelos russos que compunham os Exércitos Brancos, durante três longos anos de guerras. A propaganda visual dos cartazes de guerra, nesse caso, tinha o objetivo de unir os soldados e defensores da Revolução Russa na que era a principal cidade em termos econômicos do país, Petrogrado. Diante disso, a necessidade de conclamar a população para o apoio irrestrito ao Exército Vermelho, bem como a necessidade de arregimentar soldados e marinheiros para compor o exército (neste momento, a filiação ainda era voluntária), explicam a escolha da temática do cartaz.

Da mesma forma, o chamado à resistência para a defesa de Petrogrado no cartaz pode ser encarado como um discurso de formação da esfera pública proletária. A frase que dá nome ao cartaz, *Nós não abandonaremos Petrogrado!*, está estampada em um Sol vermelho, enquanto os soldados e marinheiros do Exército Vermelho se preparam para defender a capital econômica da Rússia de

então. O discurso do cartaz clama pela formação do que Negt e Kluge chamam de “uma arena franqueada a todos” (CAMPATO, 2008, p. 25), ou seja, um espaço da esfera pública que é formado autonomamente em períodos específicos (no caso, as Guerras Cívicas pela continuidade da Revolução) e desintegrado em seguida, para logo depois poder ser formado em outras ocasiões.

A subjetividade moldada pela propriedade privada, que não se faz presente entre os atores (na linguagem habermasiana) da esfera pública proletária, dá lugar a uma *nova* subjetividade baseada na *expectativa* e na *fantasia* da consumação da revolução, tal qual preconizado por Negt e Kluge: os bolcheviques, marinheiros e soldados, agigantam-se perante o imperialismo, possibilitando a criação de um sujeito político *novo* e, também, de uma *nova* atmosfera pública sustentada por um ethos revolucionário que reorienta o modo de organização da coletividade. Essa é, precisamente, a “atmosfera política leve, vibrante e dinâmica” presente neste momento na Rússia à qual Rosa Luxemburgo se referiu, quando analisou a atividade política dos soviets durante os primórdios da revolução (LUXEMBURGO, 1991, p. 86).

**Figura 6:** Camaradas! Com a espingarda e o martelo comemoraremos o Outubro vermelho



**Legenda:** Camaradas! Com a espingarda e o martelo comemoraremos o Outubro vermelho – Dmitry Moor (1920)<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/422353271298723921/>

O próximo cartaz a ser analisado também é do artista Dmitry Moor. Produzido em 1920, o cartaz *Camaradas! Com a espingarda e o martelo comemoraremos o Outubro vermelho* parece semelhante ao cartaz analisado anteriormente, de Nikolai Kogout, porém alguns elementos mudam o significado desse cartaz. Ao centro da figura, o operário, portando o martelo, e o soldado, em posse de um rifle, “batem” em uma “bigorna” que, na verdade, é uma representação de um militar do campo adversário<sup>12</sup>: os detalhes da roupa mostram que é um indivíduo fardado, com uma expressão enraivecida no rosto (o que revela a intenção de retratar o campo inimigo enquanto algo maligno). Ao fundo, outros elementos já comuns nas análises que se seguiram até agora, aparecem: estandartes vermelhos, empunhados por multidões, colore o céu da figura, que tampouco aparece na imagem, tal é a profusão de bandeiras da cor da revolução. Ao fundo, as fábricas terminam de compor a paisagem do cartaz e, acima, é possível ver o símbolo do comunismo, a união da foice e do martelo.

O cartaz sugere a união entre o trabalhador manual (operário industrial) e o soldado do Exército Vermelho para “comemorar o Outubro vermelho”, para saudar a Revolução de Outubro. É, para todos os efeitos, uma peça de propaganda que visa unir o indivíduo russo em prol da consolidação do Estado socialista; este, por sua vez, seria uma *resultante* da união entre a revolução armada e a construção do socialismo, que requeria, à época, um maciço investimento estatal na indústria (a despeito da conjuntura amplamente desfavorável à época, como já foi salientado, esse era o desejo dos bolcheviques desde que assumiram o governo).

Desse modo, a mensagem no cartaz ratifica algo já dito nesta pesquisa: sem o maciço investimento do Estado soviético em propaganda política e militar, assim como o desenvolvimento industrial (o qual resultaria, além de uma melhora no nível de vida da população, num maior incremento no plano militar), não haveria como sustentar um Estado socialista em transição para o comunismo, em razão do estado de beligerância entre o Exército Vermelho e os exércitos contrarrevolucionários. Era necessário, antes de tudo, vencer a guerra para que fosse permitido “comemorar o Outubro vermelho”. Não à toa, “comemorar Outubro” significava esmagar a cabeça de um soldado inimigo com as duas ferramentas da revolução, a espingarda e o martelo, as representações da guerra e do trabalho.

---

<sup>12</sup> Devido à composição das forças adversárias, esse militar pode ser uma representação dos Brancos ou Verdes, o que em absoluto não muda o sentido do cartaz.

Outro ponto a se considerar nesse caso, na análise do cartaz, é a multidão que prontamente assiste ao “esmagamento” do militar adversário. A multidão está portando estandartes vermelhos, com as bandeiras da Revolução, e este ato representa a formação de uma esfera pública proletária. Se, na prática, para Negt e Kluge, na esfera pública burguesa o proprietário sobrepujou o cidadão (CAMPATO, 2008, p. 80), na esfera pública proletária o modo de atuação dos diversos atores sociais se dá na condição de trabalhadores e não mais de proprietários privados. Ou seja, não há o que Negt e Kluge chamam de exercício desinteressado da cidadania em uma esfera pública proletária: os interesses em questão são de um coletivo de trabalhadores auto organizados, assim como a experiência forjada em meio a esse processo de constituição de uma esfera pública proletária não vem de uma relação mercantil imposta pela necessidade intrínseca, capitalista, do intercâmbio de mercadorias (CAMPATO, 2008, p. 81). Essas relações simplesmente estão ausentes do processo de constituição de uma esfera pública proletária, devido ao seu próprio caráter classista.

**Figura 7:** Devemos trabalhar, mas com o rifle por perto



**Legenda:** Devemos trabalhar, mas com o rifle por perto – Vladimir Lebedev (1920)<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/338121884514483550/>

O sétimo cartaz a ser analisado nesta pesquisa, do artista Vladimir Lebedev, de 1920, chama-se *Devemos trabalhar, mas com o rifle por perto*. No cartaz, temos a figura de um homem, composto por traços geométricos, manuseando um serrote e com um rifle encostado, como a mensagem afirma. Entre todos os cartazes analisados, este é o que contém os traços mais característicos do construtivismo enquanto um estilo composto por figuras abstratas, geométricas, tal como definiu François Albera (2011, p. 166). No entanto, como já discutido neste trabalho, trata-se de um engodo, segundo Albera, definir a estética construtivista por esse critério, assim como pelo critério da funcionalidade da obra de arte construída pelas mãos do artista (ou, no caso, pelas mãos do propagandista). Nesse caso, continuaremos a adotar a posição de Albera, segundo a qual o construtivismo caracteriza-se por não ser uma estética artística de fato, e, sim, um conjunto de ideias que contesta, inclusive, a ideia de arte, com o objetivo de romper as barreiras entre arte e vida.

O cartaz não expressa nenhuma mensagem relativa a algum episódio explícito das Guerras Civis, mas a frase “trabalhar com o rifle ao lado” denota, levando em conta o período histórico e a conjuntura política do momento, a intenção de que os trabalhadores fiquem constantemente alertas em relação à guerra, a uma invasão estrangeira ou à contrarrevolução dos russos Brancos, que almejavam o retorno da monarquia e o fim do Governo Bolchevique. O apelo à autodefesa e à autodeterminação do governo socialista recém-instituído na Rússia é uma forma de manifestação, por meio do discurso do cartaz, de uma esfera pública proletária, na medida em que é um apelo à união dos trabalhadores, em prol da revolução.

Ao realizar o chamamento da classe trabalhadora para se armar mesmo no ambiente da fábrica, o discurso do cartaz cria laços efetivos que foram quebrados com a lógica da produção mercantil (e o efetivo lugar do trabalhador como produtor alienado de mercadorias): a relação entre os trabalhadores no ambiente das fábricas sob um governo socialista, em época de guerra, efetiva-se como uma “relação de vida”, que expressa os interesses e expectativas genuínas do indivíduo enquanto classe trabalhadora, dadas as suas necessidades de existência (NEGT, 1984, p. 37). Isso ocorre devido à subversão do tempo provocada pela ascensão revolucionária e pela imposição de uma agenda de lutas que ocorre independentemente de como a vida do proletariado se organiza. O tempo para dormir, comer, descansar etc. é, via de regra, diminuído devido às necessidades urgentes da organização da revolução. O cartaz, que propõe “trabalhar, mas com o

rifle por perto”, representa a materialização dessa auto-organização que, em determinado estágio de desenvolvimento da esfera pública proletária, excede os lugares e o próprio tempo da vida sob o capitalismo: trabalhar e defender-se ao mesmo tempo é fazer a revolução. O fato de o operário trabalhar armado, com atenção constante e redobrada à ameaça da contrarrevolução, é uma consequência do estado de alerta incessante para a ameaça contrarrevolucionária.

O oitavo cartaz a ser analisado neste trabalho é da autoria de Wiktor Deni, intitulado *O camarada Lênin limpa o lixo do mundo*, de 1920. O cartaz em questão, junto dos outros dois que encerrarão a última seção desta pesquisa, tem elementos cômicos que estão, decerto, ausentes dos outros cartazes: uma caricatura do secretário-geral do Partido Bolchevique, o camarada Lênin, empunhando uma vassoura e literalmente “varrendo” do mundo algumas representações da contrarrevolução na Rússia, nobres e banqueiros (que representam, no caso, a burguesia), considerados como o “lixo do mundo”. Durante o início da Revolução Russa, não só os bolcheviques como todos os revolucionários envolvidos no processo desejavam a mundialização da revolução, primeiro na Alemanha (que em 1917 já estava em ebulição) e depois em outros países centrais do capitalismo. Desse modo, representar o líder máximo da Rússia revolucionária “varrendo o lixo do mundo” era sustentar o sonho da revolução mundial do proletariado, que tinha como primeira nação rumo ao socialismo a própria Rússia.

**Figura 8:** O camarada Lênin limpa o lixo do mundo



**Legenda:** O camarada Lênin limpa o lixo do mundo – Wiktor Deni (1920)<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Fonte: [https://3.bp.blogspot.com/-0qSJssmpSQg/V5\\_dUX6oLAI/AAAAAAAAAso/FjmiDi\\_qPbg810hSDF4gkHTbK6i13anSQCLcB/s1600/historiaporimagem.jpg](https://3.bp.blogspot.com/-0qSJssmpSQg/V5_dUX6oLAI/AAAAAAAAAso/FjmiDi_qPbg810hSDF4gkHTbK6i13anSQCLcB/s1600/historiaporimagem.jpg)

O cartaz em questão joga com elementos da expectativa e da fantasia, caros ao conceito de esfera pública proletária. Era fundamental para os propagandistas construtivistas propagar a revolução para os quatro cantos do mundo, ainda que, de fato, poucas nações estivessem à beira de uma revolução antes de 1920, como no caso da Alemanha. O cartaz não apresenta, entretanto, um elemento importante para a formação da referida esfera pública, presente em outros cartazes analisados neste trabalho: Lênin está sozinho “varrendo o lixo do mundo”. A figura dos trabalhadores organizados está ausente, restando a eficácia do líder infalível, Lênin, na luta contra a contrarrevolução.

No entanto, como já dito anteriormente, não sustentaremos, nesta pesquisa, o argumento do “vanguardismo” ao analisar este cartaz, mesmo com a ausência de uma figura que represente um trabalhador comum (e não um líder). A mensagem “O camarada Lênin limpa o lixo do mundo”, em um momento de conflitos abertos entre o Exército Vermelho e a contrarrevolução nacional e o imperialismo, contribui para aumentar as *expectativas* dos trabalhadores russos que realizavam a revolução. “Limpar” o mundo da burguesia e da nobreza não era, de fato, uma tarefa que estava ao alcance do movimento revolucionário de então, tanto que, neste exato momento, a Rússia passava por uma negociação difícil e dura para sair da Primeira Grande Guerra<sup>15</sup>. Logo em seguida, com a derrota da Revolução Alemã, esse sonho ficava ainda mais distante. Entretanto, era preciso exercitar a *fantasia* das massas, dos trabalhadores que estavam prosseguindo com a Revolução Russa em seus locais de trabalho e nos flancos das Guerras Civis. É somente por meio da fantasia – projetar no futuro a efetividade do processo revolucionário, independente se as condições materiais do presente possibilitam tal análise – é possível *experimentar* a esfera pública proletária (NEGT, 1984, p. 38).

---

<sup>15</sup> Como já dito neste trabalho, apenas a Alemanha, entre os países ricos da Europa, estava passando por um momento que poderia ser caracterizado de fato como revolucionário, com possibilidades reais de vitória do movimento comunista. Lênin (1918) chega a afirmar, de forma metafórica, em um texto, quando da saída da Rússia da Primeira Grande Guerra e por ocasião da assinatura do Tratado de Brest-Litovski, imposto pelas potências beligerantes (Império Austro Húngaro, Império Otomano, Bulgária e Império Alemão): “E em alguns dias lançou-nos por terra um abutre imperialista, que atacou pessoas desarmadas. Obrigou-nos a assinar uma paz incrivelmente dura e humilhante — tributo por termos ousado escapar à férrea tenaz da guerra imperialista, ainda que por um prazo brevíssimo. O abutre esmaga, estrangula e despedaça a Rússia com tanto maior fúria quanto mais ameaçador se erga perante ele o fantasma da revolução operária no seu próprio país.” O “abutre” em questão é a Alemanha, que à época ainda estava sob jugo do kaiser e exigiu, à Rússia, a devolução de uma série de territórios que faziam parte do Império Russo, enfraquecendo militar, política e economicamente o país em meio ao processo revolucionário e o início das Guerras Civis.

**Figura 9:** Apressem-se! Deem-lhes mais! E não se esqueçam do barão!



**Legenda:** Apressem-se! Deem-lhes mais! E não se esqueçam do barão! –  
Wiktor Deni (1920)<sup>16</sup>

O nono cartaz a ser analisado também é de Wiktor Deni, intitulado *Apressem-se! Deem-lhes mais! E não se esqueçam do barão!*, de 1920. Este cartaz remete claramente às Guerras Civis: o soldado do Exército Vermelho (que, aliás, está inteiro representado em vermelho) agredindo um indivíduo que, segundo seus trajes, aparenta ser um comandante de alta patente de um dos exércitos inimigos; ao lado, caído e com uma face horrorizada (com trejeitos cômicos), está um nobre russo, apelidado nesta peça propagandística de “barão”. Ao contrário da outra peça

<sup>16</sup> Fonte: <https://cdn-images.rtp.pt/icm/noticias/images/7d/7d3b5f97232cc1e12d286eb3b8ce3199?w=860&q=90&re ct=0,0,1500,1161&auto=format&fit=fillmax&fill=blur&h=658>

analisada anteriormente, que retratava Lênin enquanto um líder infalível e capaz de “limpar” o mundo da contrarrevolução burguesa, este cartaz de Deni ressalta a força e o vigor do soldado soviético do Exército Vermelho, que é uma representação dos indivíduos que defendiam a Rússia da contrarrevolução no momento. O soldado, aliás, aparece sorrindo na peça propagandística, feliz por estar exercendo o seu papel como defensor da Rússia revolucionária “espancando” o oficial inimigo.

Se a esfera pública proletária é um local em que é possível, por meio da manutenção das expectativas e da fantasia da classe trabalhadora, expressar os anseios de todo o conjunto de trabalhadores como algo *público*, que diz respeito a todos os trabalhadores, o cartaz em questão retrata o fortalecimento dessa esfera nos tempos em questão na Rússia. A formação do Exército Vermelho, uma ambição do Partido Bolchevique para levar a revolução à Europa (aos países ricos de então, portanto), ocorreu em meio a uma série de dificuldades econômicas e políticas. Sob os escombros de um país feudal, foi possível, em poucos anos, levantar um exército expressivo, mesmo com todas as adversidades.

O cartaz expressa algo que, na concepção de Oskar Negt, pode ser entendido como um processo de produção da vida dos trabalhadores: quando estes passam a definir, à luz do dia e às claras, como se organizarão por meio de suas próprias decisões (NEGT, 1984, p. 38). No cartaz em questão, a figura do soldado bolchevique lidando com os contrarrevolucionários representa, portanto, a expressão de uma *fantasia* da classe trabalhadora (que assistia à guerra) e dos soldados do Exército Vermelho, que era vencer a guerra imperialista. As guerras, por sua vez, também podem ser entendidas como uma expressão *pública* da vida de um russo engajado na participação das esferas públicas proletárias, já que a sobrevivência da revolução dependia, invariavelmente, da vitória nas guerras, o que também as classifica como uma etapa da Revolução de Outubro<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> As relações entre o desenvolvimento da Revolução pela guerra e a formação das esferas públicas podem ser ratificadas pelos autores utilizados neste trabalho. Tanto Reis (2017) quanto Serge (1993), para citar dois exemplos somente, classificam as Guerras Cívicas como uma etapa fundamental da Revolução de Outubro.

**Figura 10:** Uma prenda vermelha para o pan branco. Atirem lá este pacotinho para cima do pan para cima do pan



**Legenda:** Uma prenda vermelha para o pan branco. Atirem lá este pacotinho para cima do pan – Dmitry Moor (1920)<sup>18</sup>

<sup>18</sup> Fonte: <https://www.pinterest.ca/pin/584060645403830622/>

O último cartaz em questão para análise é do artista Dmitry Moor, *Uma prenda vermelha para o pan branco. Atirem lá este pacotinho para cima do pan*, de 1920. Conforme dissemos anteriormente, ele também tem características cômicas, tanto pelas figuras de linguagem utilizadas quanto por alguns elementos gráficos presentes. O cartaz traz a mensagem descrita acima e dois soldados do Exército Vermelho, vestidos igualmente de vermelho, carregando uma gigantesca bala de canhão. Ao fundo, é possível ver uma caricatura de um oficial ou soldado inimigo do Exército Branco (o “pan” branco), que teme o lançamento do “pacotinho” pelos soldados. O cartaz utiliza as cores pelas quais os exércitos eram chamados (Vermelho e Branco) para colorir o cenário e para “personificar” nos indivíduos retratados as respectivas forças em conflito. Ambos os soldados, aliás, estão com expressões “malignas”, recorrentes em cenas com conteúdo cômico – afinal, estão prestes a bombardear o inimigo, este em pânico pela situação.

O cartaz pretende sensibilizar o público em face das Guerras Civis travadas contra os Brancos, além de exaltar o poder bélico e militar russos e acusar a fraqueza do inimigo. A autenticidade dessa informação (de fato, os exércitos imperialistas tinham um grande poder de fogo, embora estivessem um tanto desorganizados, conforme explicitado no primeiro capítulo deste trabalho), contudo, não é algo relevante para a peça de propaganda: o que importa, no caso, é exaltar a força bélica da Rússia, independentemente do cenário econômico e político catastrófico pelo qual a população passava em pleno comunismo de guerra. Essa sensibilização é assumida como uma tarefa pelo caráter *público* que a formação de uma esfera pública proletária na Rússia revolucionária, neste período em específico, possibilitou. A guerra é mais uma vez retratada como uma ameaça *pública*, interesse de todos os russos trabalhadores pelo aprofundamento do socialismo em seu próprio país.

A representação dos trabalhadores por meio dos meios de comunicação imediatamente disponíveis, em sua maioria precários (os já citados pôsteres de agitação e propaganda, assim como os teatros feitos pelos trens de agitação, os jornais, folhas-volantes etc.), demonstrou ser, como os casos analisados neste trabalho indicam, um atestada da construção de uma esfera pública proletária durante os primeiros anos da Revolução de Outubro de 1917. Além do preconizado pelo aparato partidário, as esferas públicas proletárias surgidas no interior dos mecanismos instituintes na época (associações, comitês, sovietes e outros “locais”

em que se auto-organizavam os trabalhadores) contribuíram de forma significativa para a criação de um ambiente *público* de discussões e debates, fomentado pela produção gráfica dos pôsteres, como diagnosticado neste estudo. A partir das análises empíricas desenvolvidas nesta pesquisa, partiremos, agora, para as considerações finais deste trabalho.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o surgimento de uma esfera pública proletária na Rússia após a Revolução de Outubro, durante o período das Guerras Civis (1918 – 1921), através da análise de dez cartazes de agitação e propaganda produzidos por artistas construtivistas. Os referenciais teóricos e metodológicos foram textos de Oskar Negt e Alexander Kluge, que versam sobre o tema da esfera pública proletária, como uma contraposição ao constructo teórico de Jürgen Habermas a respeito da formação da esfera pública burguesa.

Também foi necessário, para a discussão a respeito da esfera pública proletária, explicitar conceitos de autores que dialogam com as considerações feitas por Negt e Kluge, tal como Vladimir Lênin, com o conceito de agitação e propaganda, ou *agitprop*, e Rosa Luxemburgo, que, ao analisar os encaminhamentos da Revolução de Outubro, identificou certo “autoritarismo e centralismo” provenientes das noções específicas do bolchevismo sobre partido político (verticalmente organizado) e movimentos de massas. Nesse caso, os dois autores foram utilizados para explicitar diferentes concepções, no momento da Revolução Russa, sobre as organizações de massas vanguardistas ou auto-organizativas, no interior das quais Lênin e Luxemburgo eram figuras proeminentes. Para uma análise mais acurada dos cartazes em questão, foram utilizados, também, autores que tratam do processo da Revolução Russa por uma perspectiva historiográfica (Sheyla Fitzpatrick, Daniel Aarão Reis e Victor Serge), além de outros autores paralelos, que, em alguns momentos, deram suas contribuições a este estudo.

Ao final, concluímos, após uma pormenorizada análise dos materiais propostos, que houve, com a disseminação dos pôsteres, uma intenção de formação de uma esfera pública proletária autônoma. Apesar das orientações partidárias, que guiavam, em grande medida, as produções gráficas, houve uma tentativa de impulso, por parte do discurso dos cartazes, na criação de um ambiente de debates *público* que não se guiasse pelos parâmetros da esfera pública burguesa e que, também, não se orientasse somente pelo preconizado pelo Partido Bolchevique ou pelos partidos aliados durante as Guerras Civis. Em princípio, não havia um monopólio estatal do Partido Bolchevique sobre o *agitprop* russo, pelo

menos não durante os anos analisados da revolução, o que fomentou uma certa liberdade em termos artísticos e políticos para a produção dos cartazes, algo que se refletiu também com o espraiamento das vanguardas artísticas para outras atividades, como a escultura, teatro etc.

Nos cartazes de guerra analisados, foi possível detectar, por meio de análises das mensagens escritas e das imagens, características importantes para a formação de uma esfera pública proletária, como as categorias da *experiência* e da *fantasia*, analisadas por Negt e Kluge e embasados em teóricos como Walter Benjamin. Para os dois autores supracitados, que cunharam o conceito, a esfera pública proletária não pode existir sem a reorganização da experiência dos trabalhadores sob outros termos, que não a submissão aos princípios burgueses da propriedade privada e da subdivisão entre cidadão (homem público) e proprietário (homem privado). Do mesmo modo, a articulação da fantasia é fundamental para que os trabalhadores, organizados, projetem no futuro uma possibilidade de superação de um presente marcado pela alienação do trabalho e pela exploração do homem pelo homem. Por meio da utilização de cartazes, meios de comunicação precários e perecíveis, tal como Negt e Kluge delimitam, os artistas russos produziram peças de *agitprop* que influenciavam a todo momento a *fantasia* dos trabalhadores que consumiam aquelas obras, na intenção de vencer as Guerras Civis contra a contrarrevolução.

Por mais que os objetivos desta pesquisa tenham sido atingidos e tenha sido possível provar a existência do surgimento de uma esfera pública proletária na Rússia revolucionária, os esforços aqui despendidos devem ser desdobrados, em outra ocasião, em pesquisas futuras. A utilização do conceito de espaço público proletário, principalmente em um momento histórico (que compreende as últimas décadas, em todo o mundo) em que há um esgarçamento das saídas à esquerda tanto para estudos teóricos quanto para atividades práticas envolvendo as organizações de trabalhadores, mostra-se como uma poderosa arma para orientar politicamente as ações teórico-práticas de pesquisadores/trabalhadores comprometidos com mudanças sociais radicais principalmente pelo seu viés democrático e horizontal, típico do constructo teórico de Rosa Luxemburgo e - por que não? - de Vladimir Lênin.

A utilização deste conceito, também, não se mostra somente como um “exercício de fé” na crença de uma revolução, mas, sim, em estudos que, dadas

suas aplicações, mostram resultados coerentes do ponto de vista científico. Em um terreno em que abundam estudos de orientações políticas liberais e conservadoras, que minam o desenvolvimento crítico orientado para uma perspectiva classista, a utilização de um constructo teórico que destoe dessa perspectiva é, por si só, uma potente ferramenta para avaliarmos o que temos feito ultimamente – e o muito que ainda nos resta fazer. Este estudo não é o ponto de partida deste pesquisador neste sentido, tampouco o fim de uma reflexão bem acabada, mas somente uma pequena parte de uma contribuição coletiva aos que enxergam na auto-organização dos trabalhadores uma possibilidade de superação do já esgarçado modo de vida da nossa sociedade. Esta pesquisa pertence a todos nós.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERA, François. **Eisenstein e o Construtivismo Russo**. 2ª ed – São Paulo: Cosac Naify. 2011.

ALLEN, Robert C. **Farm to Factory: A Reinterpretation Of The Soviet Industrial Revolution**. Princeton University Press. 2003.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. 3ª ed – São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

BALZAC, Honoré de. **O Pai Goriot**. 3ª ed – São Paulo: Estação Liberdade. 2013.

BASTOS, Manoel Dourado. FUSARO, Willian Casagrande. “O jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre”: financiamento e independência de classe no jornalismo segundo Lênin e Gramsci. *In*: HRENECHEN, Vanessa. **CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. p.12 - p.20

BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações Sobre a Obra de Nikolai Leskov. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios Sobre Literatura e História da Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

\_\_\_\_\_. Experiência e Pobreza. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios Sobre Literatura e História da Cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 114-119).

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec / Pólis. 2000. p. 282.

BONNEL, Victoria E. **Iconography of Power: Soviet Political Posters under Lenin and Stalin**. Berkeley: University of California Press, c1998 1998.

CAMPATO, Roger Fernandes. **Esfera Pública Burguesa e Esfera Pública Proletária: as Perspectivas de Habermas e de Negt e Kluge**. 2008. 213p. Tese (Doutorado em Filosofia). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

CASSOL, Daniel Barbosa. **Brasil de Fato: A imprensa popular alternativa em tempos de crise**. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

FIGES, Orlando. **Uma História Cultural da Rússia**. 1ª ed – Rio de Janeiro: Record. 2017.

FIGUEIREDO, Clara. **O Construtivismo Russo: História, Estética e Política**. In JINGKINS, Ivana; DÓRIA, Kin (orgs). **1917: O Ano que Abalou o Mundo**. 1ª ed – São Paulo: Sesc São Paulo. 2017.

FINKEL, Stuart. **On the Ideological Front: The Russian Intelligentsia and the Making of the Soviet Public Sphere**. London: Yale University Press. 2007.

FITZPATRICK, Sheila. **A Revolução Russa**. 1ª ed – São Paulo. Todavia. 2017.

FUSARO, Willian Casagrande. **Comunicação e Revolução: Crítica à Atualidade da Revolução da Comunicação Popular e Comunitária**. 2016. 51p. Monografia (Especialização em Comunicação Popular e Comunitária). Universidade Estadual de Londrina. 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações Quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984.

KUZNETSOV, E. M. **La Agitacion Politica**. Havana: Orbe, 1979. 297 p.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Que Fazer?** 1902. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/>>; Acessado em: 20 de set. 2019

\_\_\_\_\_, Vladimir Ilitch. **Por Onde Começar**. 1901. Disponível em: <<http://estudosvermelhos.blogspot.com/2012/10/por-onde-comecar-1901-lenin.html>>; Acessado em: 15 de set. 2019.

\_\_\_\_\_, Vladimir Ilitch. **A Tarefa Principal dos Nossos Dias**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/03/12.htm>>; Acessado em: 04 de fev. 2020.

LOSURDO, Domenico. **Guerra e Revolução: O Mundo Um Século Após Outubro de 1917**. 1ª ed – São Paulo: Boitempo, 2017. 398 p.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Petrópolis. 1991.

Disponível em:

<[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao\\_leitura/filosofia/texto\\_pdf/rosa\\_luxemburgo\\_revolucao\\_russa.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/filosofia/texto_pdf/rosa_luxemburgo_revolucao_russa.pdf)>. Acesso em: 25 de set. 2019.

NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. **Public Sphere and Experience: Toward an Analysis of Bourgeois and Proletarian Public Sphere**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1993.

NEGT, Oskar. Formas de Decadência da Esfera Pública Burguesa e o Problema de uma Esfera Pública Proletária. **Dialética e História: Crise e Renovação do Marxismo**. Porto Alegre: Movimento. 1984.

REIS, Daniel Aarão. **A Revolução que Mudou o Mundo: Rússia, 1917**. 1ª ed – São Paulo: Companhia das Letras. 2017.

REED, John. **Os Dez Dias que Abalaram o Mundo**. 1ª ed. – São Paulo: Círculo do Livro. 1984.

SERGE, Victor. **O Ano I da Revolução Russa**. 1ª ed – São Paulo: Ensaio. 1993.

STRADA, Vittorio. Cultura Proletária e Revolução Cultural. In HOBBSAWN, Eric J. **História do Marxismo: O Marxismo na Época da Terceira Internacional.** 1ª ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

TROTSKI, Leon. **A História da Revolução Russa.** 1ª ed – Belo Horizonte: Saga. 1967. 1034 p.

VENÂNCIO, Rafael Duarte Oliveira. **Lenin e o Jornalismo Soviético:** Imprensa Como Vanguarda Política. São Paulo: Baraúna. 2011.

WILLET, John. Vanguarda Cultural e Vanguarda Política. In HOBBSAWN, Eric J. **História do Marxismo: O Marxismo na Época da Terceira Internacional.** 1ª ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.